

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA – PPGSCA**

**A presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da
Secretaria Municipal de Educação de Manaus: racismo e impasse na
sua pertença e autodeclaração**

Maria do Perpetuo Socorro Lima de Sousa

Bolsista: FAPEAM

Orientadora: Iraildes Caldas Torres

**MANAUS
2015**

MARIA DO PERPETUO SOCORRO LIMA DE SOUSA

A presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da Secretaria Municipal de Educação de Manaus: racismo e impasse na sua pertença e autodeclaração

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Sociedade e Cultura. Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais, sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Manaus
2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S725p Sousa, Maria do Perpétuo Socorro Lima de
A presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da Secretaria Municipal de Educação de Manaus : racismo e impasse na sua pertença e autodeclaração / Maria do Perpétuo Socorro Lima de Sousa. 2015
120 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Iraildes Caldas Torres
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Mulher negra. 2. Racismo. 3. Preconceito racial. 4. Movimento feminista. I. Torres, Iraildes Caldas II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MARIA DO PERPETUO SOCORRO LIMA DE SOUSA

A presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da secretaria municipal de educação de Manaus: Racismo e impasse na sua pertença e autodeclaração.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Iraildes Caldas Torres – Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr.^a Artemis de Araújo Soares - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^o Dr.^a Sheila Nunes da Silva – Membro
Universidade Federal do Amazonas

Aprovado em: ____/____/____

Manaus
2015

Para

Francisca (*in memorian*), minha mãe, por sua força propulsora e presença materna que fortaleceram minha paciência e resiliência. Ao José Aristóteles, meu filho, pelo homem forte, altaneiro que se tornou e motivador incondicional, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com esse trabalho. Às mulheres negras da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, sujeitos dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Oxalá e Iemanjá, Deus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro pela infinita bondade e por ser minha candeia durante o processo de construção deste estudo;

A minha orientadora, Professora Dr^a Iraildes Caldas Torres pelo compromisso profissional, inteligência e competência durante a orientação conduzida de forma perspicaz, exigindo sempre o rigor científico;

Ao meu filho, José Aristóteles Silva Filho, minha força propulsora, pela compreensão em entender meus momentos de estudos e reflexão;

Ao professor Dr. Renan Freitas Pinto pelas grandes contribuições por ocasião do exame de qualificação;

A prof. Dr^a Antonieta do Lago Vieira pelas contribuições por ocasião do exame de qualificação ,discussões sobre autores que incorporam esse trabalho e dedicação, palavras de incentivo e apoio;

Às mulheres negras sujeitos desta pesquisa, Azaléia, Dália, Hortência, Margarida, Girassol, Dama da noite, Acácia, Jasmim, Flor de Liz, Angélica, Violeta, Rosa, Magnólia. Foram citadas por codinomes de flores.

À Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, pela concessão de bolsa de estudo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA e a todos os colegas que contribuíram nas discussões e objeto de estudo.

À Secretaria Municipal de Educação – SEMED, minha instituição de trabalho, por ter me oportunizado a liberação (através do projeto QUALIFICA) para conduzir esse trabalho.

À Professora Marilene Correa coordenadora do PPGSCA, pelo carinho e incentivo em momentos imemoráveis dessa seara.

Ao Caio Roberto, por sua cordial atenção, cuidado e zelo nessa jornada acadêmica.

Eu não sou você, você não é eu. Mas sei muito de mim vivendo com você. E você, sabe muito de você vivendo comigo? Mas encontrei comigo e me vi enquanto olhava pra você.

(Madalena Freire)

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Gráfico altos cargos	40
Figura 02 - Gráfico médios cargos	41
Figura 03 - Gráfico mulher negra que ocupa cargo de poder	45
Figura 04 - Gráfico origem dos entrevistados.....	67
Figura 05 - Gráfico Onde reside	68
Figura 06 - Gráfico cursos	69
Figura 07 - Gráfico pós graduação.....	70
Figura 08 - Gráfico faixa de salários	78
Figura 09 - Gráfico rede de apoio	91

RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto o estudo da presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, temática pouco explorada nas ciências sociais e que hoje surge com grande potencial de análise. O propósito deste estudo consiste em verificar a forma pela qual as mulheres negras adentram os espaços de poder na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, dando destaque tanto para o aspecto do preconceito enfrentado por elas no âmbito do trabalho, quanto à competência que elas demonstram no exercício de suas funções. Buscamos também averiguar de que forma se estabelece a intersecção conceptual entre gênero e raça no movimento feminista, ao mesmo tempo em que procuraremos apontar a situação de feminização do magistério. Tratamos, enfim, de estabelecer o perfil das mulheres negras que assumem cargos hierárquicos na SEMED/Manaus, pontuando as jornadas de trabalho e as redes de apoio com quem elas deixam os filhos enquanto trabalham fora de casa. O estudo foi realizado tendo por base o aporte das abordagens qualitativas, sem excluir os aspectos quantitativos. Dentre os múltiplos aspectos revelados constatou-se que o racismo continua latente no espaço de trabalho das mulheres negras e que muitas vezes a própria mulher negra não se percebe como sujeito atingido pelo racismo. Essas mulheres têm dificuldade de se autodeclararem negras ou pretas, preferem usar outros termos para ocultar a própria raça. Constatou-se, também, que elas se encontram em cargos subalternizados e não divulgam as violências simbólicas sofridas no ambiente de trabalho, o que podemos supor que seja um traço do não reconhecimento da própria condição étnica. Deve-se reconhecer, por fim, o fato de que há um racismo velado que impele as próprias mulheres negras a não reconhecerem a sua pertença étnica no desempenho de cargo hierárquico na Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

Palavras chaves: Mulher negra; Racismo; Trabalho

ABSTRACT

This research has the purpose to study the presence of black women in hierarchical positions of the Municipal Education of Manaus, subject little explored in the social sciences and now comes with great potential for analysis. The purpose of this study is to verify the way in which black women step into the positions of power in the Municipal Education of Manaus, highlighting both the appearance of prejudice faced by them in the work, the competence they demonstrate in exercise their functions. We seek also examined how establishes the conceptual intersection between gender and race in the feminist movement at the same time seek to point the feminization of the situation mastership. We treat, finally, to establish the profile of black women take hierarchical positions in SEMED / Manaus, punctuating working hours and support networks with whom they leave their children while working outside the home. The study was conducted based on the contribution of qualitative approaches, without excluding aspects quantitative. among the multiple aspects revealed it was found that racism still latent in the workspace of black women and black women often own is not perceived as a subject hit by racism. those women find it difficult to self-declare black or black, prefer to use other terms to hide herself race. found also, they are in subordinate positions and do not disclose the symbolic violence suffered in the workplace, which we can assume to be a feature of non-recognition of own ethnic. should condition to recognize, finally, the fact that there is a veiled racism that propels their own black women don't to recognize their ethnicity in the hierarchical position of performance in Manaus City Department of Education.

Key words: Gender, Education Department, Manaus, hierarchical positions, black woman.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – GÊNERO E RAÇA: UM BINÔMIO QUE SE INTERCONECTA COM OS CARGOS EDUCACIONAIS	
1.1 Intersecção conceptual entre gênero e raça	16
1.2 Trajetória do movimento feminista e a presença das mulheres negras.....	24
1.3 As desigualdades sociais e a luta das mulheres negras pela educação.....	32
CAPÍTULO II – OS CARGOS EDUCACIONAIS HIERARQUIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS E A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA.	
2.1 A cor da pele: quem somos ?.....	39
2.2 A tendência do branqueamento na SEMED – Manaus.....	54
2.3As desigualdades de cargos na Semed – Manaus conforme a cor da pele.....	61
CAPITULO III – A FORMA COMO AS MULHERES NEGRAS SE VÊM EM CARGOS HIERÁRQUICOS NA SEMED – MANAUS.	
3.1 Perfil sociocultural e educacional das mulheres negras em cargos hierárquicos na Semed/Manaus.....	68
3.2 O trabalho e a jornada de trabalho das gestoras negras da Semed – Manaus.....	78
3.3 A educação e formação das mulheres gestoras e a rede de apoio que elas se relacionam.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	109

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa investigar as mulheres negras que assumem cargos hierarquizados na Secretaria de Educação do Município de Manaus, enfocando o preconceito vivido por elas no espaço de trabalho, o qual muitas vezes ocorre de forma velada e quase imperceptível, mas se manifesta no dia a dia. É o nosso propósito, perceber de que forma as mulheres negras desempenham os seus papéis de gerentes e chefes de setores e/ou distritos educacionais, e o que contribui para a sua permanência nestes cargos. Não se trata, no entanto, de classificação simplificadora das trajetórias educativas de mulheres negras.

Gênero para Scott (1991, p. 73), é um termo proposto por aquelas historiadoras que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas acreditavam que a pesquisa permitia uma reavaliação nas premissas e critérios do trabalho científico. Trata-se da importância da produção científica sobre as mulheres incluindo as experiências pessoais, públicas e políticas.

Uma das formas de combater o medo da perda da hegemonia nos domínios do poder de padrão branco é negar a existência do outro como seu igual. De acordo com Torres (2005, p.79), “a própria ciência se encarregou de legitimar o preconceito e a discriminação em relação às minorias sociais na medida em que busca fundamentar a negação do outro”.

Enquanto o racismo antijudaico era alimentado pela tradição cristã católica, o racismo contra os negros derivou da própria escravidão colonial. O negro e o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O “mundo da senzala” sempre esteve muito distante do “mundo da casa grande” (CARNEIRO 2007, p.14). Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidades, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza e de moral. Desse passado de opressão e preconceito herdamos a discriminação que se pratica ainda hoje contra negros e mulatos.

Carneiro (2003) traz uma discussão pertinente ao nosso estudo sobre o feminismo negro no Brasil e na América Latina. Ela discorre sobre a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação, daí resulta que o racismo está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o cimento de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.

Os estudos de Gomes (1999), retratam a vermos a mulher negra em espaços de poder, principalmente na escola que o objeto de nosso estudo. As educadoras e os educadores encontram-se desatentos/as ao fato de que a educação, a raça, o gênero e a classe são relações imersas na alteridade. Os sujeitos envolvidos no processo educacional – professores, professoras, alunas, alunos mães e pais constroem diferentes identidades ao longo da sua história de vida. A escola é um dos espaços que interfere nesse complexo processo de construção das identidades. O tempo da escola ocupa um lugar privilegiado na vida das pessoas desde a infância. Esse tempo registra lembranças, produz experiências, institui normas, controle, noções preconceituosas, deixando profundas marcas no imaginário social. Tais fatores interferem nas relações estabelecidas entre os sujeitos e na maneira como eles veem a si mesmos e o outro no cotidiano da escola.

Este trabalho mostra que os negros precisaram organizar-se em movimentos sociais para garantir as políticas públicas a esse segmento, a exemplo das políticas afirmativas que existem atualmente como é o caso da política de cota para entrada na academia e nos concursos. Foi, outrossim, com a organização política que o movimento negro conquistou o Estatuto da Igualdade Racial, voltado para a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, que acentuam a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

Oliveira (2010, p.405), pontua que a expressão gestão educacional, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes de escola, surgiu em substituição ao termo administração educacional, para representar não apenas novas ideias, mas sim um novo paradigma. Busca estabelecer uma orientação transformadora a partir da dinamização de relações que ocorrem, dialeticamente, no contexto interno e externo das instituições. O mesmo teor do termo é utilizado nos demais cargos da Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

O caminho que nos leva até o objeto é uma árdua tarefa que exige atenção e cuidado. Bourdieu (2001) considera que a construção do objeto não se dá de uma vez, há necessidade de diversas aproximações, reflexões, construções e reconstruções. Esta pesquisa assume o aporte das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. Autores como Scott (1991), Torres (2005), Costa (2005), Louro (1995), Carneiro (2003), Gomes (2008) dentre outros foram requisitados para dar âncora ao nosso estudo.

O trabalho de campo foi realizado junto às mulheres negras ocupantes de cargos hierárquicos na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, sob a técnica de entrevista do

tipo semiestruturado. A nossa amostra concentrou - se em 10 mulheres que exercem cargos hierárquicos na Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED, tais como gerentes de setores, chefes de divisão e chefe de gabinete, todas alocadas na sede da referida Secretaria. Ouvimos, também, 01 homens que assume o cargo de Subsecretário de administração e Finança e 01 representantes do movimento feminista negro de Manaus.

O lócus da pesquisa é a Secretaria Municipal de Educação do Município de Manaus, localizada na Rua Maceió, 1549, nesta cidade. Alguns critérios foram adotados para a inclusão das mulheres negras na pesquisa. O critério principal recaiu sobre aquelas que desenvolvem cargos hierarquizados na sede da SEMED /Manaus.

O trabalho está seccionado em três capítulos distribuídos da seguinte forma: realizamos uma abordagem sobre os conceitos de gênero e raça numa perspectiva de interseccionalidade. Procuramos destacar da trajetória do movimento feminista e a presença das mulheres negras nessa construção, apontamos as desigualdades e a luta delas pela educação. No segundo capítulo discutimos mais veementemente a problemática do racismo no Brasil, dando ênfase à política do branqueamento, ao mesmo tempo em que problematizamos a cor da pele e as desigualdades vividas pelas mulheres na SEMED/Manaus. No terceiro capítulo realizamos uma abordagem sobre perfil sociocultural e educacional das gestoras negras, dando destaque ao trabalho e a jornada de trabalho, além da sua formação educacional e a rede de apoio que elas mantêm para poder dar conta de suas tarefas, consideradas excessivas.

O respeito aos princípios éticos e a confiabilidade das informações constituiu-se no marco fundamental da construção e a execução desta pesquisa. Buscamos preservar o anonimato das informantes tendo em vista a manutenção de sua integridade moral, daí termos optado por chamá-las com o codinome de flores ou rosas.

Este estudo assume fundamental importância à Secretaria de Educação do Município de Manaus, na medida em que poderá constituir – se num documento que poderá contribuir para a fundamentação de políticas públicas, pensadas por mulheres negras, que vivenciam as práticas de gestão educacional. Esperamos, por fim, que este estudo contribua para dar visibilidade e promova o acesso e permanência às mulheres negras que ocupam cargos hierarquizados e as eleve aos altos cargos na Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

CAPÍTULO I - GÊNERO E RAÇA: UM BINÔMIO QUE SE INTERCONECTA COM OS CARGOS EDUCACIONAIS.

É significativo, também, inserir as relações de gênero no debate mais amplo, tanto no aspecto do localismo, quanto nas dimensões universalizadas que permeiam e fundam a imagem da mulher amazônida.

Iraildes Torres

1.1 - Intersecção conceptual entre gênero e raça

As diferenças sociais entre mulheres e homens assentam-se em elaborações sociais de cunho político e ideológico construídas historicamente por meio de um processo complexo que tem por base o sistema patriarcal. “Somos ao mesmo tempo semelhantes, enquanto gênero humano, e muito diferentes, enquanto forma de realização do humano ao longo da história e da cultura” (GOMES, 2008, p.22). O que torna os seres humanos mais semelhantes enquanto gênero humano é o fato de todos apresentarem diferenças de gênero, raça/etnia, idade, cultura, experiências profissionais, entre outros. No entanto essas diferenças ao mesmo tempo que nos assemelham, também nos separam seccionalmente.

As transformações decorrentes da explosão do feminismo no Brasil, ocorreram a partir da década de 1960, foram responsáveis por lançar o estatuto de gênero na sociedade brasileira. Conforme Soihet (1997), a luta do feminismo contribuiu para dar visibilidade à história das mulheres na sociedade e na ciência. Segundo a autora, as mulheres estão na condição de objeto e sujeito da história.

A proposição de Scott (1991) na formulação do conceito de gênero assenta-se numa crítica à historiografia que exclui as mulheres dos estudos científicos. Quando entraram em cena nesses estudos, as mulheres foram interpretadas a partir de três correntes de pensamento, a saber: patriarcado, marxismo e psicanálise. Mas, estas correntes apresentam um problema em comum que é a adoção de ideias universalizantes para explicar a situação da mulher. Assim, a mudança ocorreria na perspectiva de “incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas” (SCOTT, 1991, p.8-9).

Em determinada época, os críticos do movimento feminista se perguntavam o que, afinal, queriam as mulheres: a igualdade ou a diferença? A resposta a essa pergunta precisa de reflexão profunda, envolvendo os elementos que constituem o gênero. Para Scott (1991, p.14-15), “os símbolos culturalmente disponíveis evocam representações simbólicas. Os conceitos normativos põe em evidência as representações do sentido do símbolo que se esforça para limitar e conter suas possibilidades metafóricas”. Na concepção de Scott (1991), as discussões

conceituais da temática de gênero incluem as instituições, as estruturas, as práticas cotidianas e os rituais. Ou seja, tudo aquilo que constitui as relações sociais. Para essa autora, gênero é um conceito relacional que evoca relações de poder. Gênero é a primeira forma de relação de poder. Não supõe uma situação de igualdade entre homens e mulheres. Exige, igualmente, que ambos sejam tratados de forma equivalente. Conforme Louro (2011, p.7), “gênero não supõe uma situação de igualdade para sujeitos que são idênticos. A reivindicação é que sujeitos diferentes sejam considerados não como idênticos, mas equivalentes”.

Manter e reafirmar as diferenças são também uma busca pela igualdade, pois a inclusão depende do reconhecimento, embora para acontecer precise do reconhecimento da existência da diferença. A diferença e a desigualdade são frutos de construções sociais e históricas advindas, especialmente da mistura étnica existentes no Brasil, permeiam todos os campos das relações humanas, não há limite quando se trata de diferença e desigualdade seja de condição étnica, física ou de gênero são sempre cruéis e degradantes. As desigualdades de gênero são perceptíveis no dia a dia, porém não são fáceis de comprovar cientificamente, há um fortalecimento do patriarcado e das situações corriqueiras que invisibiliza as desigualdades de gênero e a sociedade prefere discutir amenidades ou imediatismos sem se atentar e aprofundar o conhecimento do que realmente ocorre no cerne dessa categoria. Foi a partir da escrita androcêntrica da própria história no mundo ocidental, que pudemos perceber mais obviamente a dificuldade de sustentação na discussão sobre gênero. (STEARNS, 2012).

Para Perrot (2007), em todas as épocas as mulheres foram ignoradas pelas ciências, sua história foi mantida em silêncio, raramente as fontes traziam registro sobre mulheres, embora há muito tempo as mulheres deixaram de ser apenas filha, esposa e mãe essas identificações ficaram obsoletas diante dos avanços alcançados por estas mulheres. A ciência e a escrita eram dominadas pelos homens, que por muito tempo insistiram em ignorar a presença das mulheres. Scott alerta para o fato de que o sistema dominante (patriarcal) dividiu o Ocidente entre masculino e feminino. Vejamos:

Minhas reticências frente a teoria das relações do objeto provém do seu literalismo, do fato de que ela faz depender a produção da identidade de gênero e a gênese da mudança, de estruturas de inter-relação relativamente pequenas. Tanto a divisão do trabalho na família quanto as tarefas atribuídas a cada um dos pais tem um papel crucial na teoria de Chodorow. O produto do sistema dominante ocidental é uma divisão nítida entre masculino e feminino: O feminino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino do Eu é fundamentalmente separado do mundo. Segundo Chodorow, se os pais fossem mais envolvidos nos deveres parentais e mais presentes nas situações domésticas, os resultados do drama edipiano seriam provavelmente diferentes. (SCOTT, 1991, p.10).

A autora critica as construções do patriarcado centradas no aspecto biologicista e na maternagem. As mulheres confinadas nas atividades da casa e da família e os homens voltados para o trabalho na esfera pública. Essa segmentação, que reafirma o fato de que a mulher cuida das tarefas da casa e dos filhos e o homem trabalha para prover a família, têm seus fundamentos nos sistemas de dominação masculina, como indica Bourdieu (2011). A dominação masculina institui regras de relações sociais para dar sentido e significado aos processos sociais que envolvem gênero.

As relações de gênero nascem com o advento da civilização quando as relações sociais se complexificaram fazendo surgir a dominação de um gênero sobre o outro. Segundo Stearns (2011), em todas as épocas o patriarcado foi dominante.

Há registros da existência do patriarcado desde o quarto milênio a.C., pois na medida em que as civilizações iam se organizando como grupo social, ficava mais evidente o domínio masculino e a invisibilidade feminina. Não obstante, nas sociedades primitivas, os grupos populacionais se agrupavam em volta das mulheres porque as consideravam como criadoras do sistema de agricultura. Com o passar dos tempos, elas foram perdendo este lugar para os homens.

De acordo com Stearns (2012, p.49-50), de modo geral,

Embora as mulheres pudessem ser honradas como mães e como participantes de festivais religiosos, seu status no cotidiano era baixo. Não eram vistas como competentes perante a lei – primeiro o pai e depois o marido serviam de seus guardiões. A palavra grega para casamento significava empréstimo do pai ao marido. Nesse contexto o adultério e a sedução eram mais pesadamente punidos do que o estupro porque os primeiros envolviam tirar a mulher de seu marido; a punição refletia a ofensa feita a ele. Acima de tudo, a versão grega do patriarcado, ainda que menos sistemática do que a chinesa, compartilhava muitos elementos ao realçar a inaptidão das mulheres e seu status servil.

As mulheres não eram capazes de gerir suas vidas, embora elas sejam dotadas de habilidades domésticas e servis. O matriarcado constitui-se em exceção, como no caso atual da tribo africana Mosuo, que o mantém até os dias atuais. Esta tribo está situada às margens do lago Lugu, com uma população de 40 mil pessoas. Nela, os papéis sociais dos homens são bem definidos. A propriedade particular figura em nome da família, repassada de mãe para filha. Os homens fazem as atividades domésticas e são comandados pelas mulheres.

Mesmo o patriarcado sendo um sistema político, presente nas diversas sociedades e culturas universais, encontramos exceção do matriarcado, como esta da tribo Mosuo. O patriarcado estabelece relações com mitos e crenças religiosas, ideologias, sistemas econômicos e organizações políticas e sociais, em todos os tempos e lugares. Há momentos

em que percebemos que ele fica enfraquecido e, logo em seguida, ele reaparece com força total, ficando a impressão de que se retira para se reorganizar e montar novas estratégias políticas.

A dominação masculina começou a ficar cristalizada nas culturas a partir da formação das civilizações clássicas que expandiram seus aparatos políticos, comerciais e culturais. “As cidades mais ambiciosas se tornaram impérios com a especialização e difusão do comércio interno que tornou incipiente a prática do dinheiro” (SANTOS, 2010, p.43). Nesse processo, o patriarcado ganhou corpo na medida em que opera com crenças religiosas e simbolismos envolvendo a natureza e a vida cotidiana. Gênero é o conceito crítico que substitui as noções biologizantes no âmbito do patriarcado enquanto explicativas da condição da mulher. As relações de gênero explicam de forma ampla as relações sociais envolvendo mulheres e homens, as instituições, a natureza e a vida em sociedade com todo o seu simbolismo (TORRES, 2005).

Gênero comporta um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às mulheres. Está instituído na sociedade. “É o objeto de intervenção profissional, enfocando a forma pela qual os agentes institucionais lidam com esta problemática” (ALMEIDA, 1995, p.16), visto que as diferenças biológicas não limitam ou segregam a vida das mulheres e não são justificativas para a existência das desigualdades de gênero. De acordo com Azaleia (57 anos), uma das mulheres ouvidas neste estudo é preciso “que a mulher seja realmente respeitada, porque ela é tão profissional quanto o homem. Esse tratamento igual depende muito da secretaria” (entrevista, 2014).

A intersecção entre gênero e raça aparece em Scott (1991, p. 2), que considera que estes dois termos sugerem uma paridade que na realidade não existe, de certa forma se encontram, no contexto do discurso político sobre igualdade, desigualdade e diferenças.

Para Touraine (1997, p. 215), “os poderes autoritários têm vontade de unificar culturalmente a sociedade para impor um controle absoluto a indivíduos e a grupos, cujos interesses, opiniões e crenças são sempre diversos”. A ciência ocidental aprisiona as tradições das diferenças na medida em que não reconhece a cultura do outro. É preciso restabelecer o elo com essas tradições culturais para que a ciência possa explicar a humanidade, respeitando o outro em suas diferenças. Conforme Borges et alli (2002), somente assim seremos capazes de interagir com quem é “diferente” de nós na fisionomia, na cor da pele, nos valores, nos costumes e no gênero. É preciso superar teorias autoritárias, machistas, racistas, etnocêntricas, intransigentes e intolerantes.

A escravidão é justificada biblicamente (BORGES et alli, 2002, p.15). Uma teologia de caráter racista esteve na base de todo o processo de colonização no Brasil. A mensagem católica da época colonial afirmava que a África era um continente demoníaco onde reinavam o “cativeiro do corpo e da alma” e as “trevas do paganismo”. Daí a justificativa para a sevícia dos negros que deveriam ser escravizados para obter a salvação. O que se observa nessas leituras é que a construção do racismo e do preconceito se fundamenta em bases históricas. Mas, fica a interrogação: o racismo é sociocultural ou econômico (capitalista)? A busca por benefícios financeiros criou a escravidão e os escolhidos foram os mais vulneráveis, pela própria condição sociocultural, por serem nômades e viverem em pequenos grupos. Os dominantes se apropriam dos dois conceitos para justificar as ações discriminatórias perpetradas.

A necessidade de manutenção da hegemonia branca, europeia se efetivou com os regimentos internos das ordens e irmandades religiosas que atuaram no Brasil colonial, que endossam a ideia de limpeza e impureza de sangue, com algumas exceções, como é o caso da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho em Salvador/Bahia¹ e a Maçonaria em Manaus/Am². Conforme Carneiro (2007, p.13), “este era o ranço do preconceito de que as pessoas nascidas no Brasil, por não serem brancas, traziam dificuldades para a vida religiosa, por serem inquietos, não teriam aptidão para esta missão”. Por trás dessas explicações estavam os interesses particulares de alguns grupos sociais. Ao atribuir qualidades negativas aos negros, a elite dominante encontrou uma forma de se defender e escravizar a raça negra. Sobre o racismo teológico, Carneiro (2007, p.13) afirma que,

As qualidades, boas e más, eram apresentadas como hereditárias e características de uma certa raça. Assim, podemos afirmar que, até fins do século XVIII, persistiu no Brasil um *racismo de fundamentação teológica*, que estigmatizava todos aqueles que descendessem de judeus, mouros, mulatos e indígenas, classificados como falsos cristãos, inimigos do reino e da igreja, além de serem vistos como ameaça à fé, a doutrina e aos bons costumes.

O pensamento iluminista do século XVIII iniciou uma mudança de pensamento e trouxe novos interesses políticos. As teorias passaram a repensar o mito da pureza do sangue, embora permanecesse a preocupação com o risco de que os grupos “inferiores” acreditassem que todos eram iguais por nascimento e intentassem em assumir posições mais elevadas na

¹ Correio Nagô em :<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/irmandades-religiosas-no-1> acessado em 22/05/2015

² Segundo o portal Amazônia em :<http://portalamazonia.com/noticias-detalle/abraham-baze/a-maconaria-e-a-libertacao-dos-escravos/?cHash=c6880e5111fc9b709a4ba7d19e7b1e27>. Acessado em 09/07/2015.

sociedade, o que não era interessante para os poderosos do império colonial português. No entanto, estava em jogo a necessidade de mão de obra, pois os portugueses não davam mais conta, sozinhos, de tocar seus negócios. Essa política surgiu com o objetivo de modernizar a vida social e cultural portuguesa, além de fortalecer o poder do Estado e desenvolver o mercantilismo e a atividade manufatureira do reino (CARNEIRO, 2007). O preconceito e o racismo são políticos dos grupos dominantes que visam enquadrar grupos em categorias inferiores e entre esses grupos encontra-se o gênero feminino.

A escola, por ter sido criada para acolher uma demanda do império português, constituiu-se no instrumento do branqueamento, embora atualmente ocorra uma tentativa de erradicar o racismo através de políticas afirmativas, que foram se efetivando no decorrer das lutas sociais como é o caso das leis para erradicação da escravidão, que teve início em meados do século XIX, com a pressão dos ingleses para que o Brasil abolisse a escravidão com o intuito de ampliação do mercado consumidor, dentre elas estão a Eusébio de Queiroz, do Ventre Livre, sexagenário e lei áurea, embora essas leis fossem para libertação dos escravos, apenas amenizou a situação, visto que o estigma da escravização deixou profundas marcas que se estendem aos dias de hoje, o racismo e a desigualdade social são questões discutidas pela sociedade organizada que gerou a criação de leis como a 9.459/97 que altera a lei Caó, 7.716/89 sobre os crimes de racismo, assim como a Lei 10.639/03, que alterou a Lei 9.394/96 – das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática de História e Cultura Afro-Brasileira e a lei das cotas inseriu alunos de escolas públicas no ingresso ao ensino superior, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, lei 12.288/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, assim como a das cotas para negros, Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

A educação formal em seus momentos históricos foi domesticado, o ensino que era praticado nas casas, com meninas aprendendo a ler e a escrever e meninos se preparando para uma profissão no intuito de ser o único responsável pela família, esse contexto educacional que atendia apenas a formação das novas classes dominantes ou emergentes não havia inserção das mulheres, negros, indígenas e outras categorias que não faziam parte do grupo político-social da época, por serem considerados inferiores como aduz Borges et alli (2002, p. 19) sobre as novas ideias trazidas pelo iluminismo e Declaração Universal dos Direitos do homem:

As novas ideias afirmavam que todas as culturas se observam e se avaliam umas as outras, e que essas avaliações devem ser igualmente respeitadas e consideradas. Ora, o colonialismo europeu baseava-se na crença de que o ‘fardo do homem branco’ era ‘civilizar’ as populações ‘inferiores’, empregando para isso a exploração econômica, a violência e o extermínio de ‘nativos’.

Essa violência com que os brancos se referiam aos não brancos ainda repercute nos dias atuais, inclusive no tocante a postura do negro diante das intempéries do cotidiano, visto que, os sujeitos sociais que não estão dentro dos padrões sociais estipulados pela visão europeia, são excluídos e marginalizados. Estamos discutindo a situação do negro que é a base de nosso estudo, sem excluir a realidade cruel dos demais grupos sociais tidos como inferiores. Esses grupos permanecem na escravidão sob os nexos do capitalismo, que se caracteriza pela oferta de produtos e serviços em larga escala, mas não para todos. É o caso da moradia, que vem sendo objeto de programas e projetos para atender as classes subalternizadas. Esses grupos não têm capital necessário para gerir suas próprias condições de vida, envolvendo moradia, alimentação, transporte, educação entre outros. Fica claro, então, que gênero e raça constituem-se num binômio pouco reconhecido pelo sistema brasileiro, não há registro desse binômio nas escolas, no Brasil colônia.

Na sociedade colonial, a economia brasileira fundada na grande propriedade rural e na mão de obra escrava deu pouca atenção ao ensino formal para os homens e nenhuma atenção para as mulheres, especialmente as negras. O isolamento, a estratificação social e as relações familiares patriarcais favoreceram uma estrutura de poder fundada na autoridade sem limites dos homens donos de terras. A tradição cultural patriarcal vinda de Portugal para a colônia brasileira considerava a mulher um ser tão desprezível, que não tinha a necessidade de aprender a ler e a escrever. A educação monopolizada pela Igreja Católica reforçava o espírito medieval. A obra educativa da Companhia de Jesus contribuiu significativamente para o fortalecimento da predominância masculina, sobressaindo o apego dos jesuítas às formas dogmáticas de pensamento cuja contribuição para reforçar o mandonismo da Igreja Católica e do Estado foram fatores relevantes. As mudanças só começaram a ocorrer com a chegada da família real ao Brasil em 1808, em virtude da necessidade de estudos para os filhos das famílias portuguesas elitizadas, conforme aponta Alves (2010, p.57):

Com a vinda da Família Real portuguesa ao Brasil e a independência, em 1822, a sociedade brasileira começou a apresentar uma estrutura social mais complexa. As imigrações internacionais e a diversificação econômica aumentaram a demanda por educação, que passou a ser vista como um instrumento de ascensão social pelas camadas sociais intermediárias.[...]Os primeiros legisladores do Império estabeleceram que o ensino primário deveria ser de responsabilidade do Estado e extensivo às meninas, cujas classes deveriam ser regidas por professoras.

O percurso social e de inserção feminina a partir desta data, 1808, é traçado com lutas e perseverança das mulheres. Alves chama atenção para a educação feminina, que não figurava no sistema escolar, diga-se, uma educação voltada para as filhas da elite, já que essa preocupação foi motivada pelo aumento de burgueses que trouxeram os filhos para o País. Como as populações aqui existentes, mulheres e homens negros e indígenas, não estão nesse contexto, embora fosse parte significativa, estatisticamente e como construtores da sociedade, as diferenças étnicas e econômicas eram motivos para exclusão social. Os direitos não eram para todos. A escola que atendia a essa população não reconhecia os demais como partícipes, embora estivessem em todos os ambientes sociais, mas em funções desprestigiadas, sem valor para aquela sociedade burguesa, fato que se repete desde o século XV. De acordo com Munanga (1986, p.8),

Quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana em meados do século XV, a organização política dos Estados Africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular no qual as diferentes camadas sociais eram representadas. As ordens sociais e morais equivaliam à política. Em contrapartida, o desenvolvimento técnico, incluída tecnologia de guerra, era menos acentuado. Isto pode ser explicado pelas condições ecológicas, socioeconômicas e históricas da África daquela época, e não biologicamente, como queriam os falsos cientistas.

Do século XV ao XXI ocorreram avanços, desafios, perspectivas na estrutura global. No entanto, sonhos e utopias de um mundo mais saudável entre brancos e negros foram se esvaindo. Restou aos movimentos sociais empreenderem a luta pelo respeito às diferenças e à dignidade social, econômica e cultural para os negros. Os sujeitos envolvidos no processo educacional, professores, professoras, alunos, alunas, pais e mães, constroem diferentes identidades ao longo da sua história de vida. Um dos espaços que interfere, negativamente, nesse complexo processo de construção das identidades é a escola. A escola é palco das vivências e o lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. São registros de lembranças que produzem experiências e deixam marcas profundas naqueles que conseguem ter acesso à educação escolar. Fatores esses que interferem nas relações estabelecidas entre os sujeitos e na maneira como esses vêm a si mesmos e ao outro no cotidiano da escola.

“Foi longa e árdua a luta pela ampliação da educação feminina e o preparo profissional das mulheres. O combate foi feito principalmente por mulheres das classes médias e altas que, a partir da segunda metade do século XIX, incorporam campanhas e manifestos para obter para si e suas descendentes o direito que seus irmãos, companheiros e filhos homens tinham de frequentar escolas e universidades” (PINSKY e PEDRO, 2003, p. 275).

A conexão entre gênero e raça perpassa pelo papel da mulher como educadora dos filhos, e do papel da mulher negra que além de educadora, em muitos casos passa a ser provedora do lar. A partir da década de 1960, com a crescente organização das mulheres e os casos de separação e, mais tarde, sua legalização com o divórcio, os filhos quase sempre permanecem com a mãe. A mãe passa a ser responsável pela prole, esforçando-se para desempenhar o papel de provedor, sobrecarregando-se de atividades profissionais para dar conta de sua responsabilidade, este é um fenômeno tipicamente urbano. Nas cidades, as famílias chefiadas por mulheres passaram de 24,8% para 37,8% dos casos, de 1995 a 2009, (Marcondes ... [et al.], 2013). Se essa mulher for negra, a vida será bem mais sacrificada, porque as normas sociais beneficiam o branco, especialmente aquele que galgou espaço na sociedade. Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2012), a população negra no Brasil é de 51%. Neste número estão as mulheres que buscam espaço profissional ou já atuam nele, embora seja necessário reafirmar a competência, habilidades e capacidades, diariamente, mesmo que seus pares conheçam seu esforço, formação e titulação.

Devemos pensar o binômio gênero e raça nos cargos hierarquizados da Secretaria de Educação do Município de Manaus, a partir da perspectiva de respeito às diferenças, reconhecendo nas pessoas suas qualidades e competência técnica e não baseadas em possíveis favores, como podemos perceber na entrevista de uma das professoras ouvidas neste estudo. “Sou vítima de comentários maldosos, como o de ser amante de político influente. Me senti impotente, pois só falam pelas costas e no meio desses comentários, ainda dizem: o que uma preta dessa faz nesse lugar?” (Dama da Noite, 43 anos, entrevista, 2014). Não queremos olhar o passado enxergando o racismo na história da educação, mas parece inevitável. O magistério que incorporou muitas professoras negras continua com a sua política de pouco acesso delas a cargos elevados. Lembre-se que a entrada das mulheres na educação foi intensificada somente no século XX e se deu atrelada à sua inserção, também, no mundo do trabalho. Entretanto, como analisa Góis (1999, p. 745), “as variações na remuneração e nas condições de acesso àquele mercado entre negras/os e brancas/os podem ser atribuídas às diferenças de oportunidades educacionais”.

A crítica a esses estereótipos construídos há séculos é o primeiro passo para a compreensão dessa diversidade, tomando como premissa a análise histórica que permite visualizar e comparar mudanças ao longo do tempo, preservando as nuances da individualidade. Reiteramos a importância dos estudos de Scott (1991) sobre o conceito de gênero como uma categoria útil de análise, fazendo a intersecção entre gênero e raça como

uma construção social. Gênero é um conceito aberto a outras intersecções. É aberto ao diálogo e à abordagem histórica. A nossa esperança é que esta abordagem possibilite uma reflexão crítica multicultural, institucional e ressignificada do tema aqui apresentado.

1.2 - Trajetórias do movimento feminista e a presença das mulheres negras

Desde o final do século XIX, a necessidade de reconhecimento político do sujeito feminino, seu acesso à educação e à cultura ilustrada ensejou a entrada das mulheres no cenário da organização do feminismo. Mas as dificuldades fortaleceram o movimento e as mulheres tomaram as ruas com passeatas, como a de 1908, com 15 mil mulheres nas ruas de Nova York, Estados Unidos, marchando pela redução da jornada de trabalho, melhores salários e direito ao voto. Em 1910 é aprovada a proposta da socialista alemã Clara Zetkin, referente à instituição do dia internacional da mulher. É assim que, em 1911, é celebrado o dia internacional da mulher com a participação de mais de um milhão de pessoas na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça. Na Revolução Bolchevique ou Revolução Vermelha, que foi a segunda fase da Revolução Russa de 1917, a feminista bolchevique Alexandra Kollontai persuadiu Lênin para oficializar o Dia da Mulher que, durante o período da União Soviética, foi celebrado como o dia da “heroica mulher trabalhadora”. No período em que a antiga Checoslováquia integrava o Bloco Soviético (1948–1989), esta celebração foi apoiada pelo Partido Comunista, porém, aos poucos foi se transformando em paródia. Essa data foi usada apenas como instrumento de propaganda do partido. Nas últimas décadas, o dia acabou por se tornar um arremedo de si próprio. A cada dia 8 de março, as mulheres ganhavam uma flor ou um presente barato do chefe. Assim, o propósito original da celebração perdeu-se completamente.

A data foi comemorada durante as décadas de 1910 e 1920, no Ocidente, ganhando força ao longo da luta do movimento feminista dos anos 1970. Mas desde 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março deveria ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres que morreram no incêndio de uma fábrica de confecções, em 1857, em Nova York.

Ao longo da história de luta das mulheres muitos outros acontecimentos compuseram o quadro de conquistas feministas. Alguns homens contribuíram com a luta feminista, como é o caso do economista inglês John Stuart Mills, que reivindicava direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres. Na França, as mulheres passam a atuar na sociedade de forma mais significativa, reivindicando a melhoria das condições de vida e

trabalho, a participação política, o fim da prostituição, o acesso à instrução e a igualdade de direitos entre os gêneros. Em 1791, a francesa Olympe de Gouges lança a Declaração dos Direitos da Cidadã, na qual reivindicava o direito feminino a todas, dignidades, lugares e empregos públicos segundo suas capacidades. Em 1793, Olympe de Gouges é condenada à morte e guilhotinada em 3 de março, sua atitude foi interpretada de forma equivocada, julgaram que ela queria ser um homem de estado e de ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo. Nesse mesmo ano, as associações femininas foram proibidas na França.

Em 1819, a Inglaterra aprova a lei que reduzia para 12 horas o trabalho das mulheres e dos menores entre nove e 16 anos. Em 1840, Lucrecia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos. Em 1859 surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres. Em 1862, durante as eleições municipais, as mulheres puderam votar pela primeira vez na Suécia. Em 1865, na Alemanha, Louise Otto, cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs. Em 1866, no Reino Unido, o economista John Stuart Mill defende no Senado inglês o direito de voto para as mulheres inglesas. Em 1869, é criada nos Estados Unidos a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres, por Alice Paul. Em 1870, na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de medicina.

Em 1874, é criada no Japão a primeira escola normal para moças. Em 1878, a Rússia implanta uma universidade feminina. Em 1901, o deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres. Em 1903, algumas profissionais liberais norte-americanas criaram a *Women's Trade Union League*. Esta associação tinha como principal objetivo ajudar todas as trabalhadoras a exigirem melhores condições de trabalho. Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova York, reivindicando os mesmos direitos que as operárias de 1857, além do direito de voto.

As mulheres caminhavam com o slogan “Pão e Rosas”, com o propósito de chamar atenção para a causa elas levaram o pão que simbolizava a estabilidade econômica e as rosas, a melhor qualidade de vida. A defesa dos direitos das mulheres constitui um direito humano constitucionalizado, embora haja necessidade do reconhecimento dos deveres e responsabilidades no enfrentamento a todas as formas de discriminação, que tem, na desigualdade de gênero, uma de suas dimensões mais evidentes e desafiadoras.

A organização política das mulheres é um dos movimentos sociais que mais avançou no século XX. As mulheres entraram na cena política construindo sua identidade como sujeito para discutir seu papel na sociedade. O esforço consiste em diminuir a desvalorização, discriminação e o preconceito ao gênero. De acordo com Prado (2012, p.2):

No Brasil, considera-se o dia 24 de fevereiro de 1932 como um marco na vida de nossas mulheres. Pois, nesta data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e no Legislativo. Apesar de constatarmos um avanço na consolidação dos direitos da mulher no mundo, neste início de século, ainda não se pode dizer que elas conquistaram uma posição de igualdade em relação aos homens. Estes continuam tendo maior acesso à educação e a empregos bem remunerados. A isso se soma também a violência física e psicológica contra a mulher, fenômeno que continua a fazer parte do cotidiano da vida moderna.

Não obstante as vitórias obtidas no âmbito da luta das mulheres, ainda há muito que avançar na luta feminista, principalmente no que diz respeito à equiparação salarial entre mulheres e homens. Isto é o reflexo de um tempo em que a dominação masculina encarregou-se de definir os papéis para as mulheres na esfera privada e os homens na esfera pública, reflexo latente do patriarcado (BAMBERGUER, 1979). A mulher negra é marcada por um contexto histórico de exploração sexual, violência e pouca inserção no mercado de trabalho. Os anos passaram e a luta feminista avançou muito pouco com relação à mulher negra. A submissão ainda existe e relega a mulher negra a empregos desvalorizados, altos índices de prostituição, condições precárias de saúde e educação.

O século XIX é solo das origens do feminismo no Brasil. As primeiras manifestações desafiaram a ordem do mundo público (do voto, do direito como cidadã). Levantaram a bandeira do sufrágio, questionando a dominação masculina sobre a feminina em todos os aspectos da vida social. Durante o Império do Brasil, alguns juristas tentaram legalizar o voto feminino, com ou sem o consentimento do marido. A constituição de 1891 excluía a mulher do voto, pois na cabeça dos constituintes não existia a ideia da mulher como um indivíduo dotado de direitos. Isso fez com que muitas mulheres requeressem, sem sucesso, o alistamento. A constituição republicana de 1891 continha inicialmente uma medida que dava direito de voto para as mulheres, mas na última versão essa medida foi abolida, pois predominou a ideia de que a política era uma atividade desonrosa para a mulher.

Alguns momentos históricos desta época foram importantes para o avanço da luta das mulheres, entre outros, as greves de 1917. Em 1922 houve o surgimento do Partido Comunista Brasileiro. Neste mesmo ano, também houve a realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Em 1982, Berta Lutz, que é, ao lado de Nísia Floresta, considerada pioneira no feminismo brasileiro, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que lutava pelo voto, pela escolha do domicílio e pelo trabalho de mulheres sem a autorização do marido. A primeira eleitora registrada foi Celina Guimarães Viana. Celina, em 1927, invocou o artigo 17 da lei eleitoral do Rio Grande do Norte, que dizia o seguinte: “*No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que*

reunirem as condições exigidas em Lei”. Em 25 de novembro de 1927, ela deu entrada numa petição requerendo a inclusão no rol dos eleitores. O juiz Israel Ferreira Nunes deu parecer favorável, incluindo-a no rol dos eleitores e enviou telegrama ao presidente do Senado Federal, pedindo, em nome da mulher brasileira, a aprovação do projeto que instituía o voto feminino.

O fato que mais repercutiu em relação a todas as mulheres, e que foi detectado pela advogada e feminista mineira Mietta Santiago, em 1928, a proibição ao voto feminino contrariava o artigo 70 da Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil (1891), então em vigor. O artigo previa que seriam eleitores “*cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei*”. Ou seja, fala de “*cidadãos maiores de 21 anos...*” sem qualquer discriminação de sexo. Com base nisso, Mietta Santiago impetrou mandado de segurança e obteve sentença que lhe permitiu votar em si mesma para um mandato de deputada federal. Embora não tivesse a advogada mineira conseguido se eleger, o que seria uma ousadia para a época, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, aproveitando-se dessa brecha aberta por Mietta Santiago, pode candidatar a potiguar Luiza Alzira Soriano Teixeira, que se tornaria a primeira mulher a ser eleita para um mandato político no Brasil. Ou seja, Alzira Soriano, em 1929, tomaria posse no cargo de intendente do município potiguar de Lages, no Rio Grande do Norte.

A entrada das mulheres negras no movimento feminista se dá de forma tardia e tímida. Elas ainda se encontravam na condição de serviçal da mulher branca que obteve o direito de desempenhar funções sociais e profissionais. Ainda assim, essas mulheres sublimavam a própria condição, como é o caso da primeira mulher negra a discursar em ambientes de brancos foi Sorjourner Truth (1797-1883), nome adotado por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Truth nasceu no cativo em Swartekill, Nova York. Seu discurso mais conhecido, “Não sou uma mulher? ”, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. Apesar das outras mulheres não consentirem, obteve permissão e ao falar calou uma plateia de mulheres e homens brancos. No seu discurso utilizou o livro bíblico de Gênesis, dizendo o seguinte: “se uma mulher subverteu o mundo, deem-lhe a oportunidade de consertar”. Enquanto negra e sem formação acadêmica e tendo vivido a maior parte de sua vida como escrava, teve a coragem de falar a uma plateia de dominantes e contrários a suas reivindicações, ela foi no mínimo o princípio do feminismo negro (MOURA, 2013, p. 5).

A historiografia da mulher negra no Brasil é pouco conhecida. A insistência em negar a pluralidade étnica e cultural contribuiu para a ausência de raça no movimento feminista.

Nesse processo, as negras ficaram imiscuídas no todo, sem poder de decisão. No entanto é dentro do movimento feminista que elas aparecem timidamente, mais tarde, Luiza Mahin, líder da revolta malês, na Bahia, em 1835, é uma dessas feministas que seguiu os passos de Truth, sem saber ou conhecê-la, defendeu princípios feministas como a equidade ao apoiar a luta dos negros em prol da liberdade.

Se já era difícil a mulher negra levantar a bandeira de luta na medida em que ela não era sujeita nem de sua própria vontade, pois não era permitido nem mesmo o direito de ser cidadã, como lutaria por direitos políticos? A mulher negra era considerada o arquétipo da doméstica, seu lugar era na cozinha, sem direito de ter direito, embora esta realidade esteja mudando nos dias atuais. Uma das mulheres ouvidas neste estudo revela que, “a mulher negra tem acesso e permanência mais difícil na sociedade, assim como a sua inserção social. Particularmente, não tive grandes problemas em relação a isso”. Nunca fui vítima de preconceito ou algo semelhante. Para mim é tranquilo” (Dália, 49 anos, entrevista 2014).

As mulheres avançaram e conquistaram direitos sociais, jurídicos e políticos, no entanto esses direitos não se estenderam a mulher negra na mesma proporção da mulher branca, este desequilíbrio existente entre essas categorias de mulheres é um cenário histórico, que a mulher negra é inferiorizada em todos os aspectos humanos, apenas pela cor da pele, que é um traço da escravidão negra no Brasil. Segundo Ribeiro (2008, p. 988);

Isto é reflexo de uma sociedade que avança em garantia de direitos, mas que se mantém descompensada pela continuidade de regimes excludentes, como o racismo e o machismo. Obtivemos avanço na agenda política. Porém, não suficiente para destruir as mazelas deixadas pela escravidão e abolição inacabada. Com isso, surgem novas perguntas, indagações e proposições, sobretudo no que diz respeito à busca de visibilidade político-social e melhores condições de vida para mais da metade da população – os negros.

O histórico do feminismo é, como todo processo de amadurecimento, acompanhado de mudanças históricas que se tornam estratégicas para as conquistas das mulheres. O feminismo comportou três fases. A primeira se situa no final do século XIX, denominado de movimento sufragista (luta por direito ao voto feminino) e por direitos democráticos (direito ao divórcio, educação completa, trabalho). A segunda, no final dos anos 1960, caracterizou-se como revolução sexual quando as mulheres queimaram os sutiãs na rua. No final dos anos 1970, a terceira fase marca a luta protagonizada pela mulher trabalhadora, que se estende até os dias atuais. Nesses três momentos do feminismo as mulheres levantaram várias bandeiras como vimos ao longo deste estudo, enquanto a mulher negra continua lutando por sobrevivência. Mesmo com os avanços que a mulher conquistou, enquanto a mulher branca

lutava pelo divórcio, a mulher negra enfrentava a solidão do abandono ou da viuvez, tornando-se chefe de família, ao mesmo tempo em que não tinha oportunidades e nem aparência, segundo os padrões europeus, exigidos para assumir trabalhos com melhor remuneração, que lhe dessem a possibilidade de sustentar a família de forma digna.

No período colonial, as mulheres criavam estratégias de sobrevivência ao regime escravocrata e lideravam diversos movimentos de libertação do segmento negro, como as rebeliões nas senzalas, os cuidados espirituais, as fugas, a formação dos quilombos, a compra de alforrias, o trabalho na cidade e a estruturação de suas famílias. No entanto, quando chegam ao século XX alforriadas e livres, veem-se só e destituídas de qualquer direito no âmbito da política de gênero.

Na segunda metade do século XX, com a intensificação dos movimentos feministas pela ampliação e reconhecimento dos direitos das mulheres negras, estas encontravam dificuldades de incluir sua pauta política nestes espaços que, liderado pelas mulheres brancas que tinham como referência o feminismo europeu, se negavam a reconhecer as diferenças intergênero e tratavam a categoria mulher como homogênea e universal. Esta prática de anular a existência da mulher negra como grupo social com identidade e necessidades peculiares se estendeu por muito tempo no movimento feminista, porém, desde o final de 1990 as organizações feministas têm avançado nessas discussões e assumido esse segmento negro. Atualmente, existem vários grupos de mulheres negras como as quebradeiras de coco babaçu, grupo de mulheres quilombolas, grupo de religiões de matriz africana, entre outros (REIS e FREITAS, 2010, p.2).

Na década de 1970 surgem novos movimentos sociais de negritude, como o Movimento Negro Unificado (MNU), dentro dos quais as mulheres negras também tiveram dificuldades em discutir as relações de gênero, havendo, pois, necessidade de realizar enfrentamento constante com tais movimentos. De acordo com Gonzáles (1988, p.08), “a conscientização das mulheres negras em relação às opressões sociais ocorre antes de qualquer coisa pela via racial, e que as raízes e experiência histórico e cultural comuns entre nós e os homens negros acabam por fortalecer nossos laços políticos”. Foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de libertação.

A discussão sobre o feminismo negro tomou forma a partir da segunda fase do feminismo, quando as mulheres negras entram no mercado de trabalho industrial. Nesse período dos anos 1960, as mulheres negras começaram mais firmemente a ser inseridas na luta do feminismo contra o racismo e os estereótipos contra elas. O voto não era apenas um

direito civil, era a carta de alforria das mulheres negras. O que poderia ser considerado como história ou reminiscência do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos nos dias atuais. Hortência (49 anos), uma das mulheres ouvidas neste estudo, apresenta em sua fala um tipo de racismo velado, referindo-se nos seguintes termos, “*como mulher negra, eu não me vi com problema nenhum, nem enfrentei barreiras, mas acompanhei situações de racismo explícito.* (entrevista, 2014).

Na terceira fase do feminismo, as mulheres negras já estavam empoderadas. Procuravam negociar espaço dentro da esfera feminista para a consideração de subjetividades relacionadas à raça. Além disso, com o próprio questionamento do padrão branco de classe média e alta das feministas, mulheres negras começaram a se destacar socialmente e negociar seus espaços para as diferentes condições sociais e étnicas. O olhar crítico das feministas sobre o próprio movimento que integravam permitiu o florescimento de novas ideias e a redefinição de estratégias que apresentaram falhas em momentos anteriores. Segundo Carneiro (2003, p.2),

Esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirmam essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

Na terceira onda, as mulheres negras se tornaram mais transgressoras e audazes, lutando por seus direitos e pela democratização dos espaços de poder. Os espaços de poder são branqueados, parece pertencer a outro grupo social, pois passou séculos insistindo na descaracterização do segmento negro. Apesar do que preconizou a sociedade, através da política de branqueamento os espaços de poder se tornaram lugar, também do negro e a mulher negra se sobressaiu com excelência devido à postura que assumiu diante de todo o processo, mesmo necessitando acertar sempre para demonstrar competência e profissionalismo para não correr o risco de ser substituída no cargo com justificativas inconsistentes embasadas em qualquer situação comum do hodierno sem que tenha havido condições profissionais e estruturais para que as tarefas fossem cumpridas a contento.

1.3 – As desigualdades sociais e a luta das mulheres negras pela educação

A partir da década de 1970, alterações significativas ocorreram no perfil da força de trabalho feminina afetando a situação do magistério. De um lado, a mulher amplia sua presença nos níveis mais avançados de ensino, havendo, pois, a preponderância feminina maciça no nível básico de ensino. De outra parte, mantinha-se a presença feminina nas ocupações domésticas, no cuidado da casa, dos filhos e do marido. Os meninos eram preparados para serem os provedores da família e a tirar seus proventos da agricultura e de outros recursos da natureza. A situação social dos negros da época era bem definida, não havia necessidade de incentivar os estudos. Os negros aprendiam a ler das mais diversas formas, a exemplo de Machado de Assis e a sua ascensão a partir da leitura.

A situação escolar era de desinteresse dos alunos. Não havia motivação visto que o trabalho era o fator mais importante e necessário para as famílias. “Na segunda metade do século XX, embora já tivessem ocorrido transformações nas condições de vida das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continuava vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista, e ser negra numa sociedade racista” (MUNANGA, 2006, p. 133).

Na última década, observa-se a manutenção da tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres. A discriminação motivada por gênero e por pertencimento a um grupo de cor/raça encontra-se disseminada em diversos campos da vida social e se perpetua no sistema educacional, que é o campo no qual são reproduzidos muitos dos estereótipos de gênero existentes em nossa sociedade. No caso da questão racial, a escola ainda não se encontra preparada para conviver com as diferenças. Há ainda grandes desigualdades no acesso e na permanência dos indivíduos de diferentes grupos populacionais (IPEA, 2008).

A luta das mulheres não é uma disputa de lugar entre homens e mulheres e nem deve ser entre mulheres e mulheres. No entanto, quando se trata da mulher negra, a discussão é mais profunda e carregada de significados simbólicos a ponto de, às vezes, a pouca visibilidade delas nos espaços de poder pareça inclusão social, transparece como um ato histórico que favorece a categoria, não há reflexão acerca do contexto histórico desse povo, apesar de vivermos em uma sociedade que afirma, falsamente, a democracia racial (MUNANGA, 2005). Deparamo-nos ainda, com horrores como os homicídios de jovens negros, denunciados nos jornais do País, com taxas de analfabetismos de 8,3% para brancos e 21,5% para pretos. É verdade que a desigualdade social não é uma questão só racial, é

também de classe e regional, mas, não podemos deixar de reconhecer que atinge enormemente a população negra, que representa 51% da população brasileira (IBGE/2010).

O quadro que retrata as condições socioeconômicas referentes a rendimentos dos grupos de cor e raça no Brasil, entre 2009 e 2010 (INSTITUTO LAESER 2010, p.2), confirmam a situação de desigualdades da população brasileira e a necessidade de reconhecimento dessa categoria que entrou no contexto da democracia racial e foi apenas contabilizado estatisticamente, sem que houvessem políticas afirmativas que atendessem as suas especificidades, especialmente na saúde e educação.

Os dados mostram que, entre 2009 e 2010, o único item onde pretos e pardos se aproximam dos brancos é na educação de jovens acima de quinze anos. Mesmo com toda a divergência, histórica, de opiniões a respeito da capacidade intelectual dos negros, os dados são claros e nos permitem afirmar que a população de pretos e pardos busca formação e conhecimento, embora na adolescência e na fase adulta, o índice de analfabetismo ou atraso educacional em relação aos padrões sociais, seja alto, os demais dados apresentam outras situações críticas como a condição de moradia, esperança de vida e mortalidade por homicídio. Nesses dados a população preta e parda se sobressai de forma significativa. Geralmente esses dados negativos se referem à população negra masculina jovem.

A pesquisa do Dieese³ (2012) sobre a inserção dos negros no mercado de trabalho revela que os negros são a maioria dos trabalhadores em ocupações que exigem menos qualificação, nas quais as relações de trabalho são mais precárias e os rendimentos são mais baixos, como é o caso da construção civil e dos serviços domésticos. Com relação aos rendimentos, a pesquisa mostra que entre 2001 e 2011, a remuneração dos negros cresceu em todas as regiões, mas, ainda assim, é bastante inferior à da população não negra. Para se ter uma ideia, na região metropolitana de São Paulo, em 2011, os negros trabalharam a mesma jornada que as pessoas de cor branca (em média 42 horas semanais), mas o seu rendimento correspondeu a apenas 61,7% do recebido pelos brancos. Para as mulheres negras estes resultados são ainda piores.

Em novembro de 2012, o Governo Federal anunciou que 75% dos novos integrantes da classe média brasileira eram negros. De acordo com estudo elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, nos últimos dez anos, 35 milhões de brasileiros ascenderam à classe média, que já soma mais de 100 milhões de pessoas no Brasil, representando 53% da população do país. Os negros teriam passado a representar 51%

³ DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

deste grupo, que tem renda *per capita* entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00. Em 2001, este percentual era de 31%.

No texto apresentado no livro “Igualdade Racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos Afrodescendentes”(SILVA E GOES , p.09,2013).intitulado “*O Trabalho Doméstico e o Espaço Privado: iniquidades de direitos e seus impactos na vida das mulheres negras*”, Cláudia Mara Pedrosa concluiu que o dia a dia das trabalhadoras domésticas negras ainda é marcado por relações de opressão e invisibilidade. São relações permeadas por muita opressão e violência. A autora elabora uma crítica sobre essa invisibilidade do trabalho doméstico e da falta de fiscalização. Nesse processo estão as profissionais de educação que passam por vários setores, da merendeira escolar ao mais elevado cargo hierárquico. Muitas dessas profissionais não têm remuneração compatível com o trabalho realizado, embora elas tenham formação superior, ainda não estão organizadas para discutir e fazer frente a essa situação. A competência profissional é definida como a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho, qualquer que seja a sua procedência (OLIVEIRA 2010, p.409).

O impacto do racismo em nossa sociedade tem sido o fator determinante de empobrecimento e opressão da população negra. A situação socioeconômica desse segmento e, em especial da mulher negra, está muito aquém da dignidade humana. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA/2011), o Brasil possui 53 milhões de pobres. Destes, 37% são brancos/as e 63% são negro/as e ainda dos 22 milhões de brasileiros/as que possuem renda mensal abaixo de R\$ 120, 30% são brancos/as e 70% são negras/os. Se observarmos estes dados sob a perspectiva de gênero, detectaremos que as mulheres negras que recebem os menores salários, ou seja, elas recebem menos do que as demais categorias, inclusive menos que os homens negros.

De acordo com o IPEA (2011), a pesquisa realizada dá conta de que 51,2% da população é constituída por mulheres: destas 46% são negras ou pardas, somando 89%. A população afrodescendente tem uma expectativa de vida seis vezes inferior à população branca (respectivamente, 64 e 70 anos). As mulheres negras têm 25% menos chance de chegar aos 75 anos do que as mulheres brancas.

No mercado de trabalho essas desigualdades também se reproduzem. Da População Economicamente Ativa (PEA), 42% são mulheres e destas, 18% são negras (14 milhões). Mulheres negras recebem 55% menos do que as mulheres não negras. 60% dos domicílios chefiados por mulheres negras têm renda inferior a um salário mínimo. De acordo com a

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD⁴, 2007), em 2006, do total da população que exercia o trabalho doméstico no Brasil, 94,3% era do sexo feminino e 61,8% eram pretas e pardas. Esses dados indicam o “lugar” das mulheres negras associado ao trabalho doméstico remunerado. Ao fazermos essa afirmação não queremos menosprezar esse tipo de atividade, mas problematizar a participação significativa das mulheres negras nesse setor como resultado de um processo histórico de segregação ocupacional envolvendo gênero e raça.

Como podemos observar através desses indicadores, a pobreza no Brasil tem cor e sexo. Segundo pesquisa do IPEA (2011), embora entre as décadas de 1960 e 1980, o ingresso de mulheres negras no ensino superior tenha sido três vezes maior que as mulheres brancas, elas continuam recebendo menores salários e a distância da escolaridade entre negras e brancas permanece (negras: 78% alfabetização e 76% de escolaridade e brancas 90% alfabetização e 83% escolaridade). A taxa de analfabetismo, em 1999, era de 20% para pretos/as e pardos/as e de 8,3% para brancos/as. Apenas 18% dos/as pretos/as e 23% dos pardos/as que terminavam o Ensino Médio tinham chance de entrar para a universidade, contra 43% dos/as brancas/as.

Segundo Bruschini e Amado (1988, p.05), “esses dados revelam que a mulher está em processo de inserção social e profissional, pois a igualdade de gênero, está se inserindo e ultrapassando o poder patriarcal inserido na sociedade, e o conceito de que a natureza da mulher era para socializar”.

É importante lembrar que a manutenção de um modelo de família patriarcal, segundo o qual cabe às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico, condiciona a participação feminina no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem à sua qualificação e à oferta de emprego. Fatores como esses afetam a participação feminina, pois conforme Bruschini e Amado, (1998, p.04). “O trabalho das mulheres não depende apenas da demanda do mercado e das suas necessidades e qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa, e em permanente transformação, dos fatores mencionados”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil tem 93.390,523 homens e 97.342,162 mulheres. Observe-se que as mulheres estão em maior número. Também elas são maioria na profissão de magistério. De acordo com Almeida (1995, p.16), “a premissa é de que não somente as dinâmicas sociais determinam as formas de

⁴ PNAD - Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio.

organização sócio técnico profissional, como também algumas profissões, dentre elas a educação, incide sobre a produção e reprodução de relações sociais, as quais estão matizadas por relações de classe, gênero e raça”.

Quando as mulheres foram inseridas nesse processo, os professores homens não eram bem aceitos como professor das crianças na primeira infância. Assim, ocorreu a feminização do magistério associado à questão familista e, também, por constituir-se numa profissão desvalorizada financeiramente. Aos poucos foi se tornando comum a mulher assumir o magistério, especialmente nas séries iniciais da educação básica. No período republicano se acreditava que a educação era a ferramenta ideal para transformar as pessoas, pois havia a necessidade de se tirar muitos indivíduos da escuridão do analfabetismo. A mulher era vista como a pessoa ideal para educar os filhos, portadora da “vocação” para educar o que lhe conferia o papel de propagadora da moral e da civilidade, caracterizando sua atuação como professora. “Daí porque estar atenta/o para as concepções de gênero que atravessam a construção de um determinado campo científico, de uma área de trabalho e de atuação, de uma formação e prática educativas, parece-me que é fundamental” (LOURO, 1995, p.7).

Nesse período, nota-se não só a propensão das mulheres para o ensino primário, tendo-o como mercado de trabalho, mas também a ampliação da presença feminina em outros níveis e modalidades de ensino (VIANA, 2001, p. 86).

Bruschini e Amado (1988, p. 6) assinalam que o acesso das mulheres ao ensino superior era limitado e concentrado em poucos ramos de ensino. Somente às vésperas da década de 1940 é que se permitiu que as mulheres que frequentavam as escolas normalistas ingressassem em alguns cursos como Filosofia e, em 1953, aos demais cursos. O ingresso maciço das mulheres no ensino superior, a partir de então, contribuiria para consolidar também, o magistério secundário como ocupação feminina, pois a grande maioria das que ingressaram nas universidades dirigiam-se para cursos que preparavam para a docência naquele nível. Percebe-se que as mulheres no ensino superior eram direcionadas para as licenciaturas, para ingressarem na docência, permanecendo a cultura do cuidado e do familismo.

Costa (1994, p.403) assinala que neste mesmo período, os poucos projetos de pesquisa sobre mulheres estiveram centralizados nos temas de maior força das ciências sociais, que eram trabalho, população e desenvolvimento. Conforme Vieira (2006, p.33/34), no Brasil as mulheres ganharam o direito de ingressar na universidade a partir de 1879, antes desse período as poucas mulheres que obtinham diploma de nível superior conseguiram o grau de

instrução na Europa ou nos Estados Unidos, dependendo, portanto, de autorização, recursos e incentivos de uma família abastada. A mulher pobre era excluída dessa modalidade de ensino.

Gomes (1999) afirma que a discriminação racial e de gênero é uma prática explícita no dia a dia da escola, muitas vezes confundindo-se com outras áreas de pertencimento de gênero. A autora chama a atenção para a necessidade de criar uma cultura que se coloque contrária à discriminação racial e de gênero que se manifesta explicitamente nas práticas pedagógicas e isto é uma tarefa difícil. A visibilidade de uma ação discriminatória possibilita uma reação explícita, inclusive, apoiada na lei. Contudo, é no campo do discurso, da fala e dos valores que os preconceitos raciais e de gênero afloram mais. Uma das mulheres ouvidas neste estudo parece não perceber que em sua fala há um tom velado de racismo, a saber, “aqui é uma relação normal. A gente não faz distinção, seja qual for a pessoa que chegar a gente trata do mesmo jeito. Ninguém tem preconceito, não” (Azaleia, entrevista, 2014).

O local do trabalho é um campo movediço que possibilita a efetivação de práticas discriminatórias. Talvez as pesquisas educacionais não tenham dado, até hoje, a devida importância ao discurso das professoras quando este se refere ao negro e à mulher. Um discurso que se expressa através da fala e dos gestos. É através da fala das professoras que, muitas vezes, podemos ver a recorrência do pensamento racista e sexista. Trata-se de uma fala confusa e contraditória, transvestida de democracia racial e que imprime marcas profundas na construção da identidade racial de alunos/as negras/as e brancos/as. Uma fala que termina por confundir os avanços do movimento democrático (GOMES, 1999).

Pode-se notar a força do discurso sobre o negro e sobre a mulher em frases aparentemente inocentes e tão presentes no imaginário e nas práticas educativas da nossa escola, como por exemplo:

Esta aluna é negra, mas é tão inteligente! Eu pensava que a professora do meu filho fosse assim... mais clarinha! A professora usa caneta preta porque é preta. Também... as meninas de hoje acham que mostrar o corpo é que é bom. Aí, veja só... depois um tarado as encontra e elas querem ser as vítimas. A mulher hoje está confundindo o seu lugar com o do homem. Ela quer fazer tudo o que o homem faz (GOMES, 1999, p.2).

Gomes apresenta nesse texto, falas racistas, discriminatórias em diferentes contextos que agregam e classificam a pessoa pela cor fazendo um paralelo que julga o nível de inteligência como inferior a partir da cor da pele, a comparação da cor da caneta a da professora deixa claro que não há respeito pela pessoa ou profissional, apenas pela cor da pele, por ser negra. Se faz necessário reconhecer que as mulheres negras, necessitam se organizarem melhor politicamente, a fim de que possam construir seus espaços na história

sem precisar esconder-se por trás de sua condição étnica, abolindo o racismo velado e a falta de compreensão etnicorracial que envolve a vida da mulher negra.

CAPÍTULO II – OS CARGOS EDUCACIONAIS HIERARQUIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS E A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA.

O segundo traço da violência racista, não duvidamos é o de estabelecer, por meio do preconceito de cor, uma relação persecutória entre o sujeito negro e o seu corpo.

NEUSA SOUZA

2.1 – A Cor da Pele: Quem Somos?

Estabelecer uma análise sobre o conceito de raça/etnia supõe, acima de tudo, buscar seus significados na fala dos sujeitos que se encontram nesta situação de racialidade, numa condição de pertença à raça negra é uma condição que no Brasil é bastante complicada, a população negra traz os estigmas postos e impostos pelo colonizador que induzem os negros a negarem a própria descendência, geralmente em uma busca insana para tornar-se o mais branco possível, seja com a mistura étnica ou com a transformação física como alisar e clarear os cabelos, essa dominação impetrada pelo colonizador no intuito de forçar o branqueamento se instalou na sociedade brasileira causando a discriminação aos “diferentes” dos padrões europeus.

Os negros escravizados perderam a identidade étnica, territorial, nacional, além da cultura tribal, a língua materna. Os afrodescendentes brasileiros se autodeclaram a partir da cor da pele, aparência física, enfim não levam em consideração a identidade étnica do grupo que pertence, visto que a grande maioria não sabe e não tem informação suficiente sobre a diáspora que trouxe os negros para o Brasil. A cor da pele não determina etnia, identidade étnica, ou seja, a origem foi engessada nos traços físicos sem, no entanto, haver preocupação com a descendência étnica dos negros brasileiros, isso também foi um artifício de controle para que os negros não se organizassem e rebelassem, criando dessa forma “o lugar do negro”, e a mistificação do mesmo. É uma das afirmações de Sousa (1983, p.64).

Meu pai dizia que a gente era rico. Minha mãe dizia que a gente era pobre. Eu achava que ser rico era morar naqueles prédios que tinham brinquedos. Mas, também, não era pobre, porque pobre era morar na favela. Ai eu não sabia meu lugar, mas negra eu sabia que não era. Negro era sujo, eu era limpo, negro era burro eu era inteligente; era morar na favela e eu não morava e, sobretudo, negro tinha lábios grossos e eu não tinha. Eu era mulata ainda tinha esperança de me salvar ... (Luísa)

Este debate é feito com as mulheres negras que desempenham cargos hierarquizados na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, a quem chamaremos por nome de flores para manter a sua integridade moral.

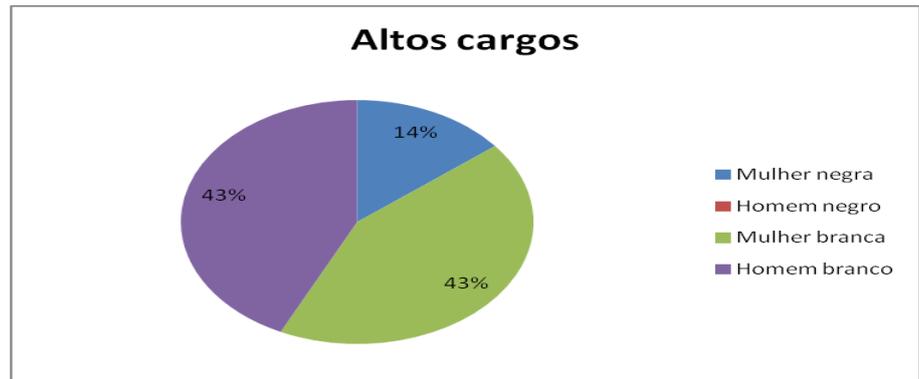
Uma das chefes de um setor da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Manaus), que ocupa cargos há mais de trinta anos, sente um certo constrangimento em definir-se etnicamente. A resposta, após um longo silêncio, ocorre inicialmente pela observação da cor da pele (olhando a cor dos braços e tocando o rosto, especialmente o nariz), responde: “sou clara”. Após ser lembrada que essa definição não existe para o censo do IBGE^{demonstra} constrangimento e responde: “Parda, né? ” (Angélica, 54 anos, entrevista, 2013). Embora a aparência física a declare negra, a entrevistada se autodeclara com base na cor da pele do que é designado pelo IBGE, sem se dar conta do racismo existente na declaração, deixando transparecer a falta de entendimento sobre a própria ascendência. Chamou-nos a atenção o seu constrangimento para emitir a resposta sobre a própria identidade. Quando é indagada acerca de sua visão sobre a mulher negra, Angélica aponta o seguinte:

Eu vejo uma mulher forte, a mulher negra, geralmente elas são mulheres fortes, que vão pra luta e não se rebaixam por qualquer coisa, não. Principalmente se essa mulher teve a oportunidade de conseguir estudo. Eu nunca vi uma mulher negra que teve oportunidade de estudar que ela seja quieta, calminha, que ela seja passiva, não. Ela sempre é...Vamos dizer assim, determinada (entrevista, 2013).

Podemos observar nessa fala a distância entre a mulher que se autodeclara parda e o discurso sobre a mulher negra, embora ela admita que a mulher negra é forte e determinada, ela não se autodeclara negra, busca no próprio corpo o mínimo de traços brancos, entendemos que existe a negação da própria identidade. A fala de Angélica é destituída da condição de pertença à raça negra, sobretudo no que diz respeito ao uso da terceira pessoa do plural (elas), o que denota a sutileza da negação da sua condição de afrodescendente.

A estrutura da Secretaria Municipal de Educação de Manaus em sua construção orgânica possui poucos negros e negras nos cargos de alto escalão. Angélica, por exemplo, está nessa instituição há mais de 30 anos, sobrevivendo às relações políticas e, por mais de 15 anos, encontra-se exercendo o mesmo cargo que é de médio porte. A figura abaixo aponta os altos cargos e quem os ocupa na condição étnica e de gênero. É importante perceber que os altos cargos estão administrados por homens e mulheres brancas com o seguinte resultado: 43% homens brancos; 43% mulheres brancas; 14% mulheres negras e não foram encontrados homens negros nos altos cargos.

Figura 1



Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Conforme observamos o gráfico fazemos a leitura sobre o mapa de negritude na SEMED/ Manaus, em um contexto de apenas 14% de negros e todos os cargos estão ocupados por mulheres, não houve registro de homens negros em cargos de chefia nessa instituição, porém os mais altos cargos estavam sendo administrados por homens e mulheres brancos e brancas, a subsecretária de Gestão Educacional se autodeclarou indígena, embora seja branca, loura e de olhos verdes, a justificativa é que ela tem um irmão que representa o negro, outro que representa o indígena dessa forma a família representa o povo brasileiro.

Eu particularmente eu não sei se é porque a minha família, eu sempre digo assim que a minha família ela é um retrato do povo brasileiro no sentido da miscigenação, nós temos irmãos, eu tenho um irmão que eu digo que representa o índio e eu tenho um irmão que representa a raça negra, então, tanto é que quando estamos juntos as pessoas acham que não somos irmãos, mas nós somos irmãos, eu tenho assim, não está mais nessa dimensão, e nós não tivemos problemas nenhum na nossa família, então por essa formação, eu não tenho problema nenhum em me relacionar com as pessoas. Aqui, pelo menos de minha pessoa com relação as outras pessoas, eu não tou afirmando que na SEMED não tenha nenhuma discriminação, não tou dizendo isso, eu estou falando da relação da minha pessoa com as demais. (Menos de um mês depois a chefe, negra, da qual ela nem lembrava que existia foi substituída por uma mulher branca, mesmo a negra tendo formação em direito, experiência profissional no cargo em questão). (Orquídea, 2013)

É muito recente a presença de uma secretária negra⁵ à frente desta secretaria. A presença dela é mais significativa nos cargos de pequenos e médios portes. Muitas vezes a discriminação é velada, as negras que se encontram em cargos que são provenientes de indicação política, precisam comprovar sua competência diariamente.

De acordo com Munanga (1996, p.213-226):

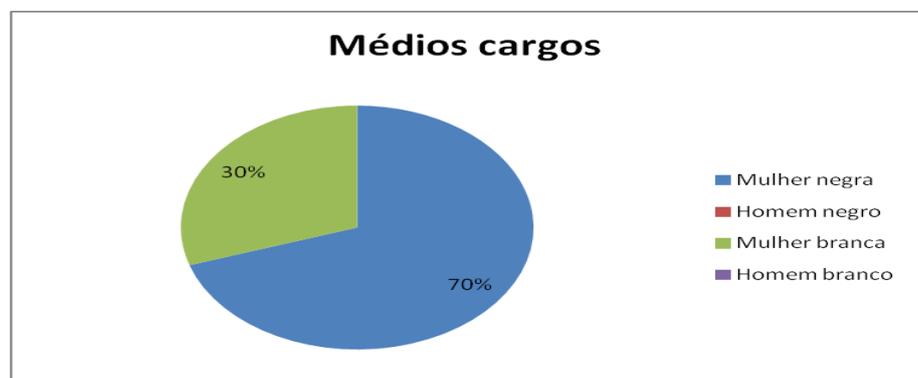
⁵ Kátia Helena Serafina Schweickardt, secretária Municipal de Educação de Manaus, tomou posse em 20/ 03 / 2015. Trata-se de uma socióloga, professora da Universidade Federal do Amazonas, que possui o título de doutora.

O preconceito é um dado universal ele não é natural, é cultural, e todas as culturas são preconceituosas. Incluindo a negra. Mas o problema do Brasil é que ninguém quer assumir abertamente esse preconceito, e quando ele se transforma em racismo enquanto ideologia que tem sua origem inventariada e conhecida, as coisas se complicam demais [...]. Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo explícito. O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo, são alguns aspectos dessa ideologia.

Antes do início do trabalho de coleta de dados sempre conversávamos informalmente com algumas das mulheres entrevistadas e, nesses diálogos, uma preocupação era latente: o medo de perder o cargo. Deve-se reconhecer que o medo de perder o cargo está associado a possível perda da gratificação salarial que é um elemento necessário como complemento de renda para a manutenção de suas famílias.

O processo colonizante de valorização da aparência europeia se confirma na figura 1, embora a falsa democracia racial, no Brasil, seja um dado cogitado mundialmente ainda vivemos a realidade da escravização, comprovada diariamente pois os negros continuam ocupando cargos subalternizados e de pouca ou nenhuma visibilidade e se, ocorre alguma excepcionalidade ela é recebida com descontentamento que se efetive com ataques a competência e mais tarde a aparência, haja visto o que aconteceu ao Juiz Joaquim Barbosa, chegou ao supremo tribunal, por mérito, mas foi atacado do primeiro ao último dia de trabalho, gratuitamente ou por ser negro, fora dos padrões. Os dados desta pesquisa revelam que em cargos médios, encontramos um número mais expressivo de mulheres negras, 70%, das mulheres negras encontram-se no desempenho dos cargos médios e 30% são mulheres brancas e não encontramos homens brancos e nem negros nesses cargos, conforme mostra a figura 2:

Figura 2



Fonte: Pesquisa de campo 2014

Embora o trabalho dignifique o homem, vemos nesta figura o descaso dos governantes com a população negra que é relegada aos cargos medfóces no setor público, apesar da legislação e das lutas sociais, embora velado, ainda é perceptível. A inserção no mercado de trabalho é um fator central para a construção da identidade do indivíduo, seu *status* e reconhecimento social. É também o fator que garante a sobrevivência de si próprio e da família. Para as mulheres negras a conquista da autonomia econômica é condição essencial para que elas possam emancipar-se minimamente. O acesso ao mercado de trabalho é pressuposto para que elas possam colocar-se como sujeitos de sua própria história, aptas a enfrentar todos os tipos de preconceitos que historicamente recai sobre a sua raça. Santos (1984, p.09) chama a atenção para o fato de que,

Para muita gente, o racismo - que basicamente é uma agressão contra os outros - só se combate com outra agressão. Está bem: quem foi discriminado tem o direito, e até o dever, de reagir. (A própria teoria dos Direitos Humanos, tão em voga hoje, assegura àqueles que são vítimas de uma opressão o direito lidar com ela) O racismo, entretanto, não é só uma atitude – como, por exemplo, a dos que vaiaram, cuspiram e xingaram a pequena Judith que só queria estudar. O racismo é, também, uma teoria, defendida em livros e salas de aulas com argumentos e teses “científicas”. Para brigar contra ele será preciso, antes desmontar esses argumentos e teses.

O termo “agressão” é utilizado por Santos (1984) como indicativo de reação, no entanto, deve-se observar que não há possibilidade de réplica em um espaço profissional cujo cargo advém de indicação política, somado ao fato de que os profissionais não negros, não reconhecem o racismo e suas vertentes como o racismo institucional. Uma das mulheres ouvidas neste estudo se autodeclara indígena, embora sua cor de pele indique ser da raça branca. Trata-se de um caso em que a entrevistada prefere se esconder no meio de seu discurso, fazendo uma espécie de simulacro para escapar à sua identidade e seu enquadramento racial. Observem:

A minha família é um retrato do povo brasileiro no sentido da miscigenação. Eu tenho um irmão que eu digo que representa o índio e eu tenho um irmão que representa a raça negra, tanto é que quando estamos juntos as pessoas acham que não somos irmãos, mas nós somos irmãos. Tenho assim, não está mais nessa dimensão. E nós não tivemos problemas nenhum na nossa família, então por essa formação, eu não tenho problema nenhum em me relacionar com as pessoas. Aqui, pelo menos de minha pessoa com relação às outras pessoas, não há racismo. Eu não estou afirmando que na SEMED não tenha nenhuma discriminação, não estou dizendo isso, eu estou falando da relação da minha pessoa com as demais (Orquídea, 57 anos, entrevista, 2014).

Esse é um dos aspectos que compõe o conjunto de dificuldades no tratamento dos problemas raciais, é um dos fatores que dificulta o avanço da organização política dos

afrodescendentes em Manaus, causa que é abraçada por um número restrito de ativistas, geralmente invisíveis e desamparados de agentes institucionais, ou talvez, relegado à condição do discurso pessoal sem reflexão crítica. A declaração de Orquídea “minha família é um retrato do povo brasileiro”, mascara o racismo porque leva para dentro da família ideias falseadas, apegando-se ao discurso oficial de que todos são raciados, sem, no entanto, analisar a questão sob o olhar crítico para evitar diluir o discurso ideológico da raça. Para Werneck (2013, p.11):

O racismo é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses e necessidades de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias. Por sua ampla e complexa atuação, o racismo deve ser reconhecido também como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional.

Percebe-se, então, que o racismo se institucionaliza tendo por base as relações sociais que fazem distinção de cor entre pessoas e grupos, fortalecidos pelos próprios negros e negras que não se reconhecem como tais, contribuindo para o discurso do branqueamento. Este ponto aparece fortemente nesta pesquisa na medida em que percebemos a visão negativa que as entrevistadas têm acerca do negro. A dificuldade de auto aceitação leva essas mulheres a justificar o tom da pele se for escura, o nariz, especialmente se é mais largo, os cabelos crespos, quando não são lisos, esclarecendo que descendem de europeus e que possivelmente existiu a presença de escravizados na família.

Esta classificação assenta-se na imagem do “negro fino”, desclassificando os demais negros na categoria beleza, arrastando-os para o gueto dos pobres e excluídos sociais. Tudo leva a crer que o negro, precisa ter aparência branqueada para ser aceito como belo ou miscigenar-se para que a aparência se aproxime o máximo que puder do padrão branco. Deve-se reconhecer que a ideologia do branqueamento no Brasil ainda se encontra arraigada ao imaginário da população.

Uma das práticas perpetuadas pelo sistema foi a de eleger certas tipologias como “puramente negras” e outras como “puramente brancas”. Isto contribuiu para que pessoas brancas utilizem o seguinte discurso: “você é preto de traços finos”, “ele é muito claro para ser negro”, “ela tem traços grossos, mas não chega a ser negra” entre outras falas popularizadas no cotidiano. De acordo com Souza (1983, p.11).

Um primeiro expediente do pensamento na luta contra a negritude em favor do ideal branco, já observamos, consiste em tentar reverter a situação biológica do corpo, por meio de técnicas de correção física. O pensamento abandona a verdade partilhada pelo grupo cultural a respeito da imutabilidade das leis da hereditariedade. Deixa-se contaminar pela ilusão de poder interferir sobre o patrimônio genético, mediante o emprego de artefatos mecânicos aplicados a superfície do corpo.

O racismo brasileiro por ser velado e ter ampla e complexa atuação, deve ser reconhecido também como um sistema como vimos nas teorias de Werneck (2013), uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas políticas, práticas e normas capazes de definir valores para pessoas e populações a partir de sua aparência, atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional. Esse trabalho traz a reiteração de que a aparência se estende a imagem em todas as suas dimensões: sociais, pessoais e profissionais, impossibilitando o acesso e permanência dos negros e negras nesses campos da vida. Ser negro no Brasil é revidar todo dia a condição de escravo e se manter firme e focado nas metas de vida, a constituição étnica do Brasil, apesar de ter povos indígenas como primitivos, europeus como saqueadores, chamados de colonizadores e os negros africanos como escravizados e a população ter se misturado etnicamente, ainda não respeitamos os negros e indígenas como partícipes sociais e dignos de estarem em qualquer cargo, desde que estejam aptos para os mesmos, o problema é que quando o negro teve direito a escola, o colonizador já estava com os filhos formados ou a décima geração com formação, inviabilizando o negro de concorrer nas mesmas condições. São vítimas da Síndrome de Estocolmo e não percebem, nem lutam contra isso, estão tão seduzidas pela propaganda do colonizador que não se percebem supervalorizando o escravizador em detalhes físicos e do dia a dia como clarear os cabelos, a pele entre outras coisas, fato que distancia os negros da democracia ou igualdade racial.

A Prefeitura Municipal de Manaus possui dezoito secretarias, com apenas duas mulheres, uma na secretaria de meio ambiente (SEMAS) e outra na secretaria de comunicação (SEMCOM). Possui quatro subsecretarias e não há mulher à frente em nenhuma delas. Existem duas Fundações, havendo, pois, uma mulher no exercício de cargo de confiança. São 25 subsecretarias com três mulheres dirigentes, sendo que uma delas encontra-se em uma Fundação. As mulheres estão ocupando menos de 30% dos cargos, segundo o site⁷ da

⁶ **Síndrome de Estocolmo** ou **síndrome de Estocolmo** (*Stockholmsyndromet* em sueco) é o nome normalmente dado a um estado psicológico particular em que uma pessoa, submetida a um tempo prolongado de intimidação, passa a ter simpatia e até mesmo sentimento de amor ou amizade perante o seu agressor. Fonte: Wikipédia

⁷ <http://www.manaus.am.gov.br/prefeitura/sobre-a-prefeitura/#secretaria-administracao-direta>. Acessado em 18/04/2014.

Prefeitura de Manaus. A presença de negra nas secretarias se resume a uma mulher. Para visualizar esta situação observemos o gráfico a seguir:

Figura 3



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) é organizada da seguinte forma: possui um secretário, três subsecretários, cada subsecretário tem dois departamentos, cada departamento tem três divisões que se desmembram em quatro gerências, com exceção do departamento geral dos distritos que abriga nove divisões e nove gerências.

A educação do município de Manaus em quantidade de escolas e alunos ocupa o sexto lugar, é uma das maiores do Brasil, com mais de 534 escolas, 27.956 alunos, 12.476 professores, 534 gestores, destes 118 são homens e 416 mulheres, (Departamento de Estatística, SEMED/Manaus/2014). Esta secretaria emprega mulheres majoritariamente e, a despeito disto, os cargos de alto escalão são ocupados por homens em sua maioria, ou seja, 99,9% o que chega a ser desconfortável numa instituição com maioria de mão de obra feminina, em todos os setores em especial no pedagógico que é uma área quase que exclusiva de mulheres e onde encontramos o maior número de negras, isso já é um diferencial quando se trata da mulher negra, que foi a última etnia brasileira a ter direito aos estudos, estamos presenciando fatos históricos para a população negra.

A SEMED/Manaus possui 65 cargos de alto e médio escalão, entre secretários e subsecretários há apenas uma mulher em alto cargo, nenhum negro ou negra. Os afrodescendentes aparecem com um pouco de ênfase em cargos de médio porte, aparecem em número mais significativo nos cargos de pequeno porte e em grande número em funções menores, como serviços administrativos e em especial na limpeza e cozinha⁸.

⁸ www.manaus.am.gov.br, acessado em 20/02/2014.

Bourdieu (1998, p.53) considera que o sistema escolar contribui para manter e legitimar as situações de desigualdade social e cultural entre os indivíduos e as classes sociais, a saber:

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.

Para o autor, a reprodução social desenvolve-se em duas dimensões interdependentes: a dimensão social, que determina as posições dos agentes na estrutura social, e a dimensão simbólica, que garante a reprodução das representações da realidade social. Diante dessa máxima percebemos no campo de pesquisa que as falas das gestoras a respeito das mulheres negras que desempenham cargos de chefia na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, permite-nos considerar essas duas dimensões presentes na estrutura organizativa desta Secretaria, embora a dimensão simbólica fique restrita as próprias entrevistadas que se negam a admitir que sofrem qualquer tipo de preconceito, seja por gênero ou raça, mas são conscientes do acesso reduzido: Angélica (54 anos) se posiciona nos seguintes termos quando perguntada sobre a presença de mulheres negras na Secretaria: “Eu vejo tão tímido ainda isso. A presença da mulher negra é mais tímida ainda. Não, infelizmente não, há menos ainda”. Chefia de gabinete tem uma (entrevista, 2013).

Para a entrevistada a presença destas mulheres em cargo de poder não tem visibilidade pelo fato de serem em número reduzido e ainda assim ela não lembrava onde estavam essas mulheres negras dentro da secretaria. Uma outra mulher ouvida neste estudo se manifesta nos seguintes termos:

Temos poucas mulheres negras nos espaços de poder, ela está chegando lá. Ela está chegando com muita luta, eu vejo assim a mulher. Aqui na secretaria... Eu acho que tem mulher negra na SEMED, porque também a gente vem com essa questão da identidade que há pouco você perguntou. Acho que tem a ver muito essa questão da identidade como você se identifica. (Orquídea, entre 57 anos, entrevista, 2014).

A fala de Orquídea é o retrato do desconhecimento da condição etnicorracial dentro do setor de trabalho dessa Secretaria. Ela é uma gestora responsável por implantar, implementar e acompanhar políticas públicas para a educação do Município de Manaus. Conforme Pereira (1987, p.47), há questões que não são discutidas no espaço escolar como o tema da identidade etnicorracial, por exemplo. O próprio sistema de ensino, enquanto centralizador da formação

para o desenvolvimento cognitivo é branqueador, embora se discuta a diversidade e a inclusão como parte indissociável da educação formal. Para Bourdieu (1983, p.10):

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica), dando o reforço da sua própria força as relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo Weber, para a domesticação dos dominados.

A condição de pessoas negras em cargos de menor porte pode estar associada à representação simbólica de que os afrodescendentes são incapazes e que esses lugares são para um grupo ao qual elas não pertencem. “Lynch”^{ensinava} os escravizadores a controlar e manipular os escravizados com discursos potencializadores das diferenças por menores que fossem no intuito de descaracterizar a luta e a organização deles (PORTAL GELEDES, 2014). Famílias negras reproduzem até os dias de hoje os discursos racistas do período colonial. Manifestação do tipo “você precisa casar com branco para limpar a família”, acaba por reforçar não só o racismo, mas também a desigualdade étnica construída historicamente. E, diga-se, que esse discurso vem da família dos negros. Essa retórica entra no subconsciente e se torna verdade, transformando negros em racistas de negros e “adoradores” de tudo o que vem dos brancos. Uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa ao ser inquirida sobre sua raça levou um tempo mais longo do que o normal para responder, ficou na dúvida entre parda e amarela: “diziam, não sei se ainda existe, né, na minha certidão inclusive se encontra como parda, na realidade só existem duas etnias praticamente, tirando a indígena, que é a branca e a negra no caso eu sou amarela” (Girassol, 38 anos, entrevista, 2014).

O que percebemos é a predominância de uma subjetivação simbólica no imaginário social que considera a cor branca como padrão de civilidade. Há casos em que profissionais que ascenderam em suas profissões, afastaram-se da própria família negra, adotando a família da esposa ou esposo, brancos, o que contribui para a desarticulação política dos próprios afrodescendentes que ficam vistos como desunidos, desrespeitosos com a própria raça ou etnia, enfim, deixa a impressão de que a própria etnia não é digna de estar no meio social em que ele se inseriu. “Esta visão monogenista dominante até meados do século XIX congregou a maior parte dos pensadores, que conforme as escrituras bíblicas acreditavam que a raça era uma” (SCHWARCZ 1993, p.43).

Essa mesma autora chama a atenção para o fato de que “a entrada coletiva, simultânea e maciça dessas doutrinas acarretou, nas leituras mais contemporâneas sobre o período, uma percepção por demais unívoca e mesmo coincidente de todas essas tendências”

(SCHWARCZ, 1993, p.43). Essas teorias trouxeram uma carga teórica sobre a questão racial e a necessidade de reflexão sobre o conceito de raça, que até aquela época era discutido a partir dos estudos de Rousseau, a chamada “perfectibilidade”⁹, que defendia a humanidade una. Pode-se dizer, no entanto, que a necessidade de declaração racial, apenas pelo fenótipo, tornou-se obsoleta a partir das misturas raciais. Com as grandes viagens, veio também a descoberta de outros povos que ultrapassaram a soberania dos homens americanos privilegiados na teoria de Rousseau.

Nas sociedades contemporâneas os atos explícitos de discriminação racial e étnica são publicamente condenados e proibidos por lei. Mas, o racismo continua latente nessas sociedades. O que parece ocorrer é uma mudança nas formas de expressão e no conteúdo do preconceito, uma ressignificação no uso de palavras e atitudes discriminatórias para evitar desafiar a lei contra o racismo. No transcurso desta pesquisa percebemos a grande dificuldade que os sujeitos investigados enfrentam para autodeclarar-se e se referir ao outro quando o assunto é a raça. Em primeiro lugar se olhavam, faziam comparações físicas e utilizavam a cor da pele como resposta, insistindo em frisar o formato das partes do rosto, como boca, nariz, cor dos olhos e principalmente o cabelo crespo como vimos anteriormente. Há casos em que a autoafirmação da raça negra vem acompanhada de uma explicação na qual se percebe uma tendência ao branqueamento. Vejamos:

Sou parda. Não sei o que quer dizer isso, porque até hoje sempre me pergunto o quê que quer dizer parda? É a mistura disso com aquilo, aquilo com isto, escapou de branco virou parda. Mas eu tenho origens negras porque meu avô era negro. (Gardênia, 56 anos, entrevista 2014).

A entrevistada apresenta dúvida a respeito de sua condição étnica, mas admite a descendência negra com orgulho. Para Ianni (2005, p.9), “a escala e a radicalidade da questão racial no Brasil podem ser consideradas condições fundamentais não só da luta pela eliminação do preconceito racial, mas também da transformação da sociedade brasileira”.

Apesar do enfrentamento das organizações sociais contra o preconceito racial, inclusive no âmbito educacional, existe uma predisposição para o preconceito iminente no seio da sociedade, mesmo havendo um trabalho educacional e político que parte do conceito de diversidade cultural e desemboca no âmbito social, ainda é muito forte a discriminação,

⁹ A perfectibilidade é um neologismo criado por Rousseau para exprimir a capacidade que o homem possui de aperfeiçoar-se. <http://www.dicionarioinformal.com.br/perfectibilidade/>. acessado em 11/12/2014).

sobretudo no mercado de trabalho. A cor da pele é um obstáculo, inclusive, à vaga de emprego. De acordo com Bhabha (1998, p.72),

Se a ordem do historicismo ocidental é perturbada pelo estado colonial de emergência, mais profundamente perturbada e a representa, ao social e psíquica do sujeito humano. Isso porque a própria natureza da humanidade se aliena na condição colonial e a partir daquela declividade nua ela emerge, não como uma afirmação da vontade nem como evocação da liberdade, mas como uma indagação enigmática. Ao ecoar a pergunta de Freud, ‘o que quer a mulher’, Fanon se posiciona para confrontar o mundo colonizado. ‘O que quer um homem?’ , indaga ele na introdução a *Black Skin, White Masks* [Pele Negra, Máscaras Brancas]; ‘o que deseja o homem negro?’

O tom da pele, o tipo de cabelo e a aparência somada muitas vezes à baixa escolaridade têm sido elementos fundantes da segregação de negros no mercado de trabalho, como também tem dificultado sua ascensão profissional e a entrada na universidade. A reversão desta situação vem sendo tratada no Brasil como políticas afirmativas. As campanhas antirracistas perdem força no contexto contemporâneo porque não alcançam o âmago da questão racista, às vezes, são dúbias e vacilantes. Vem ao encontro da teoria da perfectibilidade de Rousseau. Alguns indivíduos ainda insistem em uma raça una, com traços fisiológicos parecidos, almejando os fenótipos com aparência da raça que eles julgam superior, geralmente a branca. Embora esse conceito tenha se diluído nas teorias positivistas e evolucionistas, há ainda uma realidade de preconceito para com os negros e negras como vimos constatando neste estudo.

Essa situação contribuiu para classificar os seres humanos em categorias raciais, diminuindo suas culturas tradicionais de sujeitos primitivos. “Primitivos porque primeiros no começo do gênero humano; os homens americanos transformavam – se em objetos privilegiados para a nova percepção que reduzia a humanidade a uma espécie, uma única evolução e uma possível perfectibilidade” (SCHWARCZ, 1993, p.44).

Estas concetualizações pressupõem que sociedades modernas vêm desenvolvendo um conjunto de restrições institucionais às práticas discriminatórias baseadas nas diferenças de raça, fato que cria separação racial em pais multicultural, isso implica na relação de raça e se estende ao gênero, especialmente e que em consequência destas práticas institucionais as pessoas vêm se adaptando a essas pressões. De acordo com Rousseau (1978, p.243):

Há uma outra qualidade muito específica que distingue os homens, a respeito da qual não pode haver contestação – é a faculdade de aperfeiçoar-se. Será triste para nós vermo-nos forçados a convir que seja essa faculdade distinta e quase ilimitada, a fonte de todos os males do homem, que seja ela que, fazendo com que através de séculos desabrochem suas luzes e erros, seus vícios e virtudes, o torna com o tempo o tirano de si mesmo e da natureza.

O Brasil concebe a patrilinearidade¹⁰, embora não haja respeito a essa designação, se o pai for preto e a mãe branca, se o filho nascer com pele clara, na grande maioria dos casos a criança é considerada, orientada e ensinada a se identificar como branca ou a usar uma das classificações que levam ao branqueamento.

No curso das entrevistas perguntado se já havia sido discriminada ou sofreu violência simbólica no local de trabalho pelo fato de ser negra, Dama da Noite (43 anos), se pronunciou nos seguintes termos:

Quando você faz um bom trabalho, uma boa administração e permanece em seu cargo só recebe elogios das pessoas superiores. Isso faz com que o parceiro, aqueles que se dizem amigos, entre aspas, estejam a favor, estão torcendo pela sua felicidade, pelo seu crescimento. Então é nessas horas que você observa quem é quem (entrevista, 2014).

A entrevistada assumiu o papel de mulher negra que sofre preconceitos, embora de forma velada, em função do cargo que ocupa. De acordo com Sousa (1983, p. 04),

Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas nas raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente. É neste sentido que se pode afirmar que o racismo é uma ideologia, ou um discurso que justifica processos de discriminação social. E a ideologia enquanto construção mental justificadora, embora surja nas condições concretas das relações de poder, segue, por se tratar de ideias e emoções, o conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos. Entre os processos cognitivos merecem um grande destaque os processos de categorização e de construção de estereótipos.

No que diz respeito à visão das mulheres entrevistadas sobre a sua condição feminina e como se veem como mulher, obtivemos relatos que apontam desigualdades de rendimentos, experiência, escolaridade, mercado de trabalho e gênero, a saber:

Ser mulher é sobreviver nesse mundo machista, que dizem que não, mas ainda existe sim. Então, assim, eu gosto de ser mulher e acredito que muitas conquistas minhas foi pelo fato de ser mulher também. Eu penso que a gente busca muito mais, apesar de a gente conseguir muito pra gente conseguir um pouco, então não é fácil, é difícil porque a gente se desdobra, é dona de casa, é mãe, é trabalhadora é tudo, é amante é tudo. A gente tem de se desdobrar, não pode estar cansada, não pode dizer não para os filhos, principalmente quando são pequenos no sentido de lazer. A gente trabalha tanto, chega o final de semana está cansada, mas você não pode se cansar você precisa levar seus filhos pra passear, enfim, para se socializar também, então é difícil, mas é bom. (Magnólia, 43 anos, entrevista, 2014).

¹⁰ É uma classificação ou organização de um povo, grupo populacional, família, clã ou linhagem em que a descendência é contada em linha paterna.

Apesar das abordagens de gênero sugerirem a diminuição da opressão das mulheres e da divisão de tarefas domésticas entre mulheres e homens no tempo contemporâneo, esta pesquisa revela que a dominação masculina é amplamente vivida pelas mulheres negras. Em nenhum momento da fala de Magnólia foi citado o lado paterno na educação e cuidados com os filhos, em sua exposição aparece a responsabilidade social, ao mesmo tempo em que ela aponta um desdobramento pessoal para dar conta de ser uma mulher independente, realizando todas as tarefas que se propôs.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) trouxe outra perspectiva ao desenvolvimento pessoal, intelectual e socioeconômico para as mulheres, na medida em que a carta garantia o desenvolvimento humano a todos, independentemente de origem social, raça/etnia, sexo, religião e credo político consolidado com o lema igualdade, liberdade e fraternidade, embora o termo gênero não apareça, citaremos os cinco primeiros retirados do site¹¹ de pesquisa online. Vejamos:

Art.1.º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2.º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3.º O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4.º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5.º A lei proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constringido a fazer o que ela não ordene.

Essa declaração aguçou o movimento de mulheres para criar uma declaração específica para mulheres, em réplica a essa propositura Gougues apresentou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791)¹², essa atitude foi considerada uma agressão ao público masculino, na concepção da sociedade da época a mulher não tinha condições de responder por si, muito menos ter direitos comuns essa propositura foi um marco histórico para as mulheres. Apresentamos os cinco primeiros artigos. Vejamos,

11

https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_dos_Direitos_do_Homem_e_do_Cidad%C3%A3o.

12

Ver em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> . Biblioteca virtual de direitos humanos da USP. 24.12.2014.

Artigo. 1º. A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Artigo. 2º. O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Artigo. 3º. O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.

Artigo. 4º. A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo àquilo que pertence a outros, assim, o único limite ao exercício dos direitos naturais da mulher, isto é, a perpétua tirania do homem, deve ser reformado pelas leis da natureza e da razão.

Artigo. 5º. as leis da natureza e da razão proíbem todas as ações nocivas à sociedade. Tudo aquilo que não é proibido pelas leis sábias e divinas não pode ser impedido e ninguém pode ser constrangido a fazer aquilo que elas não ordenam.

Esses artigos são base para lutas e criação de legislação que assegura direitos que eram cerceados da mulher, estes alçaram essa categoria a outros níveis sociais, porém, não se pode negar que nas últimas décadas algumas mulheres vêm galgando espaços nas estruturas de poder, com forte participação nas políticas de Estado, conforme afirma Costa (2005, p. 144):

Pouco a pouco as mulheres foram tendo acesso à hierarquia do Ensino, chegando a ter assento no Conselho de Instrução Pública, muito embora em franca minoria em relação aos homens. A sociedade, entretanto, assentada em padrões tradicionais, a despeito do ideário feminista, não teve condições de absorver todas as inovações da República. Por isso as mulheres demoraram a ingressar nos cursos secundários que as encaminharam para as Universidades. A rigor, muitas áreas universitárias foram vedadas às mulheres até a década de 1950. Não podemos nos esquecer de que, sobretudo, na Região Amazônica, dada a carência de profissionais habilitados nas diversas áreas, passaram a compor o magistério superior, principalmente os padres e bacharéis em direito, via de regra, integrantes de uma posição conservadora em relação às mulheres.

O que há em comum neste debate é a ideia de que a discriminação se manifesta com formas mais sutis. Durante as entrevistas percebemos que algumas suspiraram e respiraram fundo antes de responder à pergunta e, por fim, respondiam ao que era indagado. O que elas não perceberam é que deram voz a milhões de mulheres que vivem na mesma condição étnica e política.

2.2 – A tendência do branqueamento na Semed – Manaus.

A discussão sobre o racismo vem se estabelecendo, timidamente, na academia, nos órgãos sociais públicos e privados, na tentativa de erradicar o *apartheid* racial existente no mundo ocidental. Essa lentidão para discussão sobre a condição do negro e as possíveis mudanças são resquícios do histórico de escravização no país que é extenso ao tratamento dado aos negros no Brasil no período colonial, este período embora esteja no passado, ainda tem atitudes muito vivas na memória dos ascendentes dos colonizadores. Como aponta Ianni (2005, p.07);

Além de outros problemas muito importantes, relativos à contradição ‘trabalho e capital’, às relações de gênero e ao contraponto sociedade e natureza, cabe reconhecer que as questões regional e racial são fundamentais. Trata-se de problemas que afetam as condições de integração entre sociedade civil e Estado. São problemas que a peculiar ‘revolução burguesa’ desenvolvida no Brasil não resolveu nem encaminhou satisfatoriamente para a grande parte da população; problemas que não interessam às classes dominantes nem resolver, nem encaminhar, sempre os encobrendo ideologicamente ou reprimindo-os com as mais diversas e sofisticadas técnicas de violência.

No âmbito internacional encontramos a pesquisa dos professores *Ashleigh Shelby Rosette*, da Universidade *Duke da Fuqua School of Business* e *Robert W. Livingston da Kellogg School da Universidade de Northwestern of Management* com o título “*Black woman successful or insucessful*”, publicada no *The wall street journal* (2012), a qual aponta a situação da mulher negra ao ocupar cargos de chefia. De acordo com a pesquisa, homens negros e mulheres brancas apresentam mais características em comum com a maioria dos profissionais, políticos ou mesmo de líderes em geral, na perspectiva da variável de gênero e raça, respectivamente, enquanto que as mulheres negras não têm nenhuma.

As mulheres negras chegam a alcançam vagas de médio porte, entretanto, não conseguem na mesma proporcionalidade ocupar altos cargos. Será uma forma de discriminação institucional em que a raça está funcionando como alavanca para esse tipo de racismo. Este é um dado que se insere no campo dos estudos das relações sociais e raciais no Brasil atual, tendo como base, dados estatísticos (IPEA/2011), publicações de sociólogos (GONZALEZ e HASENBALG, 1982), além de outras instituições que estudam o papel do negro na sociedade brasileira como as universidades.

A mobilidade social dos negros enfrenta maiores barreiras que a dos brancos. A grande parte destes estudos não considera a questão do ponto de vista do gênero, investigando-se apenas a ocupação do gênero masculino, excluindo as mulheres.

Nos últimos anos essa realidade vem mudando como afirma o IPEA (2011) Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Apresentou uma realidade diferente em relação a homens e mulheres. As mulheres, inclusive a mulher negra, cresceram em sua escolaridade. Vejamos:

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%. Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%. (IPEA, 2011, p.21.)

Nesse avanço educacional liderado por mulheres encontra-se um grande número de mulheres negras, mas elas ainda estão invisibilizadas socialmente, pois a grande parcela encontra-se em subempregos, morando em locais subdesenvolvidos, enfim, estão de modo geral abaixo das estatísticas mínimas para que tenham uma vida digna. De acordo com IPEA (2011, p.19);

Ao longo dos últimos anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais (p.p.). Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009. Isto significa que temos 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres. Apesar de não se saber quais os critérios adotados pelas famílias para identificarem quem é o/a chefe, este aumento certamente indica mudanças no padrão de comportamento das famílias brasileiras.

Em Manaus esta situação é visível, sobretudo, a partir da inserção de mulheres no polo industrial, na década de 1970, quando muitas delas conquistaram a independência financeira. As mulheres saíram do espaço privado para realizar trabalho na esfera pública como parte do grupo de trabalhadoras. Nesse caso as trabalhadoras operárias saíram do lar e se integraram à indústria. De acordo com Torres (2005, p.28);

Não parece demasiado lembrar que a presença da mulher na produção social das sociedades industrializadas concentrou-se nas indústrias têxteis, alimentícias, de confecção e calçados, e mais recentemente na indústria eletroeletrônica do século XX, onde está localizada a Zona Franca de Manaus. O comércio, os escritórios e os serviços profissionais de educação, saúde e bem-estar social também são postos de trabalho ocupados por mulheres na contemporaneidade. Mas, se por um lado, o capitalismo mundial se apropriou da força de trabalho feminina para atender a uma necessidade e à demanda da indústria de produtos eletroeletrônicos, por outro, criou terreno no âmbito local para o desenvolvimento de uma política que buscou atingir moralmente a operária amazonense.

Os discursos sobre os afrodescendentes carregam uma carga simbólica de racismo bem significativa, especialmente aqueles do final do século XIX e início do XX e, embora tenham ocorrido certas mudanças no âmbito das relações sociais, o estigma da cor negra parece perpetuar-se na sociedade. Veja-se o que escreve Fanon (1983, p.109), a saber:

Os pretos são os selvagens, estúpidos, analfabetos, [...] mesmo, sendo um médico, professor, não pode cometer um erro, era o seu fim e o dos outros que o seguiriam. Na verdade, o que se pode esperar de um médico preto? Desde que tudo corra bem, punham-no nas nuvens, mas atenção, nada de bobagens por preço nenhum.

A violência verbal expressa no texto de Fanon toma maiores vultos quando a pessoa negra é mulher. A mulher negra é mais ultrajada que o homem, seja verbal ou fisicamente, são agressões que causam danos para a vida, dificultando as relações sociais. Trata-se de uma

violência simbólico - moral que atinge a psique da mulher, sua alma (TORRES, 2005).

Persiste ainda muito fortemente o estigma colonialista da escravização, em que a mulher era objeto do desejo e desrespeitada em seu direito de ir e vir de forma geral. Não falamos do direito de circulação e sim de ter escolhas pessoais, sexuais e reprodutivas. De acordo com Barbosa (2014, p.09);

Quando se trata de mulheres negras, sempre aprendi que nada de clichê havia em nossa trajetória de construção de famílias e que a monogamia não nos dizia muitas coisas. Somos mães solteiras, mulheres que jamais tiveram a oportunidade de ambientar o imaginário daqueles que concebem histórias de amor que seguem os padrões monogâmicos. Nas novelas o caminho que leva personagem negra ao altar é sempre tortuoso. Um envolvimento inapropriado, uma diferença de classe gritante, a luta contra o preconceito e a realidade de uma família tradicional.

O discurso de Barbosa quebra o senso comum de que o negro só é preto enquanto é pobre. No discurso do branqueamento isso não se configura como uma agressão e sim como uma conveniência social, a mulher negra não é aceita nas altas-rodas, não serve como companheira social. É vista fundamentalmente, como fetiche, objeto do desejo. Mas, também a mulher negra pode ser vista como embusteira, briguenta, mal-educada e isso causa prejuízos para a sua vida profissional e pessoal, impossibilitando o pleno desenvolvimento do seu ser. Conforme Ribeiro (2008, p.988), “as mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da ”mãe preta, fizeram desaforos”. De acordo com Angélica, uma das mulheres ouvidas neste estudo,

A mulher negra é guerreira, tem que ser guerreira, tem que ser destemida, tem que ao mesmo tempo ser feminina e ser feminista, no campo de trabalho não pensar em ser mulher, como um ser humano qualquer. Por exemplo, pra mim eu não me vejo, se for pra brigar por alguma situação do trabalho, independentemente de qualquer coisa, eu não me sinto como mulher, me sinto como funcionária (entrevista, 2013).

Para Gonzalez e Hasenbalg (1979, p.17), “os espaços destinados à população negra são os de subcidadania”. Dessa maneira, passa a existir uma ordem hierárquica, homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. Esta forma de classificação encontra amparo no discurso do branqueamento que é responsável por cristalizar no imaginário dos próprios afrodescendentes, ideias contrárias, às aspirações do segmento negro. Hortência (49 anos), por exemplo, posiciona-se contra as cotas, justificando que o negro precisa se auto afirmar sem as cotas “pois as oportunidades estão aí para todos”. Sobre como ela vê a mulher negra responde: “a mulher negra, é... Aí é que está o papel, eu acho que vem de cada um, de como você se sente sendo negra ” (entrevista, 2014).

Esta situação contribui, efetivamente, para a dificuldade de implantação,

implementação e consolidação de políticas públicas para a população negra no Brasil, especialmente para a mulher negra. Isto parece sugerir que o negro quando sai do gueto ou dos espaços de exclusão, pode se sentir menos preto ou em pé de igualdade com os não negros. Quando nos referimos à mulher negra ocupando cargos de chefia percebemos com mais veemência a política do branqueamento, há a necessidade de demonstrar que o negro tem as mesmas oportunidades do não negro, veladamente.

A equidade de gênero e raça ainda é uma utopia. Há muito ainda o que fazer no âmbito da construção da cidadania da mulher negra que encontra certa dificuldade de organização política, até mesmo dentro do movimento feminista. Para Gonzáles (1984, p.06),

Se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favoreceram ‘a mulher’, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela grande excluída da modernização conservadora imposta pelos donos do poder do Brasil pós-64: a mulher negra. É por aí que se entende, por exemplo, uma das contradições do movimento de mulheres no Brasil.

O racismo se efetiva quando o negro aceita a proposta do branqueamento e busca de todas as maneiras, se ajustar aos padrões estéticos europeus, ou seja, do colonizador. Quando o contrário acontece e o negro rejeita essa proposta e decide assumir-se, encontra a face real do racismo, embora essa atitude, ainda não erradique o preconceito, mas desenvolve um processo de inserção do negro nos espaços sociais e de poder, promovendo certa aceitação e o reconhecimento de negros. Souza (1983, p.7) assinala que a inferiorização do negro se dá quando ele se recusa a ser inferior, a saber:

A discriminação de que seu corpo é objeto, não dá tréguas a humilhação sofrida pelo sujeito negro que não abdica de seus direitos humanos, resignando-se a passiva condição de inferior. Curiosa e trágica condição. É no momento mesmo em que o negro reivindica sua condição de igualdade perante a sociedade que a imagem de seu corpo surge como intruso, como um mal a ser sanado, diante de um pensamento que se emancipa e luta pela liberdade.

A condição de igualdade a que Souza (1983) se refere soa como inócuo, está longe do alcance das negras e negros do Brasil. É muito recente o olhar do Estado brasileiro para os negros, as políticas afirmativas como sinalizamos, são recentes, as cotas sequer estão bem resolvidas e a perspectiva da diversidade cultural no ensino básico é paliativa. Embora haja a indicação da diminuição ou erradicação do analfabetismo, ainda persiste a situação de miséria que atinge a maioria das mulheres negras chefes de família. O IPEA (2011) revela que a situação de vulnerabilidade é mais ostensiva em se tratando da mulher negra. A entrevista de Violeta (49 anos) assinala que não há problema relacional referente à diversidade cultural.

Vejamos:

O nosso ambiente é muito saudável nessa relação de gênero. Eu até brinco que o nosso departamento é um departamento que tem um equilíbrio de quantidade, tanto de homens quanto de mulheres, é o que não se vê em outros departamentos, onde a maioria é composto por mulheres. (entrevista, 2013).

De acordo com Souza (1983, p.46) a mulher negra trabalha desde muito cedo, inicia com trabalhos domésticos sem registro ou direitos porque precisa assumir a chefia da casa. Esta é uma situação que se impôs para ela desde o período escravagista, quando o pai da família era vendido ou morto, a mulher tinha que assumir a casa, e as meninas eram seviciadas. O filho gerado nesse processo de sevícia crescia como escravo do pai e irmãos, fato aterrorizante para as mães que viviam sob a égide do silêncio, sem nada poder fazer. Esse processo gerou ojeriza dos negros por si mesmos, iniciando uma busca incessante de libertação. Alguns homens negros conquistaram vaga no sistema de ensino e isto contribuiu para a expansão da luta por igualdade de direitos, enquanto que as mulheres permaneceram nos serviços domésticos, como parteira, mãe de leite dentre outros serviços gerais.

No decorrer do processo histórico as mulheres negras foram conquistando o direito de estudar e se qualificar para disputar vaga no mercado de trabalho. Atualmente estão melhores instruídas do que os homens negros, claro que na concorrência com homens e mulheres brancos, essa realidade é diferente, pois os brancos estão em vantagem em todos os sentidos. De acordo com os dados do IPEA (2011, p.21),

As políticas de expansão das universidades, o Prouni, as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para os avanços nesta área, no entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros/as explicam a discrepância dos dados.

Diante dessa realidade pode se dizer que as mulheres negras estão aptas academicamente, porém, esbarram no preconceito racial que se torna um impedimento para elas assumirem em cargos no espaço de poder. Aquelas que alcançam esse patamar, muitas vezes se veem na obrigação de clarear-se para se inserir na gestão e nesse grupo pretensamente elitizado, fato já analisado neste estudo.

As mulheres entrevistadas acreditam que as mulheres negras estão ocupando cargos de poder inclusive dentro da instituição. Violeta (49 anos) considera que já ocorreu avanço na SEMED. Ela expõe sua opinião nos seguintes termos:

Eu vejo que já cresceu. Antigamente a gente via que existia um preconceito maior, mas hoje não, esse preconceito já está mínimo. Então mulher negra é como qualquer outra tem os mesmos direitos e as mesmas condições. Ocupa normal (entrevista, 2014).

Violeta afirma que as mulheres negras estão em “pé” de igualdade de direitos com as mulheres não negras. As dificuldades que estas mulheres sofrem são históricas, embora as mulheres negras tenham iniciado sua vida educacional tardiamente, portanto, a inclusão profissional ocorreu depois que todas as outras categorias, homens e mulheres não negros já estavam neste processo. Os homens negros tiveram inclusão na educação antes das mulheres negras. A saber:

Foi longa e árdua a luta pela ampliação da educação feminina e o preparo profissional das mulheres. O combate foi feito principalmente por mulheres das classes médias e altas que, a partir da segunda metade do século XIX, incorporam campanhas e manifestos para obter para si e suas descendentes o direito que seus irmãos, companheiros e filhos homens tinham de frequentar escolas e universidades. (PINSKY e PEDRO, 2003, p. 275).

Nos dados obtidos no IBGE¹³/PNAD (2010), constatamos que os cargos de chefia são ocupados na sua maioria segundo o sexo e cor ou raça, por um grupo pontual. Os brancos (homens 8,09% e mulheres 5,91%) possuíam um percentual de suas ocupações superiores às outras raças. A mulher branca encontra-se abaixo apenas do homem branco. E a mulher negra fica abaixo de todos até mesmo da mulher parda (Homem preto 2,66% Pardo 2,92%. Mulher parda 2,38% e Preta, 42%). Isto confirma as nossas indagações quanto ao racismo institucional que as negras sofrem independentemente do seu grau de escolarização. Conforme Oliveira (2006, p.37),

O conceito de *habitus* desenvolvido por Pierre Bourdieu, ao se referir à existência de uma ‘estrutura estruturada predisposta a se tornar estruturante’, a partir tanto da interiorização da exterioridade, por parte do agente, quanto da exteriorização de sua inferioridade, reúne todas as características adquiridas pelos agentes em seu processo de socialização, que são incorporadas de modo a possibilitar-lhes as concepções e habilidades necessárias para a sua vida individual e social.

Note-se que o preconceito assume, nas instituições, as dimensões de um *habitus* na perspectiva de Bourdieu, algo subjetivado nas relações sociais. Pode-se dizer, também, que o branqueamento está incrustado nas mentes, inclusive dos negros. É inegável o avanço percebido em alguns setores políticos que estruturam o coletivo negro, mas é visível nos sistemas de disposições individuais que eles reproduzem variantes estruturais de grupo ou de classe.

¹³ -IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que nos últimos vem trabalhando em parceria com o IPEA e PNAD, para localizar, situar e visibilizar a população negra.

2.3. As desigualdades de cargos na Semed – Manaus conforme a cor da pele

Os sujeitos desta pesquisa, centrados nas mulheres negras que desempenham cargos na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, apresentam um nível elevado de resiliência. A resiliência consiste na capacidade de o indivíduo lidar com os problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas, choque, estresse sem entrar em surto psicológico.

Barbosa (2006, p.23), considera que a resiliência é “uma combinação de fatores que propiciam ao ser humano condições para enfrentar e superar problemas e adversidades”. No entanto, há momentos em que a resiliência é entendida como fraqueza, porque o indivíduo investido dela sublima situações adversas para alcançar os objetivos, foco de sua determinação. A mulher negra tem sido uma rocha, uma fortaleza no enfrentamento da dor do preconceito racial e da sua condição de gênero. Ela desenvolve um nível elevado de resiliência, o que toma maiores proporções com a sua situação de pobreza que vem somar-se ao preconceito étnico e de gênero.

Os dados do IPEA relativo à distribuição percentual da população segundo sexo e cor/raça, chama a atenção para o baixo número de negros e de mulheres negras em cargos médios e altos. Vejamos:

Em 1995, 44,9% dos brasileiros declaravam-se negros, e em 2009, este percentual subiu para 51,1%; enquanto a população de brancos caiu de 54,5% para 48,2% no mesmo período. Em 2009, entre os homens, o percentual de brancos é de 47%, e o de negros, 52%; por sua vez, o percentual entre mulheres brancas e negras é de 49,3% e 49,9%, respectivamente (IPEA, 2011, p.17).

Esta proporção assume variância conforme as diferentes faixas de idade. Entre crianças de até seis anos de idade, 48% são do sexo feminino. Já entre os idosos, as mulheres correspondem a 56% da população, e, em números absolutos, a quantidade de mulheres é 26% maior que a população masculina da mesma faixa etária (IPEA, 2011, p.17).

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus possui em alto cargo somente uma mulher negra, a secretária responsável pela pasta. Na subsecretaria de gestão pedagógica que é responsável pelos processos educacionais, encontramos uma mulher não negra que se auto-declara indígena, embora o fenótipo seja o que causa a definição étnica, esta gestora preferiu se igualar à população nativa da região norte, os indígenas. Na assessoria de gabinete encontrava-se, anteriormente (início da pesquisa) outra mulher negra, mas por motivo de troca de Secretário e reorganização da equipe dele ela foi retirada, e em seu lugar, está uma mulher

não negra. O cargo que está no topo dessa pirâmide é o do presidente do conselho municipal, ocupado por uma mulher não negra. Os demais cargos em escala hierárquica menor tem maioria parda ou negra com apenas um branco, fato recorrente no Brasil. De acordo com os dados do IPEA(2011, p.34-35),

Conquanto a população negra tenha experimentado aumento relativo da renda média per capita superior ao da população branca, a desigualdade permanece expressiva, pois se parte de patamares muito díspares. Os negros apresentam, em média, 55% da renda percebida pelos brancos em 2009; no entanto, em 1995, a razão de renda era ainda menor (45%). A pirâmide social, esculpida pelas variáveis renda, sexo e raça, sofreu pequena alteração. Se, em 1995, os homens negros tinham rendimentos superiores aos das mulheres brancas, ao longo do tempo, passam a receber ligeiramente menos, tendência que se pronuncia a partir de 1999. Em 2009, a mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%. No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e a redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009).

A explicitação do racismo nas sociedades da diáspora africana se estabelece naquilo que W.E.B. Du Bois¹⁴ denominou de “linha de cor”. Há homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social em razão da cor da pele, o quadro da pesquisa do IPEA (2011) informa sobre a renda/ganhos financeiros. Homens e mulheres, brancos tem ganhos maiores do que o homem negro, enquanto que as mulheres negras têm ganhos menores do que o homem e a mulher brancos e é menor também do que do homem negro.

De acordo com Ribeiro (2008, p.988),

Isso é reflexo de uma sociedade que avança em garantia de direitos, mas se mantém descompensada pela continuidade de regimes excludentes, como o racismo e o machismo. Obtivemos avanços na agenda política? Sim, muitos! Porém, não o suficiente para destruir as mazelas deixadas pela escravidão e pela abolição inacabada. Com isso, surgem novas perguntas, indagações e proposições, sobretudo no que diz respeito à busca de visibilidade político-social e melhores condições de vida para mais da metade da população – os negros.

W.E.B. Du Bois (1903) e Magnoli (2009) examinaram o mesmo tema com conotações e tempos diferentes, um em 1903, o primeiro previu que a cor da pele seria tema para as lutas sociais e discussões científicas, que traria a discussão para todos os setores sociais, em especial aos espaços escolares, o outro em 2009, traçou o caminho do racismo usando a

¹⁴ W.E.B Du Bois - pensador e historiador afro-americano que insistiu, em 1903, que o maior problema do século XX era a linha de cor.

descendência genética para justificar, ou talvez, explicar o racismo no Brasil. O primeiro autor tem ressonância nos dias atuais, nas lutas sociais estão pautados os direitos aos estudos, trabalho, moradia e saúde, prioritariamente, o segundo não se respalda em nenhum estudo e justifica as tensões causadas pelo racismo, como normais. De acordo com Carneiro (2003, p.119):

Nesse sentido, o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da 'loirização', na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade.

Carneiro (2003) traz para pauta uma questão invisibilizadas pela normalidade do branqueamento que beneficia a burguesia e cria a falsa ideia de inserção profissional e social para os gêneros subalternizados. A loirização a qual a autora se refere é um traço típico encontrado nas mulheres dentro da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, a qual possui um núcleo da diversidade e a assessora responsável tem aparência branca, autodeclaração negra e mesmo assim, possui cabelos alisados com coloração em tom claro. Talvez, isso explique a necessidade que estas mulheres têm em se inserirem no grupo social profissional, o que sugere que tal grupo não interage muito bem com as pessoas autodeclaradas negras. Portanto, há necessidade por parte das mulheres negras de se transvestirem com outro cabelo, negarem sua cor e identidade para que sejam membros desse grupo profissional, embora haja o entendimento da autodeclaração, existe a crise identitária e o discurso que não representa a atitude. Souza (1983, p.03) define essa situação da forma seguinte forma:

O Ideal de Ego do negro, em contraposição ao que ocorre regularmente com o branco, é forjado desrespeitando aquilo que, em linguagem psicanalítica, denominamos regras das identificações normativas ou estruturantes. Estas regras são aquelas que permitem ao sujeito ultrapassar a fase inicial do desenvolvimento psíquico onde o perfil de sua identidade é desenhado a partir de uma dupla perspectiva: 1º) a perspectiva do olhar e do desejo do agente que ocupa a função materna; 2º) a perspectiva da imagem corporal produzida pelo imaturo aparelho perceptivo da criança.

A representação que vemos e admiramos na primeira perspectiva é a da mãe, e na segunda, o ambiente onde a criança está inserida. Essas crianças convivem com a exacerbada valorização do não negro e desfavorecimento da imagem da raça negra, o que contribui para que elas formem a sua visão de mundo de forma preconceituosa em relação aos negros. Isto se configura na fala de Azaleia (57 anos) quando indagada se já presenciou ou ouviu falar sobre violência de gênero e raça neste ambiente. Vejamos:

Não, aqui na secretaria não tem discriminação. Mas a gente ouve falar, até porque o nosso público não é de negros, são raras as pessoas negras. Tem muito moreno, mas negro, negro mesmo, na Secretaria acho que não tem. Alguns. São poucos (entrevista, 2014).

A entrevistada fez alusão ao colorismo, prática comum em países com histórico de escravização, a autodeclaração étnica parte geralmente da cor da pele, se estendendo ao cabelo, formas físicas em especial nariz e lábios, isso acomete posturas como a de Azaleia que não reconhece a presença da raça negra na Semed/Manaus, acaba por contribuir para a sua invisibilização. De acordo com Araújo (2010, p.29),

No Brasil há essa escala cromática: o branco, o preto, o pardo, o escurinho, o moreninho, a cor de jambo... Nosso racismo não tem nada a ver com a nossa ascendência. É um racismo fenotípico. Quando mais próximo da cor escura, mais excluído. Mas branco é branco. Porque ser branco, no Brasil, é se aproximar do sucesso, da civilidade, da beleza. Tanto que a mulher negra bonita deixou de ser negra e se tornou mulata. É um tipo de racismo muito próprio, então? Sim. E ao enfrentar o racismo, é preciso entender a complexidade do racismo brasileiro. Não podemos responsabilizar os brancos de hoje, mas também não podemos esquecer o passado. É preciso de medidas corretivas capazes de tornar as oportunidades iguais. Aí a condição do negro tem de prevalecer. Nenhum outro pobre foi escravizado no Brasil que não o negro. Italianos, alemães, japoneses... Nenhum.

Este tema tem sido objeto de pesquisas e estudos nas Ciências Sociais. Seus resultados apontam para uma redução das diferenças de acesso ao mercado de trabalho entre a população negra e não negra nos últimos 20 anos. A disparidade ainda é elevada e sugere que se não houver um conjunto consistente de políticas afirmativas não será superada essa cruel realidade em um futuro próximo.

A participação entre negros e não negros no mercado de trabalho se reflete no nível hierárquico dos postos ocupados em grandes empresas e nos setores públicos, de forma desigual, esse fato é de conhecimento público, são discursos verbais e não verbais que estão no hodierno das pessoas negras, infelizmente não é percebido, inclusive por alguns negros que aceitam permanecer em cargos subalternos, não aderem a luta por espaço e permanência nos altos espaços de poder. Pesquisa do Instituto Ethos / Ibope (2010), realizada entre as quinhentas maiores empresas do país, comprova que os negros estão alijados dos principais postos de trabalhos do mundo contemporâneo. No que diz respeito às mulheres negras e a sua participação no mercado de trabalho, Pereira (2011, p.10) assinala que:

Sabemos que a mulher brasileira tem conseguido avançar em decorrência de muitas lutas, e quebra de barreiras, dentre elas podemos salientar o machismo. Entretanto, a mulher negra não conseguiu acompanhar o avanço alcançado pelas não negras. Como foi dito acima essa mulher vem esbarrando em barreiras seculares originadas do preconceito e racismo, que procura invisibilizar toda sua caminhada vitoriosa em áreas como a social, econômica e profissional.

A maioria das mulheres negras ainda ocupam cargos inferiores em relação aos homens negros. Isto mostra que para elas alcançarem os mesmos cargos que os homens, em empregos formais, necessitam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade e, muitas vezes, mesmo com essa condição ou imposição, não conseguem tal feito, pois aparecem outros impedimentos (IPEA, 2011).

De acordo com Luiz (2010, p.32),

Encontram-se, na sociedade brasileira, maiores facilidades de enfrentar os que engajam as desigualdades de gênero no mercado, inclusive ao acesso à educação e ao trabalho. As evidências empíricas coletadas mostram que, apesar das transformações ocorridas na direção da democratização social e do aprimoramento das legislações, direcionadas a eliminar as violações dos direitos e da igualdade racial, persistem aí os mecanismos discriminatórios com relação à mulher e entre as mulheres, sendo as negras duplamente discriminadas e severamente prejudicadas socialmente e psicologicamente.

As desigualdades e o preconceito envolvem as variáveis raça e gênero colocando essas mulheres em posição desvantajosa em relação aos outros grupos populacionais. Fato esse documentado pelo Dieese na edição especial intitulada *Mulher Negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos*, lançado dentro das atividades do Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro/2003. “As mulheres negras são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira” (LUIZ, 2003, p.10).

Essa é a realidade social da secretaria Municipal de Educação de Manaus que aplica o racismo de forma velada, uma das percepções é a política que envereda para o partidatismo que reconhece o não negro como capaz, favorecendo- o visivelmente, visto que a maioria dos médios cargos e todos os altos cargos são assumidos pelos não negros, não há escancaramento deste fato de forma verbal e efetiva, mas as ações e atitudes são muito claras. Em todo o histórico desta Secretaria, somente em março de 2015, após o termino da pesquisa de campo, é que uma mulher negra assumiu o cargo de Secretária de Educação do Município de Manaus. Constatamos, nesta pesquisa que há uma pseudoequidade de gênero e raça no âmbito desta Secretaria de Educação.

A presença da mulher negra nos espaços de poder é historicamente diminuta em face da escravização forçada que criou um sentimento coletivo de minoria étnica desprovida de condições cognitivas para atuar em espaços de poder. A condição de subalternização dos negros escravizados efetivou- se ao longo dos tempos com a contribuição da política do branqueamento potencializada nestes territórios não negros, o que distância os negros desses

espaços e os faz criar nichos próprios, embora o país seja multicultural e multiétnico, ainda vemos racismo e essa é a luta, .

O Estatuto da Igualdade Racial (2010), documento que esclarece o preconceito e racismo e normatiza ações promotoras publicado no *Diário Oficial da União*, Seção 1, de 21 de julho de 2010, no artigo primeiro parágrafo único e incisos I a VI preconiza que:

Parágrafo único. Para efeito deste estatuto, considera-se: I – discriminação racial ou etnicorracial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada; II – desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica; III – desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais; IV – população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga; V – políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais; VI – ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

O Estatuto considera o fato de que a desigualdade de gênero e raça, acentua a distância social entre os negros, em especial as mulheres negras e os demais segmentos sociais, o que torna as pessoas dessemelhantes e as engessa em padrões inferiores para convivência social. Os negros, atualmente, estão mais inseridos nos postos de trabalho e mais presentes nos bancos escolares, mas essa é uma situação recente no Brasil, especificamente nas últimas décadas. Houve uma ligeira mudança nas posições ocupadas pelos negros em relação ao acesso e ao rendimento escolar. Esses avanços ainda são tímidos, porém significativos em face da história dessa população.

No entanto, os empregos são subalternizados, médios e altos cargos não são de alcance do negro brasileiro, na visão colonialista, que infelizmente, ainda está enraizada na cultura brasileira que insiste em praticar ou repetir os atos dos seus ancestrais, quando reproduzem o discurso; “Negro bom é negro morto”, “branca é pra casar e preta é para futricar”, esses discursos populares efetivam o racismo e descaracterizam a mulher negra como ser social. Essas práticas fortalecem o racismo.

CAPÍTULO III – A FORMA COMO AS MULHERES NEGRAS SE VÊM EM CARGOS HIERÁRQUICOS NA SEMED/MANAUS.

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra.

Nilma Gomes

3.1 - Perfil sociocultural e educacional das mulheres negras em cargos hierárquicos na Semed/Manaus.

A mulher na educação está alicerçada nos paradigmas de gênero. De acordo com Almeida (1995, p.19), “a compreensão do estatuto atribuído ao gênero nas práticas da educação não pode prescindir de uma análise da natureza da comunicação existente entre a disciplina educação e as produções sobre o gênero”.

No magistério de nível básico e, até mesmo em alguns setores do Ensino Superior, há uma presença majoritária no que diz respeito à diversidade étnica. Almeida (1995, p.20) explicita que, conforme o recenseamento demográfico de 1980, 86,6% do professorado é do sexo feminino, número ainda mais expressivo em se tratando da pré-escola (99%) e das series iniciais de 1ª a 4ª series (96,2%). A análise do perfil dos agentes do campo da educação aponta para a aliança entre gênero e educação.

Elas vêm adentrando todos ou quase todos os espaços tendo por base o seu crescimento, a sua autonomia financeira, o que pode contribuir também para a sua emancipação. O número de mulheres que exercem a chefia feminina cresce assustadoramente. É o que revela o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2006, p.05):

As mulheres apresentam, em praticamente todos os indicadores educacionais, melhores condições do que o grupo masculino. A grande questão neste campo se configura, portanto, na reprodução dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres pelos livros didáticos, pelos professores, pelas práticas de ensino, de forma a impactar nas escolhas de meninos e meninas no campo profissional, dando origem a uma grande segmentação profissional por sexo. Além disto, cabe ressaltar que a vantagem vivenciada pelas mulheres no campo educacional não se traduz em maior ocupação no mercado de trabalho, em postos de trabalhos mais qualificados e em maiores salários.

Mas, ainda que as mulheres tenham conquistado importantes espaços na sociedade com protagonismo histórico, elas ainda não conseguiram se desvencilhar das tarefas domésticas, corolário das mulheres trabalhadoras (TORRES, RODRIGUES, 2010). Afirmar as diferenças para promover a igualdade constitui-se numa das premissas do plano nacional de políticas para as mulheres. Mas, segundo Torres (2005), a sociedade brasileira ainda está longe de alcançar a equidade de gênero.

O discurso sobre os negros na escola nos remete às teorias raciais do final do século XIX e a algumas outras teorias do início do século XX. Revela, também, a necessidade de analisar a raça e o gênero como categorias analíticas e dimensões da formação humana (Gomes, 1999). A autora segue dizendo que não existe somente uma ideologia de classe no cotidiano escolar. Há também uma ideologia racial e de gênero. Estas ideologias podem ser observadas nas práticas, nos livros didáticos, na formação dos professores/as, nos discursos e nos valores. A escola brasileira, enquanto instituição, direito social e dever do Estado não pode se furtar a esse debate, nem tampouco os educadores e educadoras podem se omitir e se esquivar diante dessa tarefa, quer sejam eles/elas negros/as ou não. As professoras e os professores têm um papel social e educacional importantíssimo na erradicação do racismo.

É fato amplamente constatado neste estudo a dificuldade apresentada pelos sujeitos da pesquisa em autodeclarar-se negras. Há nas respostas uma tendência ao branqueamento, como vimos anteriormente, uma certa vergonha em afirmar a sua identidade. O desconhecimento da própria identidade etnicorracial é o resultado dos processos históricos que invisibiliza a população negra enquanto cidadã, construtora de sua identidade e pertença.

Para Bhabha (1998, p.105),

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de 'fixidez' na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/ histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do *mesmo* modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que esta sempre 'no lugar', já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido... Como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provados jamais no discurso.

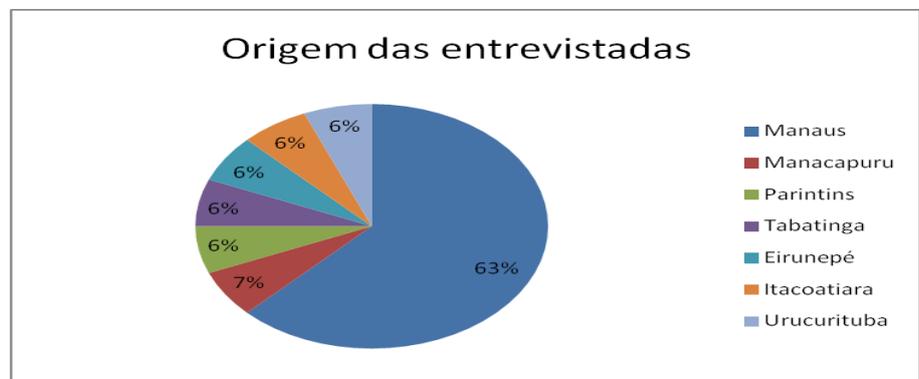
Pode se dizer que o preconceito racial é algo naturalizado na sociedade brasileira. Há uma segregação de suas práticas em determinados espaços sociais, aquilo que Gonzalez e Hasenbalg (1982, p.15) denominam de divisão racial do espaço. De acordo com esses autores;

As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural de Aristóteles*. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc, até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala as favelas, cortiços porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZÁLEZ E HASENBALG, 1982, p.15).

Observe-se que parece haver necessidade de certos grupos de profissionais pertencentes à raça negra negar ou esconder a sua condição étnica, já que historicamente é associado a imagem dessas pessoas às favelas, ao cortiço, guetos dentre outros. As meninas querem ser princesas, louras, a adolescente ou mulher quer ser membro da elite social, reproduzindo a imagem do colonizador, fato que descaracteriza a raça negra. Na visão colonialista ser princesa ou membro da elite social é uma condição física, também branca e se possível loura, são os primeiros requisitos exigidos para que as mulheres façam parte desses nichos sociais.

As mulheres negras, na grande maioria, que ocupam aquele espaço de trabalho parecem pertencer a grupos brancos de classe média, tal é a forma como se comportam uma parcela destas mulheres é advinda do interior do Estado do Amazonas, possivelmente isso justifique o apelo social para se parecerem com o não negro. Vejamos o gráfico a seguir:

Figura 04



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os dados, da figura04, revelam que 63% destas mulheres negras são da capital e 47% vieram de outros municípios do Estado do Amazonas. Elas são imbuídas de mais

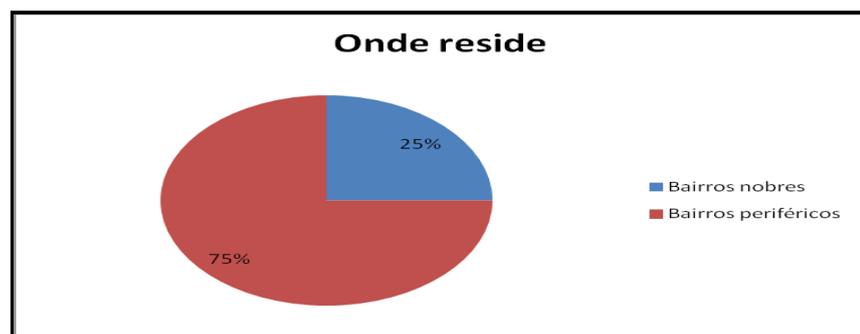
responsabilidade social visto que a condição de mulher negra vinda do interior as impele a buscar estabilidade no mercado de trabalho. Com muito esforço elas adentram o espaço acadêmico das universidades com garra e afinco, aproveitando toda oportunidade que surge, inclusive as ofertas de formação da SEMED/Manaus. Estas mulheres que vieram do interior estão ocupando os espaços de poder de forma equiparada às mulheres da cidade. Mas é preciso reconhecer o fato de que o mercado de trabalho cresceu para as mulheres de modo geral, embora elas estejam lutando por reconhecimento e salários equiparados e não tenha reverberação social dessas lutas, houve avanço no acesso e permanência por meio dos concursos públicos.

Bruschini (2007, p.14) chama a atenção para o fato de que,

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos anos, o primeiro fato a chamar a atenção é a intensidade e constância do seu crescimento. Com um acréscimo de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63%, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa nos dez anos examinados. Enquanto taxas de atividade masculina mantiveram patamares semelhantes, as das mulheres ampliaram significativamente de 85 a 90 e mais ainda nos anos seguintes, quando atingiram 48% na semana e 53% no ano de referência.

Quando perguntamos sobre a localidade da residência constatamos que grande parte das mulheres ouvidas neste estudo reside na periferia da cidade de Manaus, a saber:

Figura 05



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

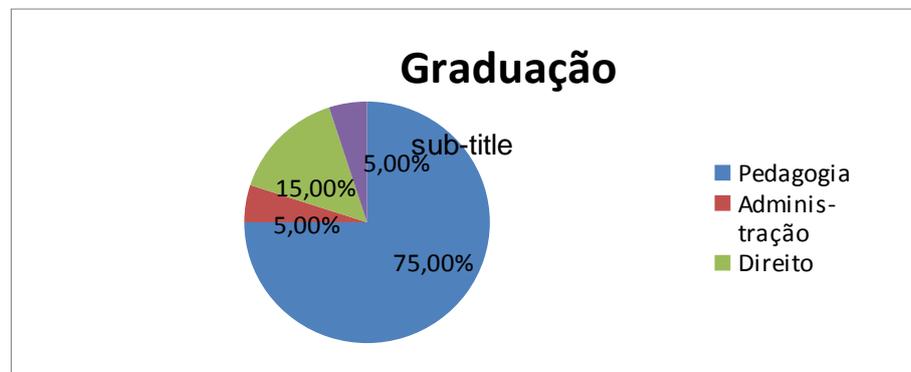
Note-se que, na figura 05, 75% destas mulheres residem em bairros localizados na periferia da cidade de Manaus, somente 25% moram em bairros considerados nobres. Muitas destas mulheres destas mulheres vieram de localidades rurais, interior do Amazonas, e passaram a residir em bairros periféricos ou suburbanos desta cidade. A maioria desses bairros transformou-se em grandes aglomerados humanos que vivem em péssimas condições de serviços e urbanidade. Bentes (2007, p.03) considera que:

A partir de 1960, com o objetivo de integrar a Amazônia ao modelo econômico adotado pelo país, a região passou a ser alvo de uma série de ações estatais que incluem a abertura de rodovias, projetos de colonização e reforma agrária, exploração mineral, geração de energia, que visam garantir as condições necessárias aos grupos capitalistas que chegavam à região. Os impactos dessas iniciativas no espaço amazônico, tanto rural quanto urbano, podem ser reconhecidos no crescente êxodo rural que a região experimentou a partir de então, já que são desestruturados meios e modos de sobrevivência (caça, pesca...) do homem amazônida, forçando a fuga para a cidade que se apresenta atrativa e possibilitadora de melhoria das condições de vida para as camadas populares.

O Art. 6º da Constituição Federal de 1988 estabelece como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. No entanto, a maioria das pessoas ouvidas nesta pesquisa reside em localidades precarizadas, em bairros oriundos de ocupação de terra, pouco urbanizados e com baixa estrutura de bens e serviços.

No que diz respeito à formação das mulheres negras ouvidas nesta pesquisa constatamos que 75% possui curso superior em Pedagogia; 5% curso superior em Administração, 5% possuem curso em Serviço Social e 15% cursaram Direito. Como explicamos no gráfico a seguir:

Figura 06



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

No percurso das entrevistas, tivemos conversas informais onde ficamos sabendo que algumas dessas mulheres negras que ocupam os cargos médios na SEMED/Manaus cursaram faculdade na idade adulta, porque lançaram - se ao trabalho cedo para contribuir com a renda familiar. A maioria não possui cursos de pós-graduação *strictu sensu*. A ocupação dos cargos ocorreu por indicação política, por conta disso a responsabilidade é redobrada e a insegurança pela permanência no mesmo faz com que ocorra dedicação exclusiva, fato que pode ter prejudicado a qualificação profissional de forma efetiva. O quadro abaixo revela que 10%,

dez por cento das mulheres da Secretaria Municipal de Educação de Manaus/SEMED, têm mestrado e 90%, noventa por cento concluíram especialização.

Não obstante, há algumas que possuem a titulação de mestrado e a maioria tem especialização, como é constatado na figura estatística a seguir:

Figura 07



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Essas mulheres são em sua maioria oriundas de classes subalternizadas, vindas do interior do Amazonas. Algumas dessas profissionais possuíam só o curso médio de magistério, isto talvez, em razão do difícil acesso delas ao ensino superior. Foi, pois, com a exigência da LDB – Lei 9394/96 que as profissionais de ensino médio se viram compelidas a realizar o curso superior. Veja-se de que forma é exigido o curso superior pela LDB, a saber:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (LDB, artigo 61).

Os cargos ocupados por mulheres negras na SEMED/Manaus estão abaixo do que é esperado, pois, embora tenha havido certo avanço constata-se que elas estão em cargos de

pouca visibilidade, mesmo exercendo a mesma função por muitos anos. Conforme Pereira (2011, p.07):

No Brasil a mulher negra não alcançou projeção no cenário econômico e social. Foi constatado na minha pesquisa anterior - no mestrado, que elas avançaram na escolaridade e conseqüentemente no mercado de trabalho, entretanto não avançaram nos cargos de chefia. O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo. Contudo, analisando o mercado de trabalho, percebe-se que a quantidade de negros em setores valorizados ainda é muito baixa. Às mulheres negras foram negados os direitos sociais básicos, a exemplo da educação.

Um dado surpreendente nesta pesquisa é o fato de que as mulheres ouvidas desconhecem o teor e o conteúdo das relações raciais e de gênero, isso causa dificuldade na aceitação, percepção e análise sobre a situação da mulher negra no contexto profissional e social. Quando indagada acerca do que significa ser mulher, Violeta (49 anos), responde nos seguintes termos:

Mulher é ter a compreensão do mundo, é o ponto de equilíbrio entre a sociedade, mulher está envolvida em todos os processos sociais, mulher é empenho, mulher é gratidão, mulher é força, mulher é energia e mulher principalmente é compreensão (entrevista, 2013).

No cerne dessa resposta visualizamos o romantismo e responsabilidade que a mulher agrega no círculo da vida e no cotidiano. A mulher negra educadora que está à frente de cargos hierárquicos conquistou esta posição ao longo da luta étnica, na medida em que historicamente estes cargos eram desempenhados por homens ou por mulheres brancas. Podemos exemplificar a partir do fato ocorrido recentemente, em que uma mulher negra assumiu na reitoria da Universidade de Integração Internacional da lusofonia Afro – brasileira (Unilab). Local de formação acadêmica superior, que foi criado para receber descendentes de africanos no Brasil, ou seja, um lugar predeterminado para o negro ou mulher negra ocuparem.

No aspecto acadêmico muitas dessas mulheres estão bem preparadas, ou seja, tem competência para desempenhar papéis em postos hierarquizados, isto porque, no sentido mais amplo, as políticas públicas são balizadas pelos instrumentos legais, ora garantindo ou viabilizando o acesso aos direitos estabelecidos; ora apoiando os processos de mudança que resultarão no aperfeiçoamento das normas que regulam as relações profissionais e sociais. No entanto mesmo essa legislação vigente, a mulher negra permanece com a esperança de que seu valor seja reconhecido. Antes esses cargos eram considerados de competência masculina, quando ocorria alguma raridade de gênero, era assumido por uma mulher branca. No aspecto

acadêmico muitas dessas mulheres estão melhores preparadas, ou seja, tem competência profissional e zelo pelo que fazem. Gomes (1999), em seu artigo *Mulheres Negras e Educação: trajetória de vida, histórias de luta*, retrata as mulheres negras professoras e contextualiza a situação profissional das mesmas em seus locais de trabalho.

Para Gomes (1999, p.01),

Os educadores e as educadoras encontram-se desatentos/as ao fato de que a educação, a raça, o gênero e a classe são relações imersas na alteridade. Os sujeitos envolvidos no processo educacional professores, professoras, alunos, alunas, pais e mães constroem diferentes identidades ao longo da sua história de vida e profissional. A escola é um dos espaços que interfere e muito nesse complexo processo de construção das identidades. O tempo de escola ocupa um lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. Esse tempo registra lembranças, produz experiências e deixa marcas profundas naqueles que conseguem ter acesso à educação escolar. Tais fatores interferem nas relações estabelecidas entre os sujeitos e na maneira como esses veem a si mesmos e ao outro no cotidiano da escola.

Embora a escola seja o local para a construção do conhecimento, os sujeitos com a responsabilidade de educar, nem sempre estão preparados para ensinar essa temática embora o atraso seja secular, os negros e em especial as mulheres negras estão avançando. No que diz respeito aos avanços e conquistas obtidas pelas mulheres negras ao longo do processo histórico Violeta revela que;

Nós percebemos que nesse novo século a mulher negra tem conseguido muitas vitórias. Ela tem conseguido representar melhor a classe. Ela realmente vem com propostas bem consistentes, voltadas exatamente para, não sei se posso denominar de classe, mas assim a mulher negra ela tem tido uma participação efetiva em todos os processos e com respostas vem bem consubstanciada, bem estruturada. Então, a gente percebe uma maior participação em todos os níveis da mulher de cor (entrevista, 2013).

A nossa entrevistada visualiza a mulher negra de sucesso, vitoriosa, preparada acadêmica e politicamente, que está galgando espaços e assumindo cargos, inclusive, como gestora. Esta análise demonstra mudanças sociais no que se refere ao povo negro, mais especificamente a mulher negra, embora as feministas negras discordem da fala de Violeta, entre elas Gonzalez (2000, p. 57) a saber,

Padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.

O racismo produz grande impacto na qualidade de vida deste segmento social. Está presente em todos os indicadores de pesquisa tais como mulheres como: saúde, educação, violência e mercado de trabalho. Embora a ênfase, deste estudo, seja o mercado de trabalho. É no mercado de trabalho que a mulher negra sofre mais perversamente os efeitos do racismo e das desigualdades no seu cotidiano.

3.2 – O trabalho e a jornada de trabalho das gestoras negras da SEMED – Manaus

O trabalho, enquanto centralidade e elemento nucleador da vida dos sujeitos sociais, tem sido objeto de luta do segmento negro no Brasil. As leis contribuem para o avanço do povo negro, mas a efetivação do direito ao trabalho tem se dado lentamente. Acreditamos que nos últimos anos o quadro das relações raciais no Brasil vem sofrendo mudanças significativas, porém, ainda não se chegou ao ponto desejado. Falta muito para que a sociedade brasileira faça a abolição do racismo e da discriminação racial. Falta muito para que as mulheres negras sejam consideradas sujeitos de direitos. É o que nos informa um dos sujeitos desta pesquisa, do sexo masculino, que desempenha um cargo de alto escalão, a saber:

Pois é, não sei obviamente a gente sabe que há uma menor incidência de mulheres negras ocupando esse tipo de cargo, como também há uma menor incidência de mulheres negras em nossa população em Manaus. Não sei se há uma proporcionalidade entre o número de mulheres negras em nossa população e o número de mulheres negras que ocupam cargos de chefia, parece que sim, a primeira vista me parece que há uma compatibilidade, mas o dado tem que ser oficial, eu não detenho esse dado oficial (Cravo, 38 anos, entrevista, 2104).

Esse discurso parece querer ocultar a pouca presença de mulheres negras nos cargos de alto escalão dentro da Secretaria de Educação de Manaus, na medida em que o entrevistado remete esta estatística, para a suposta menor incidência de negros em Manaus. De acordo com Sampaio (2012, p.81),

O número reduzido de escravos africanos e seu impacto modesto nos quadros da produção econômica regional configuram algumas das ressalvas que cercam a presença negra na região Amazônica que assim será tratada pela historiografia local, inclusive, durante o século XIX. Apesar de a região está inserida em um império escravista, o tratamento dado aos escravos negros continuou a ser acessório, limitando-se a registrar essa presença reduzida e importância limitada, especialmente no rio negro.

Na fala de Margarida (40 anos) pode se inferir que um dos mecanismos que possibilitou o fortalecimento da política do branqueamento foi a dificuldade de aceitação dos

sujeitos da própria condição étnica, ela se autodeclara parda, porém não se autorrepresenta no ambiente de trabalho, a saber:

Na realidade eu não tenho visto a mulher negra assumindo realmente cargos no serviço público, aqui dentro da divisão. A partir do momento que eu assumi eu convidei uma das professoras formadoras para assumir a coordenação pedagógica de um grupo que trabalha com formações interdisciplinares (Margarida, entrevista, 2014).

A entrevistada parece querer atenuar a pouca incidência de mulheres negras nos cargos médios, convidando uma negra para assumir a pasta que trata da temática da diversidade etnicorracial naquele espaço. Ela, no entanto, não se reconhece como negra. Para Fanon (2008, p.133),

O negro, na medida em que fica no seu país, tem quase o mesmo destino do menino branco. Mas indo à Europa terá de reconsiderar a vida. Pois o preto, na França, seu país, se sentirá diferente dos outros. Já pretenderam apressadamente: o preto se inferioriza. A verdade é que ele é inferiorizado. O jovem antilhano é um francês convocado a viver continuamente com os seus compatriotas brancos. Ora, a família antilhana praticamente não mantém nenhuma ralação com a estrutura nacional, isto é, francesa, europeia. O antilhano deve então escolher entre sua família e a sociedade europeia; em outras palavras, o indivíduo que *ascende* na sociedade – a branca, a civilizada – tende a rejeitar a família – a negra, a selvagem – no plano do imaginário, em relação com as *Erlebnis*, às vivências infantis que descrevemos anteriormente.

A condição da cor é tão forte que prejudica o desenvolvimento humano, posto que em larga escala os negros e negras encontram-se em trabalhos precarizados e subalternizados auferindo baixos salários. De acordo com o IPEA (2011 p.35),

O rendimento médio (todas as fontes) aumentou de forma generalizada. Embora as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul e a zona urbana permaneçam com as maiores rendas *per capita*, o Nordeste e a zonal rural apresentaram taxas expressivas de crescimento neste indicador. O mesmo acontece ao considerarem-se os segmentos populacionais por cor ou raça. Conquanto a população negra tenha experimentado aumento relativo da renda média *per capita* superior ao da população branca, a desigualdade permanece expressiva, pois se parte de patamares muito díspares. Os negros apresentam, em média, 55% da renda percebida pelos brancos em 2009; no entanto, em 1995, a razão de renda era ainda menor (45%). A pirâmide social, esculpida pelas variáveis de renda, sexo e raça, sofreu pequena alteração. Se, em 1995, os homens negros tinham rendimentos superiores aos das mulheres brancas, ao longo do tempo, passam a receber ligeiramente menos, tendência que se pronuncia a partir de 1999. Em 2009, a mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%. No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e a redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009).

Essa realidade não se aplica, de certa forma, às gestoras negras da SEMED/Manaus, elas auferem renda mais elevada em razão dos cargos que ocupam. As horas de trabalho se

estendem além do horário de funcionamento com extensas reuniões e compromissos tanto na Secretaria quanto no âmbito externo. As cobranças têm urgências que as impossibilitam, muitas vezes, de qualificar – se profissionalmente. Esta é a contrapartida delas ao cargo e ao salário que recebem.

O horário de trabalho na Secretária inicia às oito horas da manhã e encerra as dezessete e trinta horas, com intervalo para almoço das doze horas às treze e trinta, totalizando oito horas diárias e quarenta horas semanais. Nosso trabalho de coleta de dados junto a essas mulheres foi realizado no horário do almoço, ou antes das oito horas, pois ao iniciar a jornada ficava quase impossível nos dar a devida atenção. As gestoras têm responsabilidades que ultrapassam o limite desse horário, elas possuem uma longa jornada de trabalho, mais de dez horas, para poder dar conta das tarefas exigidas pelo cargo que ocupam. A excessividade de tarefas sobrecarregam as mulheres, principalmente, se elas ocupam cargos de confiança, como é o caso destas gestoras que têm que cumprir jornadas de trabalho extensas.

Em certos casos mulheres negras ainda não estão conscientes das leis que as amparam, incluindo o desconhecimento do Estatuto da Igualdade Racial (2010). São recentes as leis de proteção ao segmento negro no país e, ainda assim, quase não são cumpridas. Vejamos:

Art. 5º A participação dos afro-brasileiros, em condições de igualdade de oportunidades, na vida econômica, social, política e cultural do País, será promovida prioritariamente, por meio de:

§ 2º As iniciativas de que trata o caput deste artigo nortear-se-ão pelo respeito à proporcionalidade entre homens e mulheres afro-brasileiros, com vistas a garantir a plena participação da mulher afro-brasileira como beneficiária deste Estatuto.

Para Ávila e Portes (2012), as mulheres acumulam uma sobrecarga de atividades que as afastam da individualidade, ela não tem diversão e vida própria, visto que o trabalho e as responsabilidades familiares a consomem. De acordo com esses autores:

A rotina de trabalho dessas mulheres é extremamente desgastante, restando pouco (ou nenhum) tempo para momentos de lazer. Quando indagadas sobre o que fazem em seus momentos de lazer e descanso, a grande maioria das mulheres diz que esse momento é mínimo ou inexistente: '*pra mim isso não existe mais*' (Ana Maria). O tempo 'livre' é utilizado para dar conta de toda uma gama de ocupações dedicadas ao trabalho doméstico ou escolar. Na prática, o planejamento e o uso racional do tempo é uma das mais importantes estratégias de conciliação entre as diferentes jornadas de trabalhos levadas pelas mulheres (AVILA e PORTES, 2012, p.816).

Uma das mulheres ouvidas neste estudo faz uma síntese da sobrecarga e tripla jornada de trabalho que a mulher trabalhadora enfrenta, nos seguintes termos:

Ser mulher é sobreviver a esse mundo machista, né, que dizem que não, mas ainda existe sim. Então, assim, eu gosto de ser mulher e acredito que muitas conquistas minhas foi pelo fato de ser mulher. Também eu penso que a gente busca muito mais, apesar de a gente trabalhar muito pra gente conseguir um pouco. Então não é fácil, é difícil porque a gente se desdobrar, é dona de casa, é mãe, é trabalhadora, é tudo, é amante, é tudo, então a gente tem de se desdobrar. Não pode estar cansada, não pode dizer não para os filhos, principalmente, quando são pequenos no sentido de lazer. A gente trabalha tanto que chega o final de semana já está cansada, mas não pode se cansar porque precisa levar seus filhos pra passear, enfim, para se socializar também, então é difícil, mas é bom (Magnólia, entrevista, 2014).

Magnólia faz um resumo do cotidiano das mulheres trabalhadoras na atualidade, sem, no entanto, deixar de valorizar-se como mulher. Torres (2005), chama a atenção para o fato de que as mulheres são os sujeitos centrais na organização da família e do bem-estar dos filhos, desdobrando-se em atividades de forma excessiva que as deixa sem tempo para o estudo e a qualificação profissional.

No que se refere as oportunidades e a busca por acesso e permanência, das mulheres negras, nos espaços de poder é pertinente a exposição de uma das entrevistadas, visto que se posiciona e respalda no discurso ¹⁵pós colonialistas de que as oportunidades são para todos com a intenção de erradicar o histórico de escravidão negra e estabelecer o discurso ilusório da igualdade racial, embora a informação e formação acadêmica estejam mais abrangentes, encontramos o fortalecimento dessas falas nos seguintes termos:

As mulheres negras estão sim nos cargos. A gente começar a ter esse processo de mudança interna aqui. As oportunidades estão aí basta você abraçar não se fazer de coitado, aí sim você consegue galgar espaço, entendeu? Elas são Chefes de departamentos. Está ai a professora a professora Lenize que já foi nossa secretaria ela encampa esse padrão de ser negra, entendeu? Nos departamentos são várias, não posso nem lhe pontuar assim mesmo, mas tem a GACC (Gerência de ações complementares e comunidade), quer dizer no DEGD (Departamento Geral dos Distritos), temos uma mulher que entra nesse perfil, rosa, entendeu? E vários outros setores. Até porque somos a maioria mulheres aqui. Os homens são meros convidados. Hoje os cargos comissionados da secretaria, do secretário não são funcionários são convidados (Hortência, entrevista 2014).

A fala de Hortência parece culpabilizar a mulher negra pela sua invisibilidade: “as oportunidades estão aí basta você abraçar”. Como se isso dependesse da própria mulher, expressando uma visão positivista da sociedade. Deve-se reconhecer que a sociedade é o palco das contradições sociais e que as desigualdades são históricas, ou seja, são construídas ao longo dos processos históricos (TORRES, 2005).

A ativista Social Raimunda Nonata Correa (60 anos, entrevista, 2014) ou Mãe Nonata como é socialmente conhecida contradiz a fala de Hortência, trazendo no bojo de seu discurso

¹⁵ é um conjunto de teoria que analisa os efeitos políticos, filosóficos, artísticos e literários deixados pelo colonialismo nos países colonizados. <https://pt.wikipedia.org>

a realidade vivida como mulher negra, mãe de santo, pedagoga, consultora e ativista social como secretaria de políticas contra o racismo, uma das coordenadoras do movimento de mulheres Afroameríndias e Caribenhas entre outras funções. Vejamos:

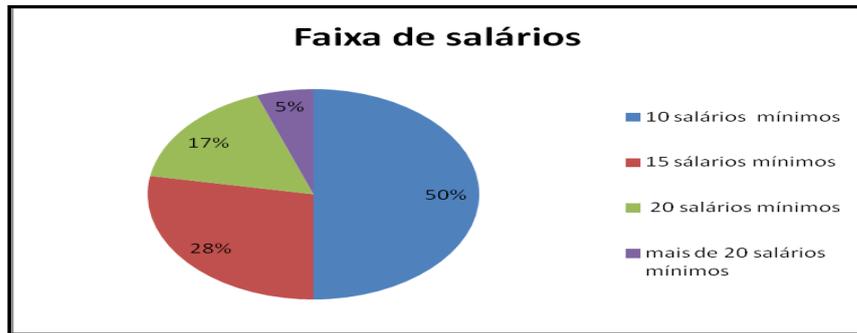
Ser mulher negra é enfrentar a sociedade racista. Ser mulher negra e macumbeira, diga-se de passagem, que sou mãe de Santo, é enfrentar uma sociedade racista, preconceituosa sem está constituído os meus direitos de mulher negra. Enfrentar uma sociedade culturalmente cristã ortodoxa, judaica cristã. É um problema ser mulher negra, mas mulher negra tem que se encontrar como tal ela não pode ser a boazinha, ela tem que ser a guerreira, ela tem que agir, ela que vai pra luta. A mulher negra ainda é relegada ao terceiro plano, ela é ainda aquela que faz a tarefa, ela ainda é aquela que faz a luta, mas, no momento da conquista é um homem, até um homem negro que assume, mas ela não tá assumindo seu espaço de poder.

A faixa de ganhos das mulheres negras na SEMED/Manaus está equiparada com as demais, no entanto ao verificarmos os salários de outros profissionais com a mesma formação acadêmica, percebemos que são melhores remunerados que os profissionais de educação. Nesta secretaria a diferença está no acesso ao espaço de poder, aos cargos hierarquizados, objeto deste estudo. Para Pena e Pitanguy (2003, p.73),

O acesso maior das mulheres a todos os níveis de educação contribuiu também para a transformação dos papéis relacionados a gênero e a divisão de gênero no trabalho, o qual por sua vez alterou a participação das mulheres na força de trabalho e o seu progresso na carreira [...]. Durante o período de 1990-99, enquanto que a taxa de participação dos homens permaneceu razoavelmente constante, ela aumentou para as mulheres de uma média nacional de 39 por cento, em 1990, para 47 por cento em 1993 e 49 por cento em 1999 (variações de acordo com a idade). Além do nível de escolaridade e das alterações demográficas, as taxas altas de crescimento e o aumento do nível de industrialização e urbanização geraram demanda por mão de obra que absorveu novos trabalhadores na força de trabalho e, em especial, as mulheres. Ao mesmo tempo, a mudança no padrão de consumo e a disponibilidade crescente de novos produtos no mercado geraram uma demanda por renda familiar complementar. As mudanças na metodologia da pesquisa de domicílios resultaram também em uma descrição da taxa de participação estatisticamente mais exata, especialmente na agricultura. Por fim, o movimento das mulheres e as mudanças de pontos de vista sobre o lugar das mulheres na sociedade intensificaram estas tendências.

Observe-se que a partir de 1999 as mulheres foram mais absorvidas como força de trabalho no mercado do que os homens. Esta realidade deve-se, especialmente, ao acréscimo do nível da escolaridade delas e à persistência na luta pela sua manutenção nos espaços de poder. Para Torres (2010), a inserção das mulheres no mercado de trabalho é o reflexo da nova organização política do país, embora o recorte de gênero permaneça em constante discussão no que diz respeito à equiparação salarial. Os dados dos rendimentos das mulheres ouvidas nesta pesquisa são os seguintes:

Figura 08



Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Os salários podem ser compreendidos da seguinte forma: dez salários são auferidos pelos gerentes e chefes de divisão, quinze a vinte salários por pessoas que exercem os cargos de diretoria e assessoria do gabinete, acima de vinte salários-mínimos são para subsecretários e Secretário de Educação.

Essas faixas de salários foram informadas pelas entrevistadas e este valor pode ter sido alterado até o término desta pesquisa. É perceptível que estas gestoras não se encontram com ganhos abaixo dos demais segmentos, visto que a Secretaria tem plano de cargos e salários que equipara os salários em todos os segmentos. A questão fundante é de fato o acesso e permanência das gestoras negras nesse espaço de poder. No decurso da pesquisa ocorreram mudanças administrativas e, nesse ínterim, duas das gestoras negras ouvidas nesta pesquisa sofreram processo de redimensionamento, uma saiu para um posto inferior e a outra para um posto superior, respectivamente Dama da Noite e Magnólia, porém este último cargo apesar de superior é de menor visibilidade profissional. Além destas, a única mulher autodeclarada indígena também foi substituída e todas as substitutas são brancas. Pode se dizer que a resiliência se faz necessária para que estas mulheres não percam seus cargos.

Para Torres (2005) as mulheres Amazônicas reescreveram sua história no chão das fábricas, demonstrando força e coragem na luta política, o que falta a mulher negra que precisa organizar-se de forma mais consistente em Manaus.

A construção da cidadania das mulheres negras e à igualdade de gênero, no âmbito da cidade de Manaus e a legislação refletem o estágio evolutivo dos processos sociais em curso, ou do pacto estabelecido entre os diferentes segmentos da sociedade. Entretanto, é sabido que o texto da lei não é suficiente para a garantia do exercício da cidadania, principalmente para os segmentos mais discriminados da população. Em alguns casos, os conflitos decorrentes das disparidades de interesses e necessidades que permeiam as relações sociais impedem, de diferentes maneiras, a efetivação do acesso aos direitos universais.

Assim, o conhecimento da legislação vigente constitui um primeiro passo para a definição de estratégias políticas orientadas para o enfrentamento e superação das desigualdades que marcam as relações de gênero. A sugestão de Torres (2005) remete para a necessidade de organização ou reestruturação política das mulheres negras não só para elas terem visibilidade social, mas também para que tenham melhor acesso ao mercado de trabalho, no intuito de que essas mulheres. Conforme o IPEA (2011, p.27);

A taxa de desocupação – que mede a proporção de pessoas desempregadas, mas em busca de emprego – aponta um aumento do desemprego para homens e mulheres quando comparamos os intervalos de 1995 a 2009 (embora não seja uma evolução progressiva, mas descontínua, sendo que o ápice remete a 1999). A taxa de desocupação dos homens passou de cerca de 5%, em 1995, para, aproximadamente, 6%, em 2009, ao passo que, para as mulheres, o resultado variou de cerca de 7% para 11%, em relação aos mesmos intervalos considerados. O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%).

Esta situação fortalece a reprodução das desigualdades “empurrando” as mulheres negras para postos de trabalhos pouco rentáveis como é o caso do trabalho doméstico. Melo (2009, p.168), considera que;

Para a vertente feminista essa questão da invisibilidade do trabalho da mulher remete a uma discussão sobre a desqualificação do trabalho doméstico. Os conceitos de trabalho doméstico e trabalho produtivo/improdutivo funcionam como um iceberg para a questão da inferioridade feminina. Embora o principal seja que o trabalho doméstico é executado predominantemente por mulheres e que as ciências sociais, sobretudo a teoria econômica, têm pouco ou quase nada a dizer sobre o porquê desta questão. Na realidade o problema permanece obscuro, porque - tanto na visão liberal quanto na marxista – a subordinação feminina é explicada pela sua exclusão do mundo mercantil, sendo esta atribuída a razões culturais.

A importância do valor da força de trabalho da mulher que sempre foi medida por baixo, Melo (2009), especialmente no que diz respeito à equiparação salarial continua sendo uma das maiores reivindicações das mulheres nos dias atuais.

Após séculos de submissão às práticas castradoras da dominação masculina torna-se difícil e desafiadora a equidade de gênero e raça no tocante à equiparação salarial. Ou seja;

Por um período de dois séculos e meio as Afro – Americanas foram escravas das pessoas brancas nesse país [...]. Embora descendentes de povos bárbaros, as mulheres negras prontamente adaptaram-se aos requisitos da vida civilizada e a maioria delas desempenhou excelente trabalho feminino [...]. O que nós podemos dizer do progresso delas para convencer amigos céticos, brancos e negros, de que elas são merecedoras de crédito? (TILLMAN, 1895, p.280).

O apelo do século XIX para as mulheres negras é que elas precisam desempenhar seu papel político de organização para protagonizarem o seu desenvolvimento social no âmbito da educação e da qualificação profissional.

A força motriz de afirmação da raça adveio das mulheres de cor, instruídas. Elas foram capazes de perceber desde cedo que as qualidades morais da raça residiam na sua feminilidade e, por isso, era sua única e legítima porta-voz. Essas intelectuais se esforçavam para publicizar apenas um tipo de feminino dentro da raça, foi a forma pela qual as intelectuais afro-americanas construíam para si próprias um modelo público de “feminilidade respeitável” (WOLCOTT, 2001, p.3). Não somente como mulheres, mas como mulheres negras, elas eram desencorajadas a galgar melhores oportunidades, mas a ânsia de liberdade as fez buscar a justiça e lutar por equidade. Mas essa busca trouxe profundas consequências para esta mulher negra, que sempre trabalhou para auto sustentar-se e contribuir ou manter sozinha o sustento da família. Ela que trabalhava na lavoura, em casas de família desenvolvendo todos os tipos de trabalhos domésticos, ainda tinha que cuidar da própria casa. Trata-se da dupla jornada de trabalho, às vezes, enfrentando uma tríplice jornada de trabalho como assinala Ávila e Portes (2001, p.815):

Ter que desempenhar diariamente uma tríplice jornada de trabalho não é tarefa simples. Para as mulheres que vivenciam essa realidade, a rotina diária é um corre-corre frenético para tentar dar conta de todos os segmentos de trabalho. Para grande parte das mulheres, a habilidade de separar e definir limites para os diferentes tempos/espacos é um grande desafio. Conciliar os três segmentos de trabalho é uma fonte de estresse, ansiedade e pressão constantes. Isso as torna emocionalmente vulneráveis.

Os momentos que passamos esperando para sermos atendidas por estas gestoras pudemos perceber a fadiga diária que é o trabalho delas. Trata-se de um trabalho exaustivo, elas atendem ligações dos familiares, encaminham por celular as atividades do lar, buscam filhos ou netos na escola, idosos que estão sob sua responsabilidade, enfim, é uma tríplice jornada de trabalho. Em nenhum momento presenciemos má vontade ou grosseria durante o atendimento, todas, cada uma dentro de sua própria condição era gentil e solícita. Para Góis (1999, p.744);

A maior pobreza dos negros comparativamente aos brancos é decorrente das diferenças entre eles relativamente a uma série de indicadores socioeconômicos e ao mesmo tempo modela essas diferenças entre eles relativamente. No que toca ao acesso formal de trabalho, por exemplo, os negros enfrentam dificuldades muito maiores do que os brancos, dificuldades essas que se acentuam enormemente quando se trata de ocupação de cargos de gerenciamento e chefia, [...]. Se os afro-brasileiro em geral ocupam uma posição de inferioridade em relação aos brancos no mercado de trabalho, a análise dessa questão tomando o sexo como recorte dá uma nova dramaticidade ao problema. Isso porque as mulheres negras ocupam as posições mais baixas nas escalas de assalariamento, seja comparada aos homens brancos e negros, seja quando comparada as mulheres brancas.

Para Louro (2005, p.06), “gênero é um conceito que visa – sem descartar as bases biológicas das diferenças entre os sexos – chamar a atenção para a construção social que se dá articulada a essas bases biológicas. É sem dúvida um conceito com forte apelo relacional, pois quando se fala num gênero está implicitamente se referindo ao outro”. A autora ressalta que várias estudiosas, como Joan Scott (1995) chamam a atenção para o fato de que essa categoria precisa ser compreendida em sua articulação com outras categorias sociais: como raça e classe. Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.

No seu uso recente e mais simples, gênero não é sinônimo de mulheres. Livros, artigos e outras produções que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos, nos seus títulos, o termo mulheres pelo termo gênero por ser considerado mais amplo e para além do termo mulher. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo – se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Esta perspectiva é a mais aceita pelas pesquisadoras da temática de gênero, é a mais apontada pelas feministas e pelo movimento social de mulheres. Para Scott (1991, p.16), “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado”.

A mulher negra na sociedade brasileira parece não ter voz, cor e sexo/gênero. A dominação se intensifica no âmbito da invisibilidade de gênero que lida com os sujeitos de forma linear considerando mulheres e homens como seres homogêneos e sem expressão etnicorracial. A busca pela suposta igualdade por parte do discurso do Estado, fez com que o mesmo desenvolvesse formas discriminatórias e de desvalorização das mulheres negras. Munanga (2005) discorre sobre a manutenção das regras de segregação contrárias ao princípio de alteridade e de reconhecimento das diferenças, recorrendo aos estereótipos estafados. Embora essa não seja uma peculiaridade da mulher negra, considerando-se que em relatos escritos encontramos situações semelhantes com homens no mesmo sentido discriminatório. A discriminação se torna pessoal, social e profissional.

Na sociedade colonial a economia brasileira fundada na grande propriedade rural e na mão de obra escrava deu pouca atenção ao ensino formal para os homens e nenhuma atenção para as mulheres negras. O isolamento, a estratificação social e as relações familiares patriarcais favoreceram uma estrutura de poder fundada na autoridade sem limites dos

homens donos de terras. A tradição cultural patriarcal vinda de Portugal para a colônia brasileira considerava a mulher um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e a escrever. A educação monopolizada pela Igreja reforçava o espírito patriarcal. A obra educativa da Companhia de Jesus contribuiu significativamente para o fortalecimento da predominância masculina, sobressaindo o apego dos jesuítas às formas dogmáticas de pensamento cuja contribuição ao mandonismo da Igreja e do Estado foi fator relevante. Algumas mudanças só ocorreram com a chegada da família real ao Brasil. De acordo com Alves (2010, p.57),

Com a vinda da Família Real portuguesa ao Brasil e a independência, em 1822, a sociedade brasileira começou a apresentar uma estrutura social mais complexa. As imigrações internacionais e a diversificação econômica aumentaram a demanda por educação, que passou a ser vista como um instrumento de ascensão social pelas camadas sociais intermediárias. Neste novo contexto, pela primeira vez, os dirigentes do país manifestaram preocupação com a educação feminina. Os primeiros legisladores do Império estabeleceram que o ensino primário deveria ser de responsabilidade do Estado e extensivo às meninas, cujas classes deveriam ser regidas por professoras. Porém, devido à falta de professoras qualificadas e sem conseguir despertar maior interesse dos pais, o ensino sequer logrou abranger uma percentagem significativa de alunas.

Essa visão ou estratégia colonialista em relação às mulheres, não era extensiva às negras escravas, isso não é menos agressivo do que o ocorrido entre as mulheres de todas as etnias, embora a negra seja considerada, ainda, mercadoria de baixo valor e sem competência para assumir responsabilidade de cargos hierarquizados. Essa exclusão é um traço distintivo do racismo brasileiro que só recentemente passou a tolerar algumas mulheres negras nos espaços de poder, não o fazendo por respeito as diferenças, mas para fins de retórica e construção de uma boa imagem para o país. O Brasil precisa crescer em equidade de gênero nos próximos anos, a fim de que consiga ser um país desenvolvido, de fato.

Para a Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Igualdade Racial – SEPPIR, o racismo consiste em praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Para Mayorga et al (1999, p.466), “a ideia de que as qualidades chamadas masculinas e femininas não estão baseadas nas determinações de diferenças sexuais, mas refletem condicionamentos culturais em sociedades diversas”. Observe-se que o conceito de raça ou etnia advêm de uma construção social, uma elaboração baseada no olhar e na cultura dos construtores desse conceito. O olhar eurocêntrico sobre a raça negra e suas construções epistêmicas fundadas na classificação de cor é responsável pelos vícios de discriminação contra os negros e indígenas que perdura até os dias atuais (Torres, 2005).

As mulheres negras enfrentam uma tripla discriminação: a discriminação de gênero pela sua condição feminina, a de raça baseada na cor da pele e a discriminação de classe por pertencerem a estratos sociais subalternizados.

3.3 – A educação e formação das mulheres gestoras e a rede de apoio que elas se relacionam.

A gestão pública busca assegurar a qualidade aos serviços públicos, neste caso, aos serviços públicos na área educacional. Melhor qualificação aos gestores de modo geral. No caso das mulheres gestoras esta formação deveria estar relacionada com as relações de gênero e com o pertencimento étnico, no caso das negras. Isto poderia contribuir para a reafirmação das identidades e sentimentos de pertencimento étnico e de gênero. No entanto, o processo de construção de políticas públicas para as mulheres que deveria ser acompanhado de estudos e pesquisas para que pudessem traçar o diagnóstico e desenvolver indicadores para uso do Estado na elaboração e avaliação da política pública, porém é promovida à revelia dessas mulheres e grupos sociais, mesmo havendo avançado com as conferências nos três âmbitos do poder, não evoluímos com o acompanhamento e cumprimento do que é aprovado nas conferências.

Ao longo da história houve necessidade de organização e de muitas lutas de enfrentamentos para que as mulheres fossem reconhecidas como sujeitos políticos, raízes deixadas pelos ideários da revolução francesa de 1789. Com a carta da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do cidadão, o desenvolvimento social, intelectual e cultural das mulheres, parecia, ter encontrado uma luz no fim do túnel na medida em que a Carta garantia o desenvolvimento humano a todos, independentemente de origem social, raça/etnia, sexo, religião e credo político consolidado com o lema *igualdade, liberdade e fraternidade*, embora o termo gênero, especialmente feminino, não aparecesse.

O acesso à educação foi um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento social das mulheres. Não foi fácil alcançar esse intento, visto que a mulher era considerada propriedade familiar do pai e posteriormente do marido, entre outros membros masculinos da família, necessitando que este responsável autorizasse por escrito a anuência para a mulher em qualquer idade pudesse estudar, é nesta perspectiva que se coloca a importância das conquistas das mulheres e em especial das mulheres negras, essa última foi muito depois das mulheres brancas em todos os aspectos. De acordo com Costa (2005, p. 144):

Pouco a pouco as mulheres foram tendo acesso à hierarquia do Ensino, chegando a ter assento no Conselho de Instrução Pública, muito embora em franca minoria em relação aos homens. A sociedade, entretanto, assentada em padrões tradicionais, a despeito do ideário feminista, não teve condições de absorver todas as inovações da República. Por isso as mulheres demoraram a ingressar nos cursos secundários que as encaminharam para as Universidades. A rigor, muitas áreas universitárias foram vedadas às mulheres até a década de 1950. Não podemos nos esquecer de que, sobretudo, na Região Amazônica, dada a carência de profissionais habilitados nas diversas áreas, passaram a compor o magistério superior, principalmente os padres e bacharéis em direito, via de regra, integrantes de uma posição conservadora em relação às mulheres.

As gestoras (es), as professoras (es) e todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem tem um papel crucial como agentes de mudanças neste século XXI, tempo em que a tecnologia se alastra de uma forma espantosa e o homem precisa, mais do que nunca de autênticos educadores (OLIVEIRA 2010,p.411).

A gestão educacional trabalha para conseguir que a escola funcione e ofereça um currículo de maior qualidade, para atingir esse fim são necessários profissionais competentes, visto que competência não é algo que se adquire de uma vez por todas, se faz necessário buscar conhecimentos para alcançar esse intento. Para tanto a gestão precisa ser descentralizada como afirma (OLIVEIRA ,2010, p.411).

A descentralização da gestão de ensino é a maior autonomia concedida às escolas é uma tendência constante na maioria dos países. Em face dos modelos mais centralizadores e regularizadores do ensino, a autonomia desenvolve-se para favorecer a capacidade de decisão das escolas, para aumentar o compromisso da comunidade educativa e para facilitar a adaptação de cada escola ao ambiente e aos seus alunos.

A descentralização da gestão possibilita ações que podem contribuir para a inclusão das questões racial e de gênero, formulada e desenvolvida pelos professores (as) e alunos (as) no dia a dia da escola. Estes temas deveriam estar presentes no desenvolvimento da carreira docente desde o curso do magistério, passando pelos centros de formação, pelo curso de pedagogia até a licenciatura, tendo como referência as diretrizes emanadas dos movimentos de mulheres e das Conferências Nacional de Políticas para Mulheres, visto que essa organização só iniciou em 2004, fato recente, Isto porque a escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais, raciais e de gênero permaneçam do lado de fora. A escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores (as) e educando (as).

Gomes (1999, p.05), retrata as lembranças da escola nos seguintes termos:

O momento da entrada para a escola foi um outro tema discutido. As expectativas em torno deste acontecimento são compartilhadas por todos, familiares, amigos e pela própria criança negra. Contudo, desde o início da trajetória escolar, a criança se depara com um determinado tipo de ausência que a acompanhará até o curso superior (isto é, para aquelas que conseguirem chegar até a universidade): a quase total inexistência de professoras e professores negros. A criança negra se depara com uma cultura baseada em padrões brancos. Ela não se vê inserida no contexto dos livros, nos cartazes espalhados pela escola ou ainda na escolha dos temas e alunos para encenar números nas festinhas. Onde quer que seja, a referência da criança e da família feliz é branca. Os estereótipos com os quais ela teve contato no seu círculo de amizade e na vizinhança são mais acentuados na escola, e são muito mais cruéis. A falta de um posicionamento claro e coerente do professor e da professora é um ponto marcante.

O acesso à educação foi um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento social das mulheres. E essa conquista foi fruto da luta do movimento feminista na história do ocidente. De acordo com Costa (2005, p. 144),

Pouco a pouco as mulheres foram tendo acesso à hierarquia do Ensino, chegando a ter assento no Conselho de Instrução Pública, muito embora em franca minoria em relação aos homens. A sociedade, entretanto, assentada em padrões tradicionais, a despeito do ideário feminista, não teve condições de absorver todas as inovações da República. Por isso as mulheres demoraram a ingressar nos cursos secundários que as encaminharam para as Universidades. A rigor, muitas áreas universitárias foram vedadas às mulheres até a década de 1950. Não podemos nos esquecer de que, sobretudo, na Região Amazônica, dada a carência de profissionais habilitados nas diversas áreas, passaram a compor o magistério superior, principalmente os padres e bacharéis em direito, via de regra, integrantes de uma posição conservadora em relação às mulheres.

Pensar o negro na história da educação no Brasil supõe compreendê-lo no âmbito da exclusão social, enquanto população pobre e socialmente discriminada. Conforme Garcia (2007, p.34),

Desde a educação jesuítica, a opção foi por uma educação livresca importada e aistórica. A educação no sistema escravocrata com suas escolas de “primeiras letras”, diferenciadas por gênero e disciplinas, não permitia a presença dos escravizados já que, por lei (art. 6º da Constituição de 1824) era reservada aos cidadãos brasileiros. Com isso, coibia o ingresso dos escravizados que eram, em larga escala, africanos de nascimento. Apenas negros libertos provenientes de famílias de algum recurso ou “protegidos” por ex senhores poderiam frequentá-las.

Houve avanços graduais nos números da educação no país, contudo, observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente da população negra. Embora a organização das mulheres negras caminhe no plano das conquistas, ainda assim, há desigualdades históricas no que diz respeito ao desempenho socioeconômico, educacional e profissional destas mulheres. Para Góis (1999, p.753),

As melhores condições de ensino – bons professores, currículo adequado, ambiente educacional saudável etc. – em parte proporcionadas pelas escolas privadas podem constituir um elemento diferenciador importante, a necessidade de articular estudo e trabalho durante o ensino fundamental e médio pode também contribuir para a interrupção do que seria um percurso menos acidentado em direção à universidade e à busca por cursos mais valorizados. Isso porque a associação entre estudo e trabalho é um dos fatores mais importantes de absentefismo, com tudo que isso traz de implicações negativas para o aprendizado e para o “sucesso escolar”.

Os estudos de Costa (2005), Garcia (2007) e Góis (1999), vem ao encontro do discurso de Torres (2005), a qual reconhece o fato de que a saída das mulheres para o mercado de trabalho possibilitou-lhe ampliar seus horizontes, principalmente no que diz respeito a sua participação política. Para esta autora,

A saída da mulher da esfera privada para a esfera pública possibilitou-lhe o contato com uma rede de relações que implicariam novos saberes e novas informações que redefiniriam suas relações com a família. A participação política da mulher teve o seu preço e exigiu coragem para enfrentar um universo assaz dominador. Adentrar um espaço cindido pelas diferenças sexuais representou um desafio para a mulher, que teve que provar cotidianamente a sua capacidade intelectual ao desempenhar ofícios e profissões no espaço público (TORRES, 2005, p.57).

É fato, que as mulheres à frente dos cargos na Semed/Manaus contribuíram para mudar alguns encaminhamentos nas relações interpessoais, dentre elas o mínimo de respeito às diferenças, abriram espaço para a inserção de políticas interseccionais e de apoio à mulher trabalhadora. Podemos citar uma política de Estado que é recente e está contribuindo enormemente com as mulheres, que é a política de creches, criada no Governo Dilma Rousseff.

Quando indagada sobre como ocorrem as relações sociais entre os gêneros Acácia (56 anos), responde nos seguintes termos:

Eu acho que a relação mulher e homem é sempre melhor que mulher com mulher. Eu tenho a ideia que a relação das mulheres, ela ainda é uma relação de muita disputa, desde a disputa social até a disputa física. No meu caso, digo que sou parda, gorda, então tenho várias situações e as pessoas ainda me veem, às vezes, só por esse lado, de gorda, da maneira de vestir, da maneira de estar, do cheiro, então isso ainda acontece. Aqui por exemplo no nosso ambiente de trabalho, nós temos só dois homens e o resto tudo são mulheres, eu coloco sempre pra eles, que nós somos todas pessoas, independentemente de ser homens ou mulheres (entrevista, 2013).

Para a entrevistada as relações sociais parecem conflitar com o mesmo gênero, o gênero masculino se relaciona melhor no grupo com o gênero feminino, segundo suas palavras. É imprescindível que as boas relações não sejam medidas por gênero, embora saibamos que essas relações são difíceis pela divergência de ideias e diferentes modos de ver o mundo, enfim, as relações entre homens e mulheres não poderiam ser construídas com base

na discriminação em que o homem tem direitos e as mulheres só deveres praticamente.

É preciso haver paridade no recorte de gênero e raça para caminharmos na perspectiva da equidade. Segundo Bruschini (2007), a mulher assume toda a carga de trabalho doméstico e o homem fica com a responsabilidade do sustento, embora saibamos que essa realidade mudou no cotidiano das famílias. A mãe está ausente da família para estar presente nas frentes de trabalho, buscando o sustento dessa família, seja ela de ascendentes ou descendentes. O símbolo representado pelo homem no contexto da sociedade é sempre de força, poder e decisão, já as mulheres são vistas como sujeitos passíveis, singelos, frágeis dentre outros. O que gera desconforto para as próprias mulheres. Para Bourdieu (1989, p.09),

Os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação. Eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral.

Dália (49 anos) revela o seguinte:

Eu vejo assim, que pela primeira vez e eu já tive experiência em gerência anterior, mas pela primeira vez ela flui muito tranquilo aqui. Nós não temos muito essa dificuldade aparentemente em relação a isso, com a competição. É eu acredito que não (entrevista, 2014).

Na mesma perspectiva há pronunciamentos que diz haver equilíbrio na divisão de gênero dentro do setor, embora em área específica a maioria seja masculina, a saber:

O nosso ambiente é muito saudável, até brinco que o nosso departamento é um departamento que tem um equilíbrio de quantidades, tanto de homens quanto de mulheres, é o que não se vê em outros departamentos. Aqui no departamento de planejamento nós trabalhamos com muitas ações de gestão administrativas, então, requer que tenha um profissional de economia, requeremos que tenha um profissional de contabilidade e esses profissionais. E nós encontramos muito nos homens, tem a outra parte que são as professoras, os pedagogos, então tem o quantitativo equilibrado e homens e mulheres (Violeta, entrevista, 2013).

A visão empírica da divisão sexual do trabalho, ainda é a de que as mulheres, em geral, devem possuir formação nas ciências humanas enquanto os homens nas ciências duras ou exatas. Percebemos nesse discurso que a divisão sexual do trabalho para alguns setores, atende a essa visão, embora a gestora tenha justificado que não é proposital, afirma que a organização acontece nesse sentido. Vejamos:

De acordo com a formação, se vir uma mulher, uma mulher com formação em economia, não tem problema, nós trabalhamos, mas no departamento os economistas que nós temos são homens e as mulheres geralmente tem a formação na área pedagógica. Sinceramente, eu ainda não fiz essa análise, estabelecendo as atividades ou funções pensando no gênero, quando pensamos em uma atividade, se pensa em uma atividade para ser realizada, não avaliamos se o homem ou a mulher. (Violeta, entrevista, 2013).

Embora estejamos falando sobre a mesma Secretaria que possui os mesmos encaminhamentos os entendimentos são diferentes, visto que em um setor o trabalho flui melhor entre homens na medida em que interagem com todos. No outro setor a interação é do grupo, independente do gênero ou raça, pelo que declarou a chefe do setor. Para Gramsci (1982, p.05);

Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou pelo menos na história que se desenrolou até os nossos dias categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

Para Gramsci (1982), o mais poderoso desses grupos eram os eclesiásticos. Neste estudo o foco é a área educacional que possui profissionais habilitados e dedicados, são críticos dos processos sociais que convivem com demandas que se entrecruzam com diversos segmentos e tendências, desenvolvendo uma continuidade histórica.

Quando perguntada se já havia sofrido ou presenciado violência, no ambiente de trabalho, Dália narrou uma situação constrangedora que aconteceu em uma escola com professores, colegas de trabalho nos seguintes termos:

Já ocorreu violência sim, há algum tempo, foi com uma professora, já faz algum tempo, o professor a taxou de negra e que ela não poderia estar no espaço onde ele estava. Foi uma situação bem delicada, de colega para colega, de superior para subalterno não há registro. (entrevista, 2014).

Esse fato isolado é o reflexo explícito do que ocorre de forma velada, não só nas escolas, nas instituições também, as violências simbólicas acontecem com frequência, à aceção é de brincadeira, apesar de se referirem às características pessoais, especialmente aquelas que dizem respeito à raça, como cabelo, nariz, cor da pele, estrutura física entre outras. Essas violências, que Bourdieu denomina de simbólica, constrange, classifica e exclui. Para Bourdieu (1989, p.11-12),

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima.

O autor detalha o processo de construção dessas violências na instituição, que é usada como ferramenta de controle das pessoas, efetivando o local da cultura (BHABHA, 1998) do indivíduo que pretende sobrepor seus interesses e impor o campo social para si. Para alcançar tal intento as pessoas que discriminam usa as ferramentas simbólicas para cindir, cercear ou expulsar as verdades do indivíduo em favorecimento próprio ou para se efetivar como figura respeitável no grupo. Esse fato não ocorre com as gestoras negras da Secretaria Municipal de Manaus, visto que não houve nenhum caso de violência registrado em nossa pesquisa, há divergências de opiniões, mas todas confirmaram que não sofrem nenhum tipo de violência, nem mesmo a simbólica. Uma delas presenciou um caso de violência com uma colega sua, mas com ela própria nunca aconteceu. Por outro lado, há gestoras que estão no mesmo cargo há mais de quinze anos, sem promoção, mas não concebem a falta de promoção como violência simbólica. Tem gestoras que no decurso da pesquisa mudou de setor, embora seu trabalho estivesse acontecendo a contento. Diante do exposto nos resta afirmar que as violências simbólicas existem, porque os indivíduos a praticam, às vezes sem conhecimento de que é uma violência, dado a “normalidade” que é descaracterizar as especificidades do outro, como explica Bourdieu (1989).

Violeta fala que nunca presenciou violência simbólica nesta Secretaria, Vejamos:

Não. Sinceramente nunca presenciei e nem gostaria de presenciar. Por incrível que pareça, a gente tá dando essas respostas negativas assim, a gente vê muito isso, não na secretaria, não no departamento na área de trabalho. Não sei se é pelo fato de sermos educadores, prevalece mais essa linha, somos educadores que já temos todo esse cuidado. Nós conversamos com os nossos colaboradores, apresentamos vídeo, com pesquisas, então eu acredito que por esse contexto onde estamos inseridos ele não possibilita que tenha esse tipo de tratamento de agressões (Entrevista, 2013).

O “não” proferido veio acompanhado de justificativas que dão outro entendimento, visto que em espaços sociais as relações se organizam de forma educada que fogem ao controle do chefe. Essa é uma técnica de controle utilizado por poderosos e que se insere no cotidiano das relações de poder das instituições públicas. Para Felipe (2009, p.16), “o sistema de poder, envolvendo a política, a economia, a sociologia, cria mecanismos de controle da saúde, da escola, da cidade, das mentes, no sentido de encobrir cada vez mais a importância das mulheres negras”.

Na perspectiva institucional que cria mecanismos de controle que perpassa todos os postos de trabalho, produzindo “soldados” treinados para a obediência, sem poder questionar,

replicar o que é dito pelo chefe maior, podemos perceber fortemente o autoritarismo, o preconceito e o racismo.

Hortência tratou essa relação com cunho pessoal, não lançou nenhuma opinião sobre a relação com os comandados por ela. Usando as seguintes falas: *Bem positiva, uma relação assim de bom tratamento de respeito, eu vejo assim, por você está no comando eles te respeitam, não te diferenciam, entendeu?* (entrevista, 2014). A entrevistada traçou o perfil do intocável pelo cargo ou pela posição social que se insere, esqueceu que as relações no ambiente de trabalho não se encerram nela, há uma equipe que caminha junto com o chefe. De acordo com Felipe (2009, p.21),

As percepções históricas e culturais que unem as mulheres e o planeta mostram que o contraste entre mulher e homem aproxima as mulheres da natureza, da ecologia e do questionamento sobre o uso que se faz da ciência. A natureza, as mulheres, além de negras e negros está sob o mesmo domínio de poder. E, especialmente, as mulheres negras nas Américas e no continente africano estão lutando com vigor para transformar esse estado de coisas. A visão de futuro aumenta a responsabilidade com o sentido do futuro, e “sentido”, nesse caso, significa garantia de vida com igualdade.

Hortência parece encarnar em sua prática o pensamento colonialista considerado uma estratégia contra hegemônica (BHABHA, 1998), pois enquanto as mulheres negras encampam uma luta histórica por reconhecimento da sua condição de raça, ela reduz o seu grupo de trabalho à sua pessoa enquanto gestora, sem se dar conta de que as relações são mais abrangentes e envolvem muitas outras pessoas. A dinâmica do setor e a relação desta gestora com seus comandados, era de amizade, cordialidade e respeito, quando houve necessidade de inseri-los como equipe, ela os invisibilizou. Essa é uma atitude comum nas histórias emergentes (BHABHA, 1998), que se constituem na perspectiva do dominante. Conforme Bhabha (1998, p.240),

Essas contingências são frequentemente os fundamentos da necessidade histórica de elaborar estratégias legitimadoras de emancipação, de encenar outros antagonismos sociais. Reconstituir o discurso da diferença cultural exige não apenas uma mudança de conteúdos e símbolos culturais; uma substituição dentro da mesma moldura temporal de representação nunca é adequada. Isto demanda uma revisão radical da temporalidade social na qual, histórias emergentes possam ser escritas; demanda também a rearticulação do “signo” no qual se possam inscrever identidades culturais. E a contingência como tempo significante de estratégias contra hegemônicas não é uma celebração da “falta” ou do “excesso”, ou uma série autoperpetuadora de ontologias negativas. Esse “indeterminismo” é a marca do espaço conflituoso, mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladas do discurso social.

Camélia (32 anos), gerencia um setor administrativo com os funcionários em sua maioria mulheres, revela o seguinte quando perguntada sobre as relações no ambiente de trabalho: *Eles convivem muito bem, mas assim, eu sinto que um deles se sente assim inibido.*

Mas é porque ele ainda é novinho no serviço público, ainda está engatinhando, o outro é mais antigo. (entrevista, 2014).

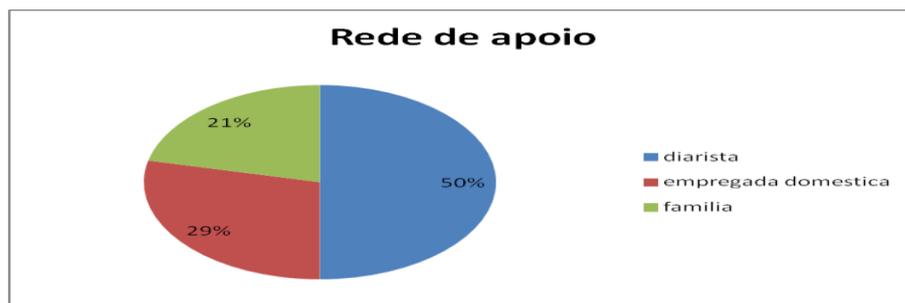
Apesar da clareza da pergunta a resposta foi direcionada para o gênero masculino que como afirma a gestora, é apenas dois em um universo com maioria feminina, essa fala vem ao encontro do que revelou Acácia (entrevista ,2014). Ela se reporta à presença masculina, inclusive como “melhor para trabalhar”, enquanto Camélia se reporta aos funcionários com ternura e justificativas maternais. A particularização destas falas deixa claro que o gênero masculino é mais valorizado que o feminino. Conforme Bhabha (1998, p.107),

A construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas da diferenças raciais e sexuais. Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder. Não pretendo fundir, sem problematizar, duas formas de marcar e dividir o sujeito, nem generalizar duas formas de representação. Quero sugerir, porém, que há um espaço teórico e um lugar político para tal *articulação* no sentido em que a palavra nega uma identidade "original" ou uma "singularidade" aos objetos da diferença sexual ou racial.

Bhabha (1998, p.107) nos faz entender os posicionamentos das entrevistadas em relação às preferências masculinas no ambiente de trabalho. Ele denomina de “modos de diferenciação” (IBIDEM, p.107) percebidos como determinações múltiplas, entrecruzadas. O ambiente é fundamentalmente feminino, segundo os dados desta pesquisa com maioria negra, com autodeclaração parda, portanto, esperávamos que as gestoras percebessem e compreendessem as relações de gênero de forma mais clara.

Sobre os cuidados com a família, perguntamos o seguinte: quem são seus apoiadores no que se refere aos cuidados domésticos, com filhos e idosos que possam estar sob a sua responsabilidade? As respostas foram variadas, mas a maioria conta com os serviços de uma diarista como revela o quadro seguinte:

Figura 09



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os dados dão conta de que 50% das entrevistadas possuem as diaristas como apoiadoras, 36% contam com os serviços da empregada doméstica e 14% são apoiadas pela família incluindo pai, mãe, irmãos e outros. Os dados mostram que algumas gestoras negras desta Secretaria estão na condição de mulher negra trabalhadora bem-sucedida que podem dispor de serviços que antes, eram exclusividades de famílias com descendência europeia, ou seja, para a mulher branca. Essa realidade é para uma parcela mínima de mulheres negras, a maioria está em situação de baixa escolaridade, moradia precária ou não a tem, além de ser total responsável pelo lar e filhos.

Para Hortência a dinâmica é mais intensa, visto que ela é mãe de um adulto e tem uma criança de oito anos, além de ser a responsável pela sua genitora de 86 anos, sua rotina é de trabalho, filhos, marido, mãe idosa e quando possível para si mesma. Este último ponto não foi relatado por elas falam somente das suas atribuições, sem aperceberem-se como passível de cuidados. Vejamos a fala de Hortência:

Hoje eu vivencio minha mãe com 92 anos que depende muito de mim. Tenho filho, mas hoje já é casado já tem a vida independente. Mas pelo destino eu ganhei uma menina de 8 anos que também vive sob os meus cuidados. Mas tenho muito apoio de minha família. Irmãos, irmãs, meu esposo que é muito presente assume esse papel quando eu não estou em casa, ele direciona as coisas. E as minhas irmãs contribuem muito, a família se ajuda. Tem a pessoa que cuida da minha mãe, uma cuidadora de idosos. Que no decorrer do dia ela cuida. Hortência (entrevista, 2014).

A divisão do trabalho desta gestora é de tríplice jornada, visto que é mãe, cuida de uma idosa, sua mãe e assume a função de gestora, como chefe de um departamento no município de Manaus, como esta explicito em sua fala ela cumpre suas atribuições rigorosamente sem, no entanto, deixar de prestar assistência à sua família. Este fato se efetiva na seguinte fala: “Mesmo as estatísticas, confirmando o crescimento e o avanço em percentagem das mulheres em todos os setores sociais, a discriminação encontrada por essa categoria ainda é um fator agravante para a igualdade entre os gêneros.” (SANTANA, p.64,2006).

Os dados desta pesquisa permitem concluir que a trajetória feminina rumo ao mercado de trabalho não significou a distribuição dos cuidados com a família entre homens e mulheres, isso pode ser percebido nas falas das entrevistadas, todas se referem aos cuidados com a família como prioridade, sem, no entanto, deixar suas tarefas profissionais. No contexto político social, temos o histórico dos países considerados desenvolvidos que cerceiam pessoas das oportunidades sociais e econômicas, pela condição da cor da pele, criando um grupo de trabalhadores subutilizados em serviços terceirizados, estes são considerados o exército de reserva da qual fala Rufino (p.33/34,1984):

Além desta curiosa especialização de cor, o capitalismo mais desenvolvido inventou “exército de reservas”: sobra permanente de mão – de -obra que permite aos empresários pagar aos trabalhadores o menos possível. (Funciona aqui a lei da oferta e da procura, outra invenção do sistema: quanto mais você oferecer, no caso o trabalho, menos valerá o seu produto; e vice-versa.) Ora, em países que abrigam várias “raças” - como Inglaterra, França, a Alemanha, a Austrália, a Argentina etc. - este “exército de reserva”, encolhido e miserável é sempre de cor. É nele que se recrutam lavadores de privada, varredores de rua; guardas de segurança para executivos e políticos importantes; lutadores de boxe; prostitutas; proxenetas; boias frias em época de colheita; operários eventuais para substituir grevistas despedidos como punição.

Esse exército é formado na maioria por negros, realidade resultante do período pós escravagista, que não houve apoio para a autoafirmação social desse povo, sem moradia, educação, saúde e trabalho ficaram relegados a própria sorte, tiveram que reinventar a própria história e o caminho era a prestação de serviços em troca de moradia, alimentos entre outros itens, com o tempo aprenderam a negociar a mão de obra, no entanto a maior concentração desses trabalhadores eram mulheres negras, nos serviços domésticos, fato recorrente até os dias atuais. A realidade é marcada por diferenças de gênero e raça, pela inserção diferenciada da mulher em atividades remuneradas, dentre outras questões.

A mulher alcançou espaços profissionais antes impensados, no entanto não se absteve do papel de cuidadora da família e do lar, a emancipação social e financeira ainda não a libertou dos afazeres domésticos e nem estendeu essa responsabilidade ao homem. As mulheres desse trabalho confirmaram esse discurso secular, embora tenham quebrado tabus, se inserido no campo acadêmico e profissional com afinco e competência, vimos no contexto das entrevistas que interpretam muitos papéis em seu dia a dia. As flores que tivemos a honra de entrevistar se empoderaram política, educacional e profissionalmente, independente do envolvimento familiar ao qual está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tão rica construção, é possível dizer que as organizações de mulheres negras fizeram valer seu propósito de adquirir “maioridade política” diante dos movimentos feminista e de negro, de instituições públicas e privadas e da sociedade em geral. Com isso, demonstraram a disponibilidade de construção de seus próprios caminhos.

Matilde Ribeiro

O tema da mulher negra alojado na temática de gênero é pouco explorado nas ciências sociais, fato que nos instigou a pesquisar tomando por objeto a presença de mulheres negras nos cargos hierarquizados da Secretaria Municipal de Educação do Município de Manaus. As mulheres negras afrodescendentes ainda convivem com a invisibilidade ou esquecimento, sobretudo no âmbito da produção de conhecimentos, poucas vezes os negros aparecem nas pesquisas sociais apesar de estarem em todas as regiões do Brasil. As mulheres negras, no Brasil, aparecem muito timidamente nos estudos de gênero, sendo muito mais visíveis na área da literatura. Gênero, conforme Torres (2005), é um conceito heurístico relacional que ganha importância à medida que mobiliza diferentes atores, instituições e sociedade. Em 1995 havia 22,9% mulheres chefes de família, chegando em 2009 a 35,2%, aumentando 10 pontos percentuais (IPEA, 2011). As mulheres negras são tomadas neste estudo, a partir de dois conceitos inter-relacionados com a categoria gênero, a saber: raça/etnia e classe social (SCOTT, 1991).

O tema de raça/ etnia é tomado neste estudo em sua face inter-relacionada com o conceito de gênero e classe social, conforme indica Scott (1991). Gênero do ponto de vista da ciência é um conceito relacional que estabelece intersecção com os conceitos de classe e raça/etnia, este último entendido numa perspectiva política. Raça/etnia é um conceito para além de uma mera classificação científica, está relacionado com os elementos de identidade e pertença de um povo (TORRES, 2005). Este conceito ganha importância, segundo a autora, à medida que mobiliza diferentes atores, instituições e organismos internacionais que chamam a atenção para a igualdade entre os povos e entre homens e mulheres.

No caso do segmento negro o Brasil teve a necessidade de classificar os negros para contabilizar a população residente no país, a partir da manifestação da cor. O censo nesse quesito reconhece pardos e pretos (IBGE, 2010). No entanto, há pretos que se intitulam pardos e pardos que se autodenominam pretos, assim como há pardos que se autodeclaram

brancos. É possível que isto ocorra por medo de assumir as heranças étnicas, contribuindo para uma certa confusão e preconceito nesse aspecto classificatório defendido pelo Estado brasileiro. Este estudo assumiu o propósito de problematizar este aspecto classificatório que, por vezes, é de negação da identidade negra e de sua pertença à origem afrodescendente.

Em 2013, ano em que a lei 10.639/2003 completa dez anos, a 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres que aconteceu em Brasília no ano de 2011, ratificou a necessidade de elaboração de políticas públicas dirigidas às mulheres negras. Some-se a isto, o fato de que também a 3ª Conferência pela Igualdade Racial definiu estratégias para o desenvolvimento e enfrentamento do racismo. A promoção social das mulheres negras constitui-se na premissa fundamental da política nacional da igualdade racial.

A nossa intenção consistiu em saber se havia preconceito e discriminação com mulheres negras que assumem cargos hierarquizados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Manaus. Identificando mulheres negras nessa Secretaria, remetendo para um análise comparativa para os cargos hierarquizados assumidos por mulheres brancas, além de estabelecer o perfil de mulheres negras que assumem cargos hierárquicos, pontuando as jornadas de trabalho e as redes de apoio com quem elas deixam os filhos e/ou idosos, enquanto trabalham fora de casa.

A pesquisa aponta que até o ano de 2014 não havia mulheres negras nos altos cargos, em 2015, assumiu a primeira negra, Secretária Municipal de Educação de Manaus, mas não teve em sua de subsecretários e cargos considerados de sua confiança, nenhum membro negro ou negra .

As mulheres negras foco desta pesquisa estão em médios cargos e em outros cargos abaixo destes, embora a maioria esteja preparada academicamente, conforme a figura 06, dez por cento (10%) têm mestrado e noventa por cento (90%) têm especialização apesar das extensas jornadas de trabalho, que alcançam, muitas vezes, entre 10 e 12 horas diárias dependendo da demanda, a maioria dessas mulheres têm filhos, maridos, idosos sobre sua responsabilidade, rede de apoio precária, cinquenta por cento dependem de diaristas, trinta e seis por cento mantêm empregada doméstica e as famílias são quatorze por cento desse apoio. Ou seja, perceber e entender os obstáculos enfrentados no exercício de suas funções. Procuramos saber, que fatores concorriam para a permanência das mulheres negras nestes cargos hierárquicos. Apuramos que os cargos são de confiança, portanto acontecem por indicação política, não verificamos grande preocupação com formação ou afinidade com o posto, a condição mais evidente foi política, em alguns casos partidário e por amizades.

A pesquisa constatou que mulheres negras assumindo médios e altos cargos na Secretaria Municipal de Educação de Manaus é irrisório, conseqüentemente invisível, os altos cargos são ocupados por mulheres e homens brancos, embora o país divulgue uma falsa democracia racial, constatamos nesta pesquisa que estamos longe dessa premissa. Quanto ao recorte de gênero e raça, temos duas pontuações, a primeira é a questão quantitativa, esta secretaria tem mais de noventa por cento de mulheres no quadro de profissionais, a segunda é sobre os altos cargos que tem maioria feminina, porém não encontramos homens e mulheres da raça negra nos altos cargos.

A pesquisa revela que o racismo continua latente e que muitas vezes a própria mulher negra não se percebe como sujeito atingido pelo racismo, esse fato é observado nas falas das entrevistadas que expressam dificuldade em auto declarar-se negras ou pretas, usam termos correlatos com o intuito de invisibilizar a própria condição étnica. Constata-se, também que as mulheres negras se encontram em cargos subalternizados e que na maioria das vezes, não podem expressar a própria condição étnica e muito menos as violências simbólicas sofridas neste ambiente, seja pelo fator ético ou por medo da exoneração do cargo.

Asseveramos que a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, tem privilegiado uma ideologia de classe ao contemplar de maneira significativa um grupo étnico para os altos cargos, ao qual as mulheres negras não estão efetivamente incluídas.

Concluimos que na construção da identidade feminina, negra, no Brasil a instituição educacional deveria ser uma determinante para o tornar-se mulher negra, enquanto cidadã, mas a aceitação desse não lugar social e afirmação desse lugar através da negação sistematizada e a intervenção institucional através da ausência de políticas públicas eficazes que contemplem a ascensão profissional para mulheres negras, têm permitido que se efetive a condição subalternizada das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. A Revolução Feminina: as mulheres à frente na educação. [ecodebate.com.br/07/23/2010.Disponível em: http://www.ecodebate.com.br/2010/07/23/revolucaofeminina-as-mulheres-a-frente-na-educacaoartigodejoseeustaquiodinizalves/](http://www.ecodebate.com.br/2010/07/23/revolucaofeminina-as-mulheres-a-frente-na-educacaoartigodejoseeustaquiodinizalves/).

ARAÚJO, Zulú. É impossível o Brasil ser democrático sem superar o racismo - Entrevistado por Bruno Hoffmann para revista Almanaque Brasil. Nov. 2010. SP.

ÁVILA, Rebeca Contrera, PORTES, Écio Antonio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3): 809-832, setembro-dezembro/2012

BARBOSA, George. S. Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª Série: Validação e aplicação do questionário do índice de Resiliência: Adultos Reivich-Shatté/Barbosa. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

BARBOSA, Mariana. Monogamia pra quem? <http://.org/2014/09/04/monogamia-pra-quem/acesso:05.09.2014> às 07:05.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. *Escritos de Educação*. Petrópolis, vozes, 1998.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel S.A. 1983.

BORGES PEREIRA, J. B. *A criança negra: identidade étnica e socialização*. In: *Cadernos de Pesquisa*. (n.63, p.41-5) São Paulo, 1987.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Miriam Avila. Euana Lourenço de Lima Reis. Gláucia Renato Gonçalves. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1998.

BRUSCHINI, Cristina e AMADO, tina. *Estudos sobre mulher e educação: Algumas questões sobre o magistério*. São Paulo(64). 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na história do Brasil: mito e realidade*. 8ª ed. São Paulo. Atica, 2007.

CARNEIRO, Suely. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

_____. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, nº 49. 2003.

CRENSHAW, Kimberle. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero*. In: *Estudos Feministas*, 1, 2002.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. *As Mulheres e o Poder na Amazônia _Manaus: EDUA,2005.*

FELIPE, Ana Maria. *Feminismo negro: mulheres negras e poder um enfoque contra – hegemônico sobre gênero. Acervo, Rio de Janeiro, v. 22, no 2, p. 15-28, jul/dez 2009*

GUIMARÃES, A. S. (1999) – *Racismo e anti- racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34 Ltda.

LOURO, Guacira Lopes. *Educação e relações de gênero*. In Cadernos da Faculdade de Serviço Social. Nº 05 – Rio de Janeiro: UERJ. 1995.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre o Currículo: diversidade e currículo*. orgs. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério de Educação Básica,2008.

_____ *Mulheres Negras e Educação: Trajetórias de Vida, Histórias de Luta*. Belo Horizonte, FAFICH, 1999 - V Encontro de História Oral

GONÇALVES, Ruth Prestes. *Financiamento da Educação Básica: Realidade ou Ilusão*. In *As políticas públicas educacionais: visões críticas na atualidade*. Gonçalves, Ruth Prestes; Lima; Osmarina Guimarães; Moreira, Elizeu Vieira (ORGANIZADORES). Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2010.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos: *Lugar de Negro*. Editora Marco Zero. Ltda., Rio de Janeiro, 1982. Coleção 2 Pontos.3º vol.

HASENBALG, Carlos. “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”. (1979).

IANNI, Octávio. *O negro e o socialismo*. Octávio Ianni... [et. al.] (organizador) – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. – (Coleção Socialismo em Discussão).

IPEA - *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 2ª ed. – Brasília, - Ipea, 2006.

IPEA - *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3ª ed. - Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2008.

IPEA - *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4ª ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2011.

JONES, Camara P. *Confronting institutionalized racism*. Phylon, s/ data.

LUIZ, Marcelo Sabino .*A mulher negra no mercado de trabalho: a pseudoequidade, marcada pela discriminação da sociedade e a mídia no século 21*.

<http://www.partes.com.br/politica/mulhernegranotrabalho.asp>. Acessado em 18/10/2014.

MAYORGA, Cláudia; et alli. *As criticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política Estudos feministas/Universidade Federal de Santa Catarina*.

Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão.-v.7.n.1-2. Florianópolis: UFSC.1999.

MAGNOLI, Demétrio Uma gota de sangue : história do pensamento racial. São Paulo : Contexto, 2009.

Marcondes . Mariana Mazzini ... [et al.] / organizadoras. Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil - Brasília : Ipea, 2013.

MELO, Hildete Pereira de, et al (organizadoras). *Olhares Feministas*. Brasília. Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

MUNANGA, Kabengele, organizador. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Eliana de. *Mulher negra professora universitária: trajetória, conflitos e identidade*. Brasília. Liber Livro Editora,2006.

PEDRO, Joana Maria,AREND,Silvia Maria Fávero e RIAL, Carmen Silvia de Moraes / organizadoras .Fronteiras de gênero. Florianópolis Ed.Mulheres, 2011.

PINSKY, Carla Basanezi e PEDRO, Joana Maria. *Igualdade e Especificidade*. In: PINSKY, Jayme e PINSKY, Carla Basanezi (orgs). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PRADO, Luiz Alberto. [A História da Luta da Mulher](http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100:aorigemdodiainternacionaldamulher&catid=33&Itemid=331). Portal Multirio. Março/2013.Dispo nivelem:http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100:aorigemdodiainternacionaldamulher&catid=33&Itemid=331

PEREIRA, Hamida Assunção e TORRES, Iraildes Caldas (Org.). *Entre o tradicional e o moderno: formas de trabalho na Amazônia*. In *As malhas do trabalho e da Economia solidária no Brasil – Manaus: EDUA, 2010.*

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*.Rio de Janeiro.Paz e Terra.1988.Impresso em 2010.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela Maria S. Correa.São Paulo. Contexto, 2007.

ROUSSEAU, Jean – Jacques . *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. In *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural (1ª ed.:1978)

ROSEMBERG, Fúlvia. *Mulheres Educadas e a Educação das Mulheres*. In *Nova História das Mulheres/organizadoras Carla Bassanezi Pinski e Joana Maria Pedro*. - São Paulo: Contexto,2012.

SCHWARCZ. Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*.Companhia das letras.São Paulo.1993

RIBEIRO, Matilde. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(3): 987-1004, setembro-dezembro/2008.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres Negras: Uma Trajetória De Criatividade, Determinação E Organização*. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA. IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ...[et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

ROUSSEAU, Jean – Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural (1ª ed:1978).

SOARES, Vera. O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Critica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002.

SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: O papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *História do negro no Brasil: resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Palmares – Minc, CNPq, 2004. p.286-336

SANTOS, Joel Rufino. *O que é racismo*. Abril cultural: Brasiliense. São Paulo. 1984

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. Companhia das letras. São Paulo. 1993

TORRES, Iraildes Caldas. *As novas Amazônidas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. *Mulher Trabalha ou Ajuda? Relações de gênero no sistema de produção na comunidade de São Francisco do Paroá, na Costado Canabuoca, Manacapuru/AM*. Disponível em: <http://www.MulherTrabalhaouAjudaRelaçõesdegêneronosistemadeproduçãonacomunidadeSãofranciscodoParoánaCostadoTabocal>. Acessado em 12.05.2012.

WERNECK, Jurema (organizadora) *Mulheres negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil*. Criola, 2013.

ANEXOS

ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa Presença de Mulheres Negras na Estrutura Hierárquica da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, sob a responsabilidade do pesquisador, Maria do Perpétuo Socorro Lima de Sousa, a qual pretende verificar a forma pela qual as mulheres negras adentram os espaços hierárquicos, assumindo os cargos, procurando problematizar a baixa participação dessas mulheres nos espaços de poder da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista gravada e escrita, porém não usaremos os nomes verdadeiros, nominaremos pela alcunha de flores, sem identificar diretamente os sujeitos que participarão da entrevista.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa estão relacionados com a resposta dos entrevistados, que pode ou não ser a realidade do que vivenciam. Se você aceitar participar, contribuirá para o registro dos feitos, lutas e contribuições, sejam elas familiares ou sociais, visibilizando a mulher negra enquanto protagonista da história.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora ou a orientadora deste estudo Prof^a Dr^a Iraildes Caldas Torres no endereço av. General Rodrigo Octávio, nº 6.200, bairro Coroado II, pelo telefone (92) 3304-4581 ou, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

do participante

Assinatura do responsável

Data: ___/___/___ Assinatura



Impressão do dedo polegar

ANEXO 2 - INSTRUMENTAL DE PESQUISA - ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZONIA

INSTRUMENTAL DE PESQUISA

ENTREVISTA

Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA)

Pesquisadora: Maria do Perpetuo Socorro Lima de Sousa

Orientadora: Iraildes Caldas Torres

Identificação pessoal

- **Nome:**
- **Estado civil:**
- **Alcunha:**
- **Religião:**
- **Faixa Etária:**
- **Como se define etnicamente:**

Condição de moradia

- **Naturalidade: Tabatinga**
- **Município/Estado:**
- **Endereço/Bairro:**

Condição de Educação

- **Grau de instrução –**

Condição de trabalho

- **Profissão - Pedagoga**
- **Cargo que ocupa –**
- **Rendimentos –**
- **Funcionário de carreira ou comissionado:**
- **Você participa de algum movimento social e feminista?**
- **Quantos homens, mulheres você administra?**

• **Existe algum mecanismo para censitar os funcionários de carreira e os contratados e comissionados?**

• **Se existe, há algum item relacionado a etnia?**

Condição de gênero

• **Defina ser mulher.**

• **O que é ser mulher negra?**

• **Como você ver a mulher negra ?**

•

• **Você acha que a mulher negra está ocupando espaços de poder em ambientes públicos, inclusive nessa secretaria? Quais?**

• **Fale da relação de gênero no ambiente de trabalho.**

• **Sem citar nomes, vc já presenciou ou ouviu falar sobre violência de gênero neste ambiente?**

• **Foi agredida por superior ou colega ? Em que situação?**

• **A agressão é mais pela etnia ou por gênero?**

• **Em que momentos você acha que mais ocorrem essas atitudes?**

Eu acho que no mesmo ambiente,

• **Qual sua jornada de trabalho? A oficial e a geral?**

• **Quem são seus apoiadores nessa dupla jornada de trabalho, no que se refere aos cuidados domésticos, com filhos e idosos que possam estar sob a sua tutela?**

Empregada (secretaria), marido, as vezes familiares.

Condição de violência simbólica.

• **Até onde você acha que foi violentada?**

• **Você procurou ajuda?**

• **Com quem?**

• **Se procurou algum serviço qual foi?**

• **Como chegou a ele?**

• **E o atendimento como foi?**

• **O que houve depois disso? Houve outras agressões?**

• **Encontrou dificuldade nesse período?**

• **Você pode deixar o contato desse atendimento?**

• **O que mudou em sua vida depois das agressões?**

• **O quê e por que mudou?**

• **Como você encaminhou sua vida a partir desse acontecimento?**

ANEXO 3 – Ofício de autorização de pesquisa



Ofício nº 2691/2013-SEMED/GSAF

Manaus, 21 de outubro de 2013.

A Sua Senhoria
Marilene Corrêa da Silva Freitas
Coordenadora do PPGSCA – Universidade Federal do Amazonas
Campus Universitário – Instituto de Ciências Humanas e Letras
End.: Av. Gal Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.º 3000 - Aleixo
Tel: (92) 3305-4581 / 3305-4580
Manaus - AM

Senhora Coordenadora,

Em atenção ao **Ofício nº 307/2013-PPGSCA/UFAM**, informo que defiro o pedido de autorização para que a mestranda **Maria do Perpétuo Socorro Lima de Sousa** possa ao mesmo tempo apresentar o seu projeto de pesquisa, adentrar nesta Semed para aplicar entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis de cada setor relacionado ao que o seu projeto se propõe a verificar.

Limitado ao exposto, renovo a Vossa Senhoria expressões de elevado apreço.

Atenciosamente,


LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Subsecretário de Administração e Finanças